



JENNIFER PATRÍCIA DA SILVA MACIEL

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DE PROTEGER NA
SÍRIA: LIMITES E DESAFIOS**

João Pessoa

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Departamento de Relações Internacionais

Graduação em Relações Internacionais

Jennifer Patrícia da Silva Maciel

**A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DE PROTEGER NA
SÍRIA: LIMITES E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientador: Prof. Ielbo Marcus Lobo de Souza

João Pessoa

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586a Silva Maciel, Jennifer Patrícia da.

A aplicação do princípio da responsabilidade de proteger na Síria: limites e desafios / Jennifer Patrícia da Silva Maciel. – João Pessoa, 2017.
117f.: il.

Orientador(a): Profº Dr. Ielbo Marcus Lobo de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) –
UFPB/CCSA.

1. Responsabilidade de Proteger. 2. Síria. 3. Direitos Humanos. 4.
Crimes contra a humanidade. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:327(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do
CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)



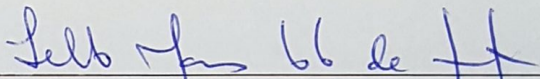
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao 04 dia do mês de dezembro de 2017, às 14 horas, na Sala 207 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais da aluna Jennifer Patrícia da Silva Maciel, sob orientação do Prof. Dr. Ielbo Marcus Lobo de Souza, intitulado "A aplicação do princípio da responsabilidade de proteger na Síria: limites e desafios". Pelos Membros da banca foram atribuídas as seguintes notas:

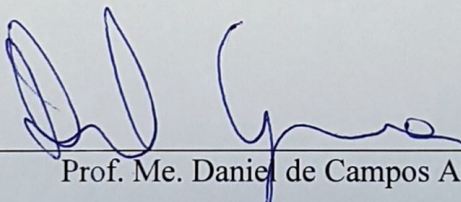
NOTA:

9,5


Prof. Dr. Ielbo Marcus Lobo de Souza

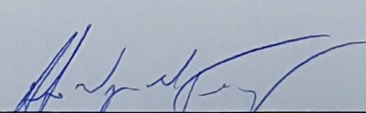
NOTA:

9,5


Prof. Me. Daniel de Campos Antiquera

NOTA:

9,5


Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior

A aluna foi APROVADA com a média final de 9,5.

OBS.: _____

Dedico esta monografia à minha família e aos professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba; obrigada por toda a dedicação e orientação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força e resistência para concluir mais essa etapa da minha vida, sem Ele eu nada seria. Agradeço aos meus pais por serem minha base, sem o amor e ensinamentos deles eu não estaria aqui, obrigada pelos incentivos, conselhos e por acreditarem em minhas escolhas. Um especial agradecimento ao professor e orientador Ielbo Marcus Lobo, por todo o conhecimento, atenção, orientação, compreensão, disponibilidade, dado não só ao longo deste trabalho, mas por todo percurso acadêmico. Agradeço ao meu esposo, Luciano Medeiros, por ser minha inspiração, meu suporte nos momentos difíceis, por toda preocupação, dedicação, carinho, apoio e até pelas broncas dadas nos momentos certos, mas agradeço principalmente por todo amor e companheirismo. A minha irmã Laura por ser meu exemplo de garra, determinação, confiança e persistência. Aos meus amigos Gleise Paulino, Felipe Zovka e Débora Paiva, obrigada pela amizade, preocupação e apoio. Um particular agradecimento aos meus colegas, Thalita Lucena, Andreza Guimarães e Phillipe Dautro, que com suas palavras e demonstrações de amizade tornaram mais leves os momentos mais turbulentos, obrigada pelos momentos de descontração e reflexão sobre o futuro, fizeram com que essa difícil caminhada contivesse incontáveis momentos de diversão.

“I am not afraid to dream. You first have to start with a dream. Build your castles in the air and give it foundation. Without a dream, you are not going to get anywhere”.

Kofi Annan

Sumário

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
RESUMO	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER	14
1.1 O SURGIMENTO DA DOCTRINA DA RESPONSABILIDADE DE PROTEGER.....	14
1.1.1 O Relatório da Comissão (ICISS).....	17
1.1.2 Uma nova forma de pensar a soberania e a responsabilidade da comunidade internacional	19
1.1.3 Os pilares que sustentam a Responsabilidade de Proteger.....	22
1.1.3.1 A Responsabilidade de Prevenir	22
1.1.3.2 A Responsabilidade de Reagir	27
1.1.3.3 A Responsabilidade de Reconstruir.....	30
1.1.4 A Recepção da Doutrina da R2P pelos Órgãos da ONU.....	31
1.1.4.1 Relatório do High-Level Panel on Threats, Challenges and Change - A more secure world: Our shared responsibility" (2004)	32
1.1.4.2 Relatório do Secretário-Geral da ONU - In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All" (2005)	33
1.1.4.3 A Cimeira Mundial de 2005	35
1.1.5 O R2P na Prática dos Órgãos da ONU.....	39
1.1.5.1 Assembleia Geral da ONU.....	40
1.1.5.2 Conselho de Segurança da ONU	41
1.1.5.3 Conselho de Direitos Humanos da ONU.....	42
CAPÍTULO II: A GUERRA CIVIL NA SÍRIA	44
2.1 ANTECEDENTES: A INSTABILIDADE POLÍTICA E SOCIAL NA SÍRIA	44
2.1.1 A dinastia Assad	51
2.2 O ESTOPIM DO CONFLITO: REBELDES VS GOVERNO.....	56
2.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO	63
CAPÍTULO III: A CRISE HUMANITÁRIA NO CONFLITO SÍRIO E A APLICAÇÃO DA R2P	72
3.1 A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA DO CONFLITO SÍRIO	72
3.2 A APLICAÇÃO PARCIAL DA R2P NO CONFLITO SÍRIO	76
3.2.1 Esforços de mediação: Secretário-Geral, organizações regionais e arranjos informais	78

3.2.1.1	Ações da ONU para a prevenção de crimes internacionais e sua responsabilização	84
3.2.1.2	Assistência humanitária sob os auspícios da ONU.....	89
3.3	DESAFIOS ENFRENTADOS PELA R2P NO CONFLITO SÍRIO.....	92
3.3.1	A falta de ação militar coletiva sob o Cap. VII da Carta e ações militares unilaterais da Síria	93
3.3.2	Reflexos no Conselho de Segurança da intervenção na Líbia na solução do caso Sírio	98
3.3.3	O desafio de composição dos interesses de potências regionais e extra regionais	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS		103
REFERÊNCIAS		105
Bibliografia.....		105
Documentos e Relatórios		115
RESOLUÇÕES DA ONU.....		116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CSNU – Conselho de Segurança da ONU

CDHNU – Conselho de Direitos Humanos

EUA – Estados Unidos da América

FSA – Exército Livre Sírio

ICISS – Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (International Commission on Intervention and State Sovereignty)

LAS – Liga dos Estados Árabes

OPAQ – Organização para a Proibição de Armas Químicas

OCHA – Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

ONGs – Organização Não-Governamentais

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

PRR – Plano de Resposta Regional para a Síria

PAM – Programa Mundial de Alimentos

R2P – Responsabilidade de Proteger

SNC – Conselho Nacional Sírio

SCPR – Centro Sírio de Pesquisa Política

SHARP – Plano de Resposta à Assistência Humanitária à Síria

UNHCR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

UNSMIS – Missão das Nações Unidas para a Supervisão na Síria

RESUMO

A presente monografia tem como principal fito compreender os limites e desafios enfrentados pela aplicação da Responsabilidade de Proteger no conflito da Síria, analisando o alcance e a eficácia das medidas implantadas para a solução do conflito e a proteção da população síria contra sistemáticas violações dos direitos humanos. Para tanto, é preciso compreender como o princípio foi endossado pela comunidade internacional, como vem sendo aplicado nos conflitos que apresentam crimes contra a humanidade e outros, assim como quais os desafios enfrentados dentro do Conselho de Segurança da ONU na aplicação do princípio. Também se faz necessário analisar a história da Síria para compreender suas ramificações e as dificuldades para alcançar-se uma solução pacífica para o conflito.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direito Internacional Humanitário. Responsabilidade de proteger. Crimes contra a humanidade. Síria.

ABSTRACT

The main objective of this monograph is to understand the limits and challenges faced by applying the Responsibility to Protect in the Syrian conflict by analyzing the reach and effectiveness of the measures taken to resolve the conflict and to protect the Syrian population against systematic violations of human rights. In order to do so, it is necessary to understand how the international community endorsed the principle, as it has been applied in conflicts that present crimes against humanity and others, as well as the challenges faced by the UN Security Council in applying the principle. It is also necessary to analyze the history of Syria to understand its ramifications and the difficulties to reach a peaceful solution to the conflict.

Key words: Human rights. International humanitarian law. Responsibility to protect. Crimes against humanity. Syria.

INTRODUÇÃO

A intervenção com fins humanitários tem suscitado um debate controverso na comunidade internacional. O surgimento de organizações terroristas, a proliferação de armas de destruição em massa, situações de extrema pobreza, e a insegurança e violações massivas dos direitos humanos em situações de conflito armado interno configuram alguns dos desafios a serem enfrentados pela comunidade internacional em muitos países. A insurgência de novos desafios que podiam se alastrar pelo globo e atingir grandes massas fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) buscasse novos mecanismos para lidar com o surgimento das novas ameaças para que fosse possível tomar uma posição eficaz no que concerne às graves violações humanitárias que acontecem nos conflitos armados internos.

Um desses mecanismos consiste na Responsabilidade de Proteger (R2P), um conceito elaborado pela *International Commission On Intervention and State Sovereignty* (ICISS), em 2001, e adotado pela ONU em 2005 na Cimeira Mundial. O princípio da R2P aloca um novo significado sobre a soberania estatal, apresentando a soberania como uma responsabilidade do Estado em proteger sua população contra o crime de genocídio, a limpeza étnica, crimes de guerra, e crimes contra a humanidade, ampliando a discussão sobre a conciliação entre a intervenção com fins humanitários e a soberania, a fim de suplantiar as controvérsias em torno das intervenções humanitárias. Assim, o R2P diz respeito à forma como os Estados tratam suas próprias populações e à responsabilidade de um Estado em contribuir para a proteção das populações em outros Estados (BELLAMY, 2015).

Embora ainda existam insistentes debates sobre como usar a R2P no seio da ONU – principalmente quando esta é instrumentalizada para legitimar uma intervenção militar, por meio da autorização do Conselho de Segurança e de acordo com o Capítulo VII da Carta – o princípio se tornou uma norma internacional estabelecida e associado com expectativas de mudanças positivas de que a sociedade internacional responderá eficazmente ao genocídio e atrocidades em massa. Isto se daria especialmente quando o princípio for utilizado pela comunidade de Estados membros da ONU, e estes – em sua maioria – se comprometem com a R2P e concordam com seus elementos cruciais (BELLAMY, 2015).

Desde seu endosso oficial, em 2015, a R2P vem sendo referida e reforçada com cada vez mais frequência nas resoluções e relatórios da ONU atinentes às situações de graves violações aos direitos humanos, e onde estejam ocorrendo crimes internacionais, como genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

A presente monografia tem como principal fito compreender os limites e desafios enfrentados pela aplicação da Responsabilidade de Proteger no conflito da Síria, analisando o alcance e a eficácia das medidas implantadas para a solução do conflito e a proteção da população síria contra sistemáticas violações dos direitos humanos. Para este fim, expõe-se a aceitação da R2P pelos órgãos da ONU e os desafios enfrentados desde sua adoção, como também procura-se compreender o princípio, em particular seu escopo e as situações nas quais este deve ser aplicado como ferramenta de proteção da população civil que sofre com a violação dos seus direitos básicos, assim como analisa-se os limites da R2P, tendo em vista especialmente os interesses geopolíticos e coligações de países envolvidos no conflito.

O primeiro capítulo abrange inicialmente o processo de elaboração e a descrição do princípio, incluindo seu escopo, os pilares que o sustentam, as condições para que o princípio seja aplicado, e seus mecanismos de implementação. Depois, aborda-se a aceitação do princípio pela comunidade internacional, com sua adoção pelas Nações Unidas. Para esse fim, foram analisados documentos oficiais da ONU, como o Relatório do *Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças* da ONU intitulado “*Um mundo mais seguro: Nossa responsabilidade compartilhada*” (2004), o Relatório do Secretário Geral da ONU – “*Em Liberdade Maior: Rumo ao Desenvolvimento, Segurança e Direitos Humanos para Todos*” (2005), assim como o “*Documento Final*” da Cimeira Mundial de 2005 e demais documentos que reconhecem ou proclamam esse princípio. Será abordado também como o princípio da Responsabilidade de Proteger foi endossado - e vem sendo aplicado - pelos órgãos das Nações Unidas, especificamente a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos.

No segundo capítulo, para que se possa entender as raízes do atual conflito, é traçada a história da República Árabe Síria, iniciando desde sua ocupação, passando pela luta pela independência e a chegada da família Assad ao poder. Também expõe de forma mais minuciosa a diversidade social e o sectarismo religioso que marcam a sociedade síria, demonstrando que os motivos que levaram ao conflito atual sírio não podem ser atribuídos a um evento isolado, mas a algo enraizado na sociedade e que foi alimentado pela Primavera Árabe. Será apresentada a situação atual do conflito sírio, os principais atores envolvidos no embate e a falta de coesão dentro do campo rebelde. Serão elucidadas as ramificações internacionais do conflito, onde diversos atores regionais e extra regionais se envolveram, movendo-se no plano de fundo do conflito para assegurar seus interesses na região.

Sobretudo, será analisado em que medida a internacionalização do conflito vem afetando a solução pacífica do mesmo.

O terceiro capítulo expõe a situação humanitária no conflito sírio e em que medida estaria ocorrendo a aplicação parcial da R2P. Especificamente, são analisadas medidas que representariam a aplicação parcial do R2P no conflito, como os esforços de mediação do Secretário-Geral da ONU, das organizações regionais e arranjos informais, as ações da ONU para diminuir a crise humanitária e proteger os refugiados e deslocados, e prevenir a continuidade dos crimes internacionais ocorridos na Síria bem como a responsabilização dos envolvidos. Todas estas medidas, que não envolvem o uso da força, merecem ser referidas e analisadas se têm sido satisfatórias e adequadas para caminhar em direção a uma solução pacífica. Preocupa-se em analisar também os principais desafios enfrentados pelo R2P no conflito sírio e a problemática de uma eventual intervenção militar coletiva ser aprovada no Conselho de Segurança, buscando entender se o reflexo da intervenção na Líbia, em 2011, acabou por prejudicar a tomadas de decisão em favor de uma intervenção militar de cunho humanitário no conflito na Síria (usada como último recurso pela R2P). Por fim, se analisa o desafio de composição dos interesses geopolíticos e econômicos de potências regionais e extra regionais no conflito, e se esse impasse resulta na estagnação do conflito.

O estudo se faz necessário uma vez que a aplicação da R2P no conflito sírio é bastante debatida na comunidade internacional, por ser um conflito que ainda se mantém ativo, cheio de impasses e com um futuro incerto, principalmente no que se refere a uma intervenção militar coletiva aprovada pelo Conselho de Segurança ou sua solução pacífica. Assim, esta monografia é mais uma forma de contribuir para a discussão sobre os limites e desafios da aplicação da Responsabilidade de Proteger, expondo as diversas formas que a R2P pode ser aplicada em conflitos de tal natureza, sem que seja preciso recorrer imediatamente ao uso da força, usando-se de medidas diplomáticas e políticas para a solução pacífica do conflito. Nesse intento, a realidade cruel do conflito Sírio e a adequação do mesmo para a aplicação do princípio da R2P merece ser avaliado e contextualizado, para que dessa forma sejam analisados os desafios enfrentados na aplicação do princípio da Responsabilidade de Proteger na Síria, especialmente a eficácia das medidas para a proteção da população síria.

CAPÍTULO I: A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER

1.1 O SURGIMENTO DA DOUTRINA DA RESPONSABILIDADE DE PROTEGER

A proteção aos direitos humanos sempre rendeu controvérsias nos debates da comunidade internacional, principalmente no que se refere à ‘intervenção humanitária’, que tem sido uma das mais difíceis questões nas relações internacionais. A ação - como também a inação - da comunidade internacional em determinados conflitos tem sido objeto de insistentes debates, uma vez que existem discrepâncias sobre a possibilidade, a forma e o momento de exercer a intervenção, assim como quem deve autorizá-la (ICISS, 2001).

O fim da Guerra Fria pôs em evidência outros problemas de ordem global que começaram a emergir nas relações internacionais, apresentando possibilidades onde o Conselho de Segurança da ONU pudesse atuar, uma vez que anteriormente se encontrava paralisado sobre questões humanitárias em conflitos devido à bipolaridade do sistema internacional, e abriu também espaço para a cooperação internacional, colocando o tema da intervenção humanitária em maior destaque nos debates internacionais (BIERRENBACH, 2011).

A maior problemática em torno desse debate nas relações internacionais refere-se às acusações sobre a motivação dessa intervenção, devido às desconfianças de que pode ser unicamente movida por interesses particulares do (ou dos) Estados interventores, sem nada ter a ver com a proteção humana. Em contrapartida, a inação da comunidade internacional pode causar ainda mais dificuldades, à exemplo das crises da Somália (1992) e Ruanda (1994). Tal dificuldade de reação do Conselho de Segurança perante tais conflitos se refletiu nas limitações das operações de paz administradas pelo Departamento de Operações de Paz da ONU. As controversas operações de paz que ocorreram na Somália e na Iugoslávia, e a inação em Ruanda, geraram debates na ONU, uma vez que missões coercitivas eram empregadas sob o manto de operações de paz, gerando dilemas sobre a relação entre a intervenção humanitária e as operações de paz (BIERRENBACH, 2011).

No ano 2000, foi publicado o *Report of The Panel on United Nations Peace Operations*, conhecido como “*Brahimi Report*”, onde foram apresentadas recomendações para a melhoria das operações de paz.

Entre várias recomendações, nas quais se incluía a questão fundamental do financiamento, o relatório sugeria que os mandatos fossem mais precisos e que as operações compreendessem ações voltadas para a consolidação da paz, nas quais a assistência ao desenvolvimento seria parte importante. Apesar de ter estabelecido com clareza a relação entre a manutenção da paz e a sua consolidação, o relatório reafirmava, como princípios básicos que devem reger as operações, o consentimento das partes, a imparcialidade e o uso da força apenas em casos de autodefesa (BIERRENBACH, 2011; p.122).

Uma evolução no modo de se pensar as operações de paz de cunho humanitário ocorreu com o relatório *We The Peoples: the role of the United Nations in the 21st Century*, escrito pelo Secretário-Geral da ONU Kofi Annan (2000). Nesse relatório, Annan problematizou o dilema da intervenção e seu impasse com a soberania estatal, abordando de que forma as intervenções podem ser usadas como ferramenta de um Estado em busca de benefício próprio e\ou como desculpa para interferir nos assuntos internos de outros Estados, como também a baixa probabilidade de um Estado mais forte ser submetido a uma intervenção em comparação à um Estado mais fraco. Destarte, Kofi Annan clamou pelo desenvolvimento de um consenso da comunidade internacional sobre como, quando e onde deviam ocorrer as intervenções internacionais em prol dos direitos humanos (AMSTUTZ, 2013), resolvendo-se o dilema entre a defesa da humanidade e a defesa da soberania, sobre qual das duas prevalece na ocorrência de um conflito, como fica claro no documento:

A intervenção humanitária é uma questão sensível, cheia de dificuldades políticas e sem soluções fáceis. Mas, certamente, não há nenhum princípio jurídico - nem mesmo soberania - que pode ser invocado para proteger os autores de crimes contra a humanidade. Nos lugares onde esses crimes são cometidos e têm tentativas gastas para acabar com eles por meios pacíficos, o Conselho de Segurança tem o dever moral de agir em nome da comunidade internacional. O fato de que não podemos proteger os seres humanos em todos os lugares, não justifica não fazer nada quando podemos. Intervenção armada deve permanecer sempre o último recurso, mas é uma opção que não pode ser descartada antes dos assassinatos em massa (ONU, 2000; p.45).

O surgimento de normas internacionais e mecanismos para a proteção dos direitos humanos, ao lado do direito internacional humanitário nos conflitos armados, tornam a proteção do ser humano um tema central das relações internacionais. Em decorrência dessa preocupação com os direitos humanos e a segurança humana, surgiram novos agentes (estatais e não-estatais) e mecanismos institucionais no âmbito dos direitos humanos e da segurança humana, à exemplo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Essas novas

instituições e agentes internacionais representam uma variedade de perspectivas, interesses e experiências, preocupando-se em supervisionar e promover em todo o mundo a aplicação do direito internacional humanitário e dos direitos humanos (ICISS, 2001).

O envolvimento de novos agentes e mecanismos, como antes citado, cria uma gama de expectativas no que se refere às medidas coercitivas que podem ser tomadas para a defesa dos direitos humanos. Nesse contexto, é importante elucidar a importância do conceito de segurança humana, uma vez que esse desenvolveu-se junto com o conceito de Responsabilidade de Proteger. O conceito de Segurança Humana não apenas se preocupa com os direitos humanos, mas também possui importância no direito internacional e nas relações internacionais, “oferecendo um marco conceitual para a ação internacional. Independentemente de que a ideia conte ou não com o apoio universal, os direitos humanos e a dignidade do homem, desse ser um dos objetivos fundamentais das instituições internacionais modernas” (ICISS, 2001; p.7). Nesse intento, ao falarmos de segurança humana, esta deve ser em relação às ameaças crônicas como a fome, doença e a repressão como também a proteção contrarrupturas bruscas e dolorosas nos padrões de vida cotidiana, que atinjam a segurança pessoal e a dignidade humana (BIERRENBACH, 2011).

Por mais que a ONU tenha ampliado os esforços para aperfeiçoar o conceito de intervenção humanitária, as controvérsias em torno do tema persistiam. De acordo com Amstutz (2013), em resposta aos apelos e desafios de Kofi Annan para lidar com os dilemas sobre as crises humanitárias, as atrocidades e os abusos aos direitos humanos, o governo canadense contribuiu para a formação da Comissão Internacional Sobre Intervenção e Soberania do Estado (ICISS), em 2001, que criou o documento intitulado *Responsabilidade de Proteger*. Esse termo surgiu em 1990, de acordo com Bierrenbach (2011), com Francis M. Deng, ex-Ministro de Assuntos Estrangeiros do Sudão, e posteriormente voltou a ser mencionado, na ideia de soberania como responsabilidade, pela pesquisadora Roberta Cohen, que como aponta Bierrenbach (2011), foi a primeira a verbalizar tal conceito, onde ela afirma que a soberania carrega uma responsabilidade por parte dos governos no que se refere a proteção de seus cidadãos.

O conceito da Responsabilidade de Proteger foi apresentado e consolidado em 2001 pelo influente relatório da ICISS, que tinha como principal objetivo clarificar e desenvolver um consenso internacional sobre como, quando e de que maneira as intervenções devem ser empreendidas para amenizar o sofrimento humano (AMSTUTZ, 2013).

Nesse intento, o documento da Comissão aponta que:

Para chegar a um consenso sobre a intervenção, não basta decidir quem deve autorizá-la e quando é legítimo fazê-lo. Também é necessário decidir como intervir para que a honestidade dos objetivos não seja manchada por meios inadequados. Geralmente, é reconhecido que as estratégias de manutenção da paz das Nações Unidas, concebidas numa era caracterizada por guerras interestatais e destinadas a monitorar e fortalecer os acordos de cessar-fogo entre as partes beligerantes, podem não ser mais apropriadas para proteger os civis apanhados nas sangrentas lutas travadas por estados e insurgentes. Neste contexto, o problema é encontrar táticas e estratégias de intervenção militar que possam preencher a lacuna que separa um conceito antiquado de manutenção da paz e operações militares em larga escala que podem ter efeitos mortais sobre a população civil (ICISS, 2001; p.6).

É notável que o direito de intervir, por mais que possua um objetivo humanitário, ainda causa desconfiança e temor, devido ao histórico de intervenções malsucedidas e de interesses escusos dos Estados que por consequência deixaram sequelas no histórico das intervenções. Por esta razão, para que seja aceita a intervenção com fim humanitário e um possível uso de força militar, se faz necessário um consenso por parte da comunidade internacional, que resulte na elaboração de normas coerentes e aplicáveis que possam regular a prática tanto estatal como intergovernamental, uma vez que os instrumentos e mecanismos antes usados não eram mais compatíveis com a realidade, as ameaças e as novas características da conjuntura internacional do século XXI (ICISS, 2001).

1.1.1 O Relatório da Comissão (ICISS)

Os trabalhos da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS) foram financiados pelo governo canadense, tendo à frente o Primeiro-Ministro canadense Jean Chrétien, e apoiados pela Suíça e Reino Unido. Na Assembleia-Geral do Milênio (2000), o Primeiro-Ministro apresentou a ideia da ICISS, que teria como objetivo ‘construir o novo consenso internacional sobre como responder a violações maciças dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário’ (Bierrenbach, 2011; p.127). Os 12 membros constituintes da Comissão apresentaram o relatório “Responsibility to Protect” em dezembro de 2001, que tinha como principal objetivo propor estratégias e incitar um consenso em torno de como a comunidade internacional pode lidar com as crises humanitárias, como também desenvolver o conceito de que soberania está ligada à responsabilidade do Estado, e, portanto, o Estado tem a obrigação de proteger seus cidadãos

de qualquer violação dos direitos humanos, e caso não possa fazê-lo, de abrir caminho para a comunidade internacional (ONU) assumir essa responsabilidade (ICISS, 2001).

A primeira reunião da Comissão ocorreu no dia 6 de outubro de 2000, na cidade de Ottawa. O governo do Canadá, com a assistência de fundações e de outros governos, patrocinou e organizou mesas redondas regionais e consultas nacionais, a fim de conseguir uma vasta gama de perspectivas, obtendo assim inúmeros pontos de vista das populações afetadas por conflitos, opiniões de governos, organizações governamentais e não-governamentais, como também de representantes da sociedade civil, pensadores e pesquisadores da comunidade acadêmica. Sempre procurando consultar pontos de vista das diversas regiões do mundo, as mesas redondas foram realizadas em Beijing, Cairo, Genebra, Londres, Maputo, Nova Delhi, Nova York, Ottawa, Paris, San Petersburgo, Santiago e Washington (ICISS, 2001).

O documento da Comissão (ICISS, 2001) apresenta quatro objetivos básicos para serem cumpridos para que se tenha uma melhora e eficácia nas intervenções por motivos de proteção humana, sendo eles: a) formular regras, procedimentos e critérios para determinar se é preciso intervir e quando e como há de se intervir; b) estabelecer a legitimidade da intervenção militar, quando seja necessária, depois de esgotar todas as demais possibilidades; c) garantir que, quando uma intervenção militar ocorre, é realizada somente com os objetivos propostos, de forma eficaz e tentando minimizar o custo humano e os danos institucionais resultantes; e d) contribuir para eliminar, tanto quanto possível, as causas dos conflitos, ao mesmo tempo aumentando as chances da paz sustentável e duradoura (p.11).

Nessa esteira, a proposta do documento da Comissão entende que é possível atingir o consenso, para que as intervenções com finalidade humanitária, decorrentes da responsabilidade de proteger, se tornem instrumentos eficazes na proteção humana, como também na prevenção de conflitos e na reconstrução do Estado atingido.

Inicialmente, a Comissão sugere que nos debates sobre intervenção em prol dos direitos humanos, o termo “direito de intervir” seja substituído por “responsabilidade de proteger”, uma vez que o novo termo implica em uma mudança de perspectiva e adiciona novos sentidos a tal prática, referindo-se a proteção e a prestação de assistência vital as populações em perigo, mas ela alerta para maiores precauções que devem ser tomadas.

[...] embora este passo seja importante e necessário, não resolve, como já reconhecemos, as dificuldades relacionadas às circunstâncias em que a responsabilidade de proteção deve ser exercida, isto é, questões de legitimidade,

autoridade, eficácia operacional e vontade política. Embora a Comissão não pretenda resolver estes problemas de uma vez por todas, espera que a sua abordagem conduza a ideias inovadoras sobre como alcançar e manter uma ação eficaz e adequada” (ICISS, 2001; p.19).

A responsabilidade de proteger visa a avaliação dos problemas das partes, tanto dos Estados que pedem e necessitam de apoio como daqueles que se propõem a intervir, como também acarreta responsabilidades à comunidade internacional, uma vez que a atuação da comunidade internacional só ocorrerá se o Estado estiver incapacitado ou não querer cumprir a responsabilidade de proteger. Em outras palavras, o Estado cuja população está tendo seus direitos humanos seriamente afetados tem a responsabilidade de protegê-la; no entanto, se o Estado não puder, ou não quiser exercer tal responsabilidade, ou se for o autor mesmo de tais danos, a comunidade internacional tem a responsabilidade subsidiária de proteger os cidadãos deste Estado, e esta responsabilidade acarreta a adoção de medidas concretas que possam apoiar a população afetada.

Como exemplificado no documento, tais responsabilidades da comunidade internacional se dividem em três pilares, a saber:

[...] a responsabilidade de proteger não significa apenas "responsabilidade de reagir", mas também "responsabilidade de prevenir" e "responsabilidade de reconstruir". Este conceito enfatiza o preço e o resultado da ação contra a inação e estabelece vínculos conceituais, normativos e operacionais entre assistência, intervenção e reconstrução (ICISS, 2001; p.18).

1.1.2 Uma nova forma de pensar a soberania e a responsabilidade da comunidade internacional

O relatório da Comissão apresenta uma nova forma de pensar a soberania: como responsabilidade do Estado. A soberania é a principal característica de um Estado, uma vez que consiste em uma forma de reconhecimento de sua identidade, liberdade, dignidade e valor perante os outros Estados, como também um direito de configurar e determinar seu próprio destino. A soberania, por vezes, é a melhor e única defesa de um Estado, e, portanto, quando se trata de intervenção humanitária, ocorre um choque entre a soberania estatal e a prevenção dos direitos humanos (ICISS, 2001). Nessa esteira, a Responsabilidade de Proteger (R2P) “tem o intento de conciliar algo que aparentemente parece ser irreconciliável: a soberania, de um lado, e a proteção dos indivíduos, de outro” (Bierrenbach, 2011; p.13).

O surgimento de novos Estados desde 1945 mudou as condições em que a soberania é exercida, uma vez que os Estados novos estão consolidando sua identidade e a evolução do Direito Internacional tem restringindo bastante a liberdade e o espaço de manobra dos Estados. Os Direitos Humanos, em particular, criaram novas exigências e expectativas para a forma que o Estado trata a sua população. Mesmo que exista mais cobrança em cima do Estado para que este aja de acordo com as expectativas em torno dos direitos humanos, a soberania continua sendo importante, uma vez que Estados legítimos garantem o respeito aos direitos humanos e possuem uma maior possibilidade de cooperarem (ICISS, 2001).

Como afirmado pela Carta da ONU no Parágrafo primeiro do Artigo 2º, os Estados possuem a mesma igualdade soberana, ou seja, eles são considerados iguais perante o Direito Internacional, independentemente de seu tamanho ou riqueza. Assim, o conceito de soberania representaria a identidade de um Estado perante o Direito Internacional.

Hedley Bull (2002) explica as diferentes dimensões da soberania do Estado, tanto interna como externa, como existente tanto no nível normativo como no nível factual.

De um lado, os estados têm, com relação a esse território e a essa população, o que poderíamos chamar de "soberania interna", ou seja, a supremacia sobre todas as demais autoridades dentro daquele território e com respeito a essa população; de outro, detêm o que se poderia chamar de "soberania externa", que consiste não na supremacia mas na independência com respeito às autoridades externas. A soberania dos estados, interna e externa, existe tanto no nível normativo como no factual. Os estados não só afirmam a sua soberania interna e externa como na prática exercem efetivamente, em graus variados, essa supremacia interna e independência externa (Bull, 2002; p.13).

No mundo em que vivemos, cheio de perigos, desequilíbrios e desigualdades de poder e recursos, a soberania é a melhor forma de defesa de muitos Estado, como aponta o documento da Comissão (2001):

[...] a soberania é mais do que um princípio funcional das relações internacionais. Para muitos Estados e povos, isso também implica o reconhecimento de seu valor e dignidade iguais, proteção de sua identidade única e liberdade nacional e afirmação de seu direito de formar e determinar seu próprio destino (p.8).

Em contrapartida, a Comissão argumenta, a soberania não dá ao Estado o direito de causar a sua população danos humanitários, mas sim implica ao Estado uma responsabilidade dupla. Como afirma o relatório da Comissão, os Estados têm “o dever

externo de respeitar a soberania dos outros Estados e o dever interno de respeitar a dignidade e os direitos básicos de toda a população do Estado” (ICISS, 2001; p.9).

Nesse sentido, embora a soberania dê aos Estados o direito de exercer sua própria jurisdição dentro de seu território, e determine que os Estados não possuem o direito de intervir nos assuntos internos dos outros Estados, tal direito só será mantido e preservado se o Estado agir com responsabilidade frente aos seus cidadãos e presem pela proteção dos seus direitos humanos. Neste último aspecto, caso o Estado se negue a agir, a responsabilidade de proteger passa para a comunidade internacional.

Como exposto no relatório da Comissão, a Carta das Nações Unidas é um exemplo de como os Estados membros voluntariamente abrem mão de uma parte de sua soberania aceitando as responsabilidades constituintes da Carta. Dessa maneira, o conceito de soberania se redefine, passando a representar uma responsabilidade do Estado, consistindo em um requisito importante para que o Estado seja bem visto internacionalmente (ICISS, 2001).

A soberania, vista como responsabilidade do Estado, tornar-se importante, uma vez que, de acordo com o documento da Comissão:

[...] em primeiro lugar, implica que as autoridades estatais são responsáveis por proteger a segurança e a vida dos cidadãos e promover o seu bem-estar; em segundo lugar, sugere que as autoridades políticas nacionais sejam responsáveis perante os cidadãos internamente e perante a comunidade internacional através das Nações Unidas; e, em terceiro lugar, significa que os agentes do Estado são responsáveis por seus atos, ou seja, são responsáveis por seus atos ou omissões. Este conceito de soberania é apoiado pela crescente influência das normas de direitos humanos e pela maior presença no discurso internacional do conceito de segurança humana (ICISS, 2001; p.14).

A Responsabilidade de Proteger, segundo o documento da Comissão, permite a intervenção em prol da proteção humanitária, sendo a intervenção militar permitida apenas em casos extremos, quando a população civil está correndo sérios riscos de vida e o Estado responsável é incapaz de agir, ou ele mesmo é o responsável pelos danos aos civis, e somente depois que sejam esgotados todos os meios pacíficos para sanar o desequilíbrio. Só depois que todas as medidas pacíficas forem usadas, é que uma intervenção militar com o propósito de proteção humana pode ocorrer. Tais intervenções são legitimadas

[...]com base no Direito Natural, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Carta das Nações Unidas, nos tratados internacionais de Direitos

Humanos e de DIH, na Convenção das Nações Unidas para Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio (1949) e no Estatuto do Tribunal Penal Internacional (1998) (Bierrenbach, 2011; p.17).

Em suma, a ICISS recomenda que a soberania passe a ser considerada como dever de proteger, ao invés de um direito à independência do Estado. Uma vez que o Estado não consiga cumprir com a responsabilidade de salvaguardar os direitos de seus próprios cidadãos, deve abrir espaço para que a comunidade internacional possa fazê-lo, no entanto tal abertura não dá o direito de intervenção a determinado Estado, mas sim o direito coletivo da responsabilidade de proteger os cidadãos contra crimes de genocídio, limpeza étnica ou atrocidades (AMSTUTZ, 2013).

1.1.3 Os pilares que sustentam a Responsabilidade de Proteger

A Responsabilidade de Proteger surgiu como uma forma de proteger as populações dos crimes de genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra, e crimes contra a humanidade, e está sustentada em três etapas, sendo elas: 1) A responsabilidade do Estado em proteger sua população dos eventuais crimes de guerra, genocídio, crimes contra a humanidade e limpeza étnica; 2) A assistência da comunidade internacional durante a crise, usando-se de meios pacíficos para ajudar as populações vulneráveis, 3) A resposta oportuna e decisiva da comunidade internacional, quando determinado Estado fracasse em proteger sua população dos quatro crimes antes mencionados, ou seja, pode sofrer uma intervenção legitimada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (SERBIN;ARREDONDO;RODRIGUES, 2011).

Nesse intento, para que ocorra a ativação da responsabilidade de proteger, a ICISS apresenta os três pilares que a sustentam e que representam três tipos de responsabilidade do Estado, sendo eles: a responsabilidade de prevenir, a responsabilidade de agir e a responsabilidade de reconstruir.

1.1.3.1 A Responsabilidade de Prevenir

A responsabilidade de prevenir é um dos principais pilares da responsabilidade de proteger, uma vez que ela configura o dever de a comunidade internacional ter um maior comprometimento com a prevenção, pois se faz necessário uma melhora nos mecanismos de prevenção, a fim de esgotar todas as opções de prevenção para que só assim, e se necessário, possa ocorrer uma intervenção. A proteção dos direitos humanos, a promoção do

desenvolvimento social e econômico, e a distribuição igualitária dos recursos configuram também os meios necessários para se prevenir (ICISS, 2001).

O ICISS volta a afirmar que a prevenção dos conflitos mortíferos e outras catástrofes que são provocadas pelo homem é de responsabilidade e obrigação dos Estados soberanos e de suas comunidades e instituições. Dessa maneira, “a forte vontade nacional para assegurar um tratamento justo e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos é uma base sólida para a prevenção de conflitos” (ICISS, 2001; p.22).

O fracasso da prevenção pode ocasionar conflitos e graves violações aos direitos humanos, causando assim graves consequências no plano internacional. Nesse intento, de acordo com o ICISS (2001), para a prevenção surtir efeito é indispensável o total apoio da comunidade internacional, podendo assumir inúmeras formas: 1) assistência para o desenvolvimento e outras iniciativas para eliminar as causas de conflito potencial; 2) apoio as atividades locais para a promoção de boa governança; 3) bons ofícios; e 4) e a mediação e outros esforços para promover o diálogo e a reconciliação. Tais ferramentas de apoio internacional para a prevenção podem vir em forma de incentivos e outras vezes em forma de medidas mais punitivas, como sanções (ICISS, 2001).

Tais iniciativas de prevenção protagonizadas pela comunidade internacional tem como principal objetivo reduzir, e se possível eliminar, a necessidade de intervenção, mas caso não seja possível, tem como intuito evitar o conflito ou catástrofe. Como exposto no documento da ICISS (2001) a responsabilidade de prevenção foi endossada, em 2000, pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como exemplificado no trecho abaixo:

Em 2000, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotaram resoluções que reconhecem o papel fundamental de todo o sistema das Nações Unidas na prevenção de conflitos e comprometem-se a melhorar a sua eficácia. O Relatório do Painel sobre Operações de Paz das Nações Unidas sublinhou a necessidade de evitar tais operações através de um melhor trabalho preventivo. Em seu importante relatório sobre a Prevenção de Conflitos Armados, apresentado em 2001, o Secretário-Geral fez outro eloquente apelo à cooperação em matéria de prevenção e fez uma série de recomendações de longo alcance, especialmente para a solução dos problemas estruturais na raiz de conflitos, recomendações que a Comissão apoia inteiramente (ICISS, 2001; p. 21-22).

De acordo com o documento da Comissão (2001), na década de 1990 até os anos atuais foram estabelecidos e ampliados diversos mecanismos internacionais, regionais e não-governamentais em prol da prevenção de conflitos, principalmente conflitos interestatais,

como também a participação e contribuição das organizações não governamentais “em iniciativas de alerta precoce, como também na mobilização e no apoio da opinião pública nacional e estrangeira para medidas preventivas” (ICISS, 2001; p.22). O custo de tal atuação ainda é mínimo em comparação ao que os Estados e organizações internacionais gastam em guerras ou para prestar assistência humanitárias às vítimas de conflitos e desastres. Entretanto, mesmo os que possuem meios para isso, preferem esperar que o conflito se resolva ou que a situação não piore, de forma que ocorre uma desproporção entre o apoio retórico para a prevenção e o apoio financeiro e político dado. Os países em desenvolvimento, em particular, ainda não possuem recursos suficientes para usar para a prevenção de conflitos, visto que lidam com disparidades de renda em seus territórios (ICISS, 2001).

Desta forma, para se ter sucesso na prevenção de conflitos, a Comissão apresenta três condições especiais: a) alerta precoce: onde deve-se conhecer bem a fragilidade da situação e dos riscos acarretados; b) mecanismos preventivos: saber quais medidas políticas podem ser realmente eficazes; e c) vontade política: a vontade de implementar tais políticas (ICISS, 2001).

No que se refere ao alerta precoce, existem recursos que podem ser dedicados a esse mecanismo. Muitas vezes, o que falta não é dados de base e sua análise, mas sim a vontade de agir por parte dos governos e organizações intergovernamentais, isto é, a falta de uma reação rápida aos conflitos. No entanto, tais recursos e mecanismos para o alerta precoce ainda precisam de mais empenho, como apontado no documento da Comissão:

A ação preventiva baseia-se na precisão das previsões, mas muitas vezes na análise preventiva, se ela existe, não leva em conta certos fatores fundamentais, os sinais importantes de alerta são ignorados (e, portanto, as oportunidades de ação são perdidas no tempo) ou os problemas são incompreendidos (então eles não aplicam as ferramentas certas). Existem vários fatores que claramente prejudicam a capacidade analítica para evitar conflitos violentos: a multiplicidade de variáveis relacionadas às causas radicais de um conflito e a complexidade de sua interação; a consequente falta de modelos confiáveis para prever conflitos; e, claro, o eterno problema de obter informação precisa sobre a qual basear análise e ação (ICISS, 2011; p.23).

Para que tal mecanismo de prevenção se tornasse mais eficaz, um novo tipo de ONG foi formado e dedicado exclusivamente para o alerta precoce e prevenção de conflitos. Essas ONGs supervisionam a situação existente em certas áreas do mundo onde os conflitos parecem estar emergindo, alertando os governos e os meios de comunicação caso

considerem urgente a aplicação de medidas preventivas. Considera-se também a sede da ONU como o lugar mais adequado para gerenciar as atividades referentes ao alerta precoce, embora se faça necessário uma melhora na capacidade da ONU para recolher e analisar informações. Ainda que precise de melhoras na capacidade de alerta precoce, que tem se mostrado insuficiente, a ONU possui um mecanismo satisfatório, visto o mandato especial conferido ao Secretário-Geral da organização, no artigo 99 da Carta, como pode ser visto a seguir (ICISS, 2001):

“[...] as Nações Unidas, o lugar lógico para centralizar as atividades de alerta precoce. Há mais de 20 anos, foram feitos esforços para melhorar a capacidade da Organização de coletar e analisar informações. Uma das suas principais vantagens é o mandato especial conferido ao Secretário-Geral no artigo 99 da Carta "para chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer questão que, em sua opinião, possa comprometer a manutenção da paz e da segurança "Em outras palavras, a Secretaria tem uma formidável capacidade de alertar o mundo sobre conflitos iminentes, seja de forma discreta ou aberta. Mas os esforços para melhorar a capacidade de alerta precoce da Organização até agora foram insuficientes e espera-se que, no futuro, a coleta e análise de dados essenciais continuem a depender fortemente de fontes fora das Nações Unidas (ICISS, 2001; p.24).

A Comissão (ICISS, 2001) sugere, como uma medida para que ocorra uma melhora no mecanismo de prevenção de conflitos, o aumento da capacidade do Secretário Geral em informar de maneira mais rápida e precisa ao Conselho de Segurança onde pode estar iniciando algum conflito, ou zonas propensas a surgir um conflito. Para este fim, deve-se criar um órgão que se encarregue de receber e analisar as informações confidenciais, formado por funcionários especializados na prevenção de conflitos e que teria ajuda dos Estados Membros e outras fontes que estariam em contato direto com o Secretário Geral.

A Comissão também elenca a importância da participação dos agentes regionais, uma vez que estes possuem um profundo conhecimento sobre a situação local:

Os atores regionais geralmente estão em melhor posição para entender a dinâmica local, embora também tenham a desvantagem de que muitas vezes eles estão interessados em ter conflitos que produzam alguns resultados. O Comitê recomenda que sejam dedicados mais recursos ao apoio a iniciativas regionais e sub-regionais de prevenção de conflitos, bem como esforços de capacitação para aumentar a eficácia das organizações regionais e sub-regionais em operações de manutenção da paz, imposição da paz e intervenção (ICISS, 2001; p. 24-25)

Para que as medidas preventivas sejam eficazes, principalmente na prevenção de causas profundas, tem que haver um conhecimento profundo e uma compreensão detalhada

do problema a ser resolvido, e tem que haver uma máxima cooperação possível entre aqueles que estão prestando a ajuda e aqueles que a recebem, como também os países devem conhecer bem a cultura do outro, como destacado no documento da Comissão:

[...]é essencial que os países desenvolvidos estejam conscientes das barreiras culturais que podem impedi-los de interpretar corretamente a informação procedente de outros países e regiões e que sua relutância em examinar a fundo suas próprias políticas e seus potenciais impactos negativos nos países em desenvolvimento (ICISS, 2001; p.25).

A ICISS também sugere, para melhorar as medidas de prevenção, um melhor treinamento das forças militares, e políticas de desarmamento e não proliferação, como destacado no texto abaixo retirado do relatório:

[...]a reforma do exército e outras forças de segurança do Estado. Isso pode ser conseguido através da melhoria da educação e treinamento das forças armadas; reintegrando ex-combatentes; fortalecendo os mecanismos de controle civil, inclusive no nível orçamentário; favorecendo iniciativas destinadas a garantir que as forças de segurança sejam responsáveis por suas ações e atuem dentro da lei; e promover o respeito pelos regimes de controle de armas, desarmamento e não proliferação, incluindo o controle das transferências de armas pequenas e de armas leves e a proibição de minas terrestres (ICISS, 2001; p.26).

Uma terceira forma de melhorar a eficácia da prevenção, caracterizando uma prevenção direta, é o uso de métodos políticos, diplomático, jurídicos, econômicos e\ou militares, dentre os quais os seguintes: a) uma assistência direta e de estímulos positivos; b) a ameaça de “punição”; c) intervenção direta do Secretário Geral da ONU; d) envio de missões de investigações; e) isolamento diplomático; f) a ameaça de sanções políticas e\ou econômicas. Estas medidas e outras similares possuem o objetivo de eliminar por todo a necessidade de recorrer a uma medida coercitiva armada e direta contra um Estado – o uso da força, mesmo que o Estado se negue a cooperar. É importante elucidar que as medidas de prevenções mais intrusas e coercitivas devem ser tomadas com cautela, à exemplo das medidas econômicas e de operações militares, uma vez que elas podem causar desarranjos, pressões política, econômicas e militares (ICISS, 2001).

A Comissão (ICISS) destaca que é necessário, para a eficácia das medidas preventivas, a participação dos mais variados atores internacionais, regionais, nacionais, sejam governamentais, interestatais ou não-governamentais, tais como grupos religiosos, empresários, comunidades científicas, profissionais da educação, entre outros, como também a dedicação de mais recursos e uma maior competência e determinação para que as

medidas de prevenção sejam mais sólidas e eficazes, mudando essa cultura de reação para uma cultura de prevenção. Desta forma, para a Comissão, se faz necessário que:

[...]as comunidades locais e nacionais devem estar mais dispostas a tomar medidas para evitar conflitos e os atores externos devem demonstrar uma maior disposição para garantir que suas ações não contribuam para piorar a situação. Os esforços a nível sub-regional e regional para evitar conflitos e apoiar esses esforços em todos os níveis devem ser intensificados. O sistema das Nações Unidas deve estar seriamente preocupado com a garantia de que a informação resulte em uma análise concreta e prática e, em geral, é necessária uma maior determinação para garantir que o alerta precoce seja traduzido em ação precoce.

Se não nos comprometem verdadeiramente com a prevenção de conflitos em todos os níveis - sem dedicar mais energia e encorajamento a este trabalho - nossos companheiros humanos continuarão a ser assassinados inutilmente e os conflitos continuarão a provocar um desperdício irresponsável de recursos valiosos que devem ser dedicados ao desenvolvimento socioeconômico. Chegou a hora de todos assumir a responsabilidade prática de evitar esta perda desnecessária de vidas humanas e agir prevenindo e não só depois de um desastre ter ocorrido (ICISS, 2001; p.30-31).

1.1.3.2 A Responsabilidade de Reagir

A responsabilidade de reagir é acionada quando a responsabilidade de prevenção não surte mais efeito para prevenir a incidência de um conflito que gera uma crise humanitária. Dessa maneira, a responsabilidade de reagir é aplicada em situações onde surge uma grande necessidade de proteção humana, porém, o uso da força militar só poderá ser utilizado após todas as medidas menos intrusivas e coercitivas sejam tomadas, medidas essas que podem ser políticas, econômicas, judiciais e em casos extremos, militares, uma vez que as medidas não-militares são preferíveis, ao invés do uso da força, que causa inquietude intensa na comunidade internacional (ICISS, 2001).

Para que a força militar seja usada, o conflito tem que estar nos extremos, e ainda assim possuir alguns requisitos, como o uso de todas as formas possíveis de medidas pacíficas de prevenção, uma vez que a ação militar vai interferir diretamente na capacidade e na autoridade internas, complicando e ocasionalmente impedindo a ação física do Estado dentro de seu próprio território (ICISS, 2001).

As medidas não-militares são sempre preferíveis, no entanto deve-se ter cuidado com a maneira que elas serão aplicadas, uma vez que podem causar efeitos contrários e até piorarem ainda mais a situação da população civil. O relatório da Comissão destaca, como exemplo, as sanções econômicas desproporcionais como causadoras de problemas

controversos, uma vez que elas podem vir a causar mais danos aos civis do que ao comportamento dos principais atores ao quais elas foram destinadas (ICISS, 2001).

Nessa esteira, a Comissão (ICISS) apresenta ilustrativamente alguns tipos de medidas econômicas, políticas, diplomáticas e militares, não envolvendo o uso da força, que poderiam ser adotadas, como apresentado na tabela abaixo, esclarecendo que tais medidas devem ter uma ampla supervisão para que elas possam surtir efeito. A Comissão (ICISS) também afirma que apenas em casos extremos e excepcionais é que a responsabilidade de reagir pode recorrer ao uso da ação militar. A Comissão, porém, deixa duas questões a serem respondidas: O que seria um caso extremo? E como determinar se uma intervenção militar é, à primeira vista, justificável? Existem circunstâncias excepcionais que obrigam os Estados a reagir e intervir em conflitos em outros países que apresentam genocídio e/ou depuração étnica em grande escala. Diante da necessidade de se definir com grande precisão tais circunstâncias excepcionais, a fim de aumentar o máximo as possibilidades de um consenso internacional, a Comissão propôs seis requisitos para que uma intervenção militar ocorra, sendo eles: a) autoridade competente. b) justa causa; c) intenção correta; d) último recurso; e) meios proporcionais; e d) possibilidades razoáveis (ICISS, 2001).

Medidas Não Militares				
Âmbito Militar	Embargo das armas, (venda de equipamento militar e de peças de reposição).		Fim dos programas de cooperação e treinamento militar.	
Âmbito Econômico	Sanções orientadas para os ativos no exterior de um país, um movimento rebelde, uma organização terrorista ou de certos líderes.	Restrição das atividades de geração de renda, tais como relacionadas com o petróleo, diamantes, madeira e drogas.	Limitar o acesso a produtos de petróleo como meio de restringir as ações militares (no entanto, pode ter efeitos devastadores contra a população civil e a economia local).	Proibição de tráfego aéreo, que pode afetar voos internacionais e locais.
Político e Diplomático	Diminuição da representação diplomática de um Estado, incluindo a expulsão de funcionários.	Restrição de viagens, especialmente para destinos internacionais, onde existem centros comerciais.	A suspensão da condição de membro ou a sua expulsão de determinados órgãos internacionais ou regionais, a perda de prestígio nacional e de oportunidade de cooperação técnica,	A recusa em admitir um país dentro de uma organização.

			assistência financeira que esses órgãos prestam ao país.	
Intervenção Militar				
Autoridade Competente (Quem pode autorizar uma intervenção militar)	Conselho de Segurança da ONU é o órgão mais adequado para autorizar uma intervenção militar com fins de proteção humana.		Se não cumprir a sua responsabilidade de proteger, os Estados interessados podem recorrer a outros meios para lidar com a seriedade e urgência da situação.	
Justa Causa	Grandes perdas de vidas humanas, reais ou previsíveis, com o sem intenção genocida, que sejam consequência da ação de um Estado, ou de sua negligência ou incapacidade de atuar.	Depuração étnica em grande escala, real ou previsível, levada a cabo mediante o assassinato, a expulsão forçada, o terror e a violência.	O colapso de um Estado que expõe a população à fome massiva e à guerra civil.	Catástrofes naturais e ecológicas de grandes proporções, que estejam causando perdas humanas, e o Estado não queira ou não possa fazer nem solicitar assistência.
Intenção correta	A intervenção militar sempre deve ter caráter coletivo ou multilateral e nunca ser feita por apenas um Estado.		Motivações altruístas como principal objetivo, por mais que nem sempre seja isso que ocorra.	
Último recurso	A intervenção militar só pode ser acionada após as medidas pacíficas serem infrutíferas, ou seja, a responsabilidade de prevenir (incluindo tentativa fracassada de cessar fogo), caso não haja mais tempo e elas tenham fracassado.			
Meios proporcionais	A intensidade de uma intervenção militar deve ter o mínimo nível necessário para alcançar o objetivo humanitário proposto, assim os meios devem ser proporcionais às finalidades e a magnitude da provocação inicial.		O impacto sobre o sistema político do país deve ser limitado, apenas necessário para atingir o objetivo da intervenção.	Respeito às regras do direito internacional humanitário.
Possibilidades Razoáveis	A intervenção militar só é justificável se existem possibilidades razoáveis de ter sucesso, para que não ocasione um conflito ainda maior.			

Tabela 1 - Elaboração própria, segundo o relatório da ICISS (2001)

A Comissão expõe que ainda se faz necessário um consenso sobre o tipo de situações específicas que podem justificar uma intervenção militar. Dessa maneira, a maneira mais eficaz seria um informe preparado por uma fonte não governamental, que fosse imparcial e tivesse peso, como exposto a baixo:

Idealmente, um relatório deve ser preparado por uma fonte não-governamental imparcial e universalmente respeitada sobre a gravidade da situação e a incapacidade ou falta de vontade do Estado em questão de resolvê-la de forma satisfatória. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um candidato óbvio e muitas vezes foi mencionado seu nome, mas por razões compreensíveis - que eles obedecem à necessidade deles de permanecer e estar totalmente fora de

contato com as decisões políticas e operar no terreno em qualquer lugar - não está de todo disposto a assumir esta função (ICISS, 2001; p.39).

A Comissão também pontua o envio de uma missão independente de investigação para o local de conflito, quando existem questionamentos das condições que podem justificar uma intervenção em prol da proteção humana:

[...] quando se questiona a existência de condições que possam justificar uma intervenção de proteção humana e exista tempo suficiente, o Conselho de Segurança ou o Secretário-Geral podem enviar uma missão independente para obter informações precisas e realizar uma avaliação imparcial de uma situação particular. O Comitê acredita que é particularmente desejável que o Secretário-Geral procure o conselho de testemunhas objetivas e bem colocadas e aqueles que estão completamente familiarizados com a situação. O artigo 99 da Carta das Nações Unidas confere ao Secretário-Geral uma enorme autoridade, até então claramente subutilizada, "para chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer questão que, na sua opinião, possa comprometer a manutenção da paz e segurança internacional: "este poder poderia ter uma grande influência no contexto atual (ICISS, 2001; p. 40)

No que se refere às outras medidas de precaução, listadas acima, para que se possa fazer uma intervenção militar, a Comissão (ICISS, 2001) diz que, se o Conselho de Segurança e os Estados membros levarem todas essas condições em conta ao adotar as decisões políticas, será possível delimitar o uso da força militar legítimo para fins de proteção humana (ICISS, 2001).

1.1.3.3 A Responsabilidade de Reconstruir

A responsabilidade de reconstruir refere-se à obrigação que a comunidade internacional (ONU e/ou Estados que intervirem) tem de, após intervir em um Estado, reconstruir o Estado e/ou zona de conflito. Isso quer dizer que, se é feita a decisão de intervenção militar, deve-se ter em mente que após é preciso ajudar na reconstrução, para que a situação que gerou a crise humanitária não reincida no futuro. Dessa maneira, deve-se, de acordo com a Comissão (ICISS, 2001):

[...] ajudar e consolidar uma paz duradoura, promover a governança e o desenvolvimento sustentável. Os agentes internacionais, em colaboração com as autoridades locais devem restaurar a segurança e a ordem pública, com o objetivo de transferir progressivamente as autoridades a responsabilidade e autoridade para reconstruir" (ICISS, 2001; p. 43).

Para garantir a reconstrução e a reabilitação sustentáveis, será necessário atribuir um financiamento e recursos adequados, uma estreita cooperação com a população local e talvez permanecer no país por um certo período de tempo após os objetivos iniciais da intervenção (ICISS, 2001; p.43).

O crescimento econômico, caracteriza uma última responsabilidade e de suma importância, onde se tem que fomentar o renascimento de mercado e o desenvolvimento sustentável, uma vez que tais medidas se fazem necessárias por repercutirem na ordem pública, mas também na recuperação geral do Estado, como exposto pela Comissão (ICISS, 2001):

As autoridades de intervenção têm a obrigação específica de realizar, tão rapidamente e sem problemas quanto possível, a transferência de responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de projetos para líderes locais e atores com a assistência de organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento (ICISS, 2001; p.47).

Tal responsabilidade pode ser dita como uma das mais importantes da Responsabilidade de Proteger, uma vez que deverão ser reparados o máximo de danos causados e tomadas medidas para ajudar o Estado a se reerguer e se reintegrar, oferecendo segurança e proteção básica para a população (ICISS, 2001).

1.1.4 A Recepção da Doutrina da R2P pelos Órgãos da ONU

Como visto, a Responsabilidade de Proteger surgiu como uma forma de proteger as populações dos crimes de genocídio, limpeza étnica, crimes de guerra, e crimes contra a humanidade. Por mais que ainda seja difícil um consenso na comunidade internacional (ONU) no que se refere às intervenções militares, a responsabilidade de proteger apresentada pela Comissão (ICISS, 2001) galgou um bom caminho nos debates internacionais, e tem se apresentado frutífera como um guia para uma possível melhora nas intervenções de cunho humanitário protagonizadas pela ONU.

No entanto, o princípio foi bem aceito na ONU, aparecendo pela primeira vez três anos após a publicação do documento da Comissão (ICISS), no ano de 2004, no relatório do *High-Level Panel on Threats, Challenges and Change*, intitulado “A more secure world: Our shared responsibility”. Posteriormente, foi endossado em 2005 na Cimeira Mundial por todos os Estados Membros da ONU e reafirmado pelo Conselho de Segurança em inúmeras Resoluções, tais como as Resoluções 1674, 1894 e 2150 (BELLAMY, 2014).

A seguir, será examinado o endosso progressivo do R2P pela comunidade internacional, representada pela ONU e seus órgãos.

1.1.4.1 Relatório do High-Level Panel on Threats, Challenges and Change - A more secure world: Our shared responsibility” (2004)

O Relatório sobre a reforma da ONU reconhece as controvérsias existentes no sistema internacional em torno da intervenção militar, e traz em seu escopo as responsabilidades dos Estados advinda da responsabilidade de proteger, caracterizando assim não o direito de intervir, mas a responsabilidade de proteger os cidadãos de danos humanitários de cada Estado, assim como as responsabilidades compartilhadas e o conceito de soberania como responsabilidade (BIERRENBACH, 2011). Como exemplificado no relatório

O Conselho da ONU e a comunidade internacional em geral chegaram a aceitar, ao abrigo do Capítulo VII e em busca da norma emergente de uma responsabilidade internacional coletiva de proteger, ele sempre pode autorizar ações militares para corrigir erros internos catastróficos se estiver preparado para declarar que a situação é uma "ameaça à paz e segurança internacionais", não especialmente difícil quando violações do direito internacional estão envolvidas” (ONU, 2004; p.57).

Em seguida, o relatório afirma endossar a norma da R2P, como também o uso da intervenção militar como último recurso em situações de crimes contra os direitos humanos.

Nós endossamos a norma emergente de que existe uma Responsabilidade de Proteger, exercível pelo Conselho de Segurança, autorizando a intervenção militar como último recurso, em caso de genocídio e outros assassinatos em larga escala, limpeza étnica ou violações graves do direito internacional humanitário, que Governos soberanos se mostraram impotentes ou não quiseram evitar (ONU, 2004; p.66).

O relatório buscou identificar as principais ameaças à humanidade, e também recomendou ações de prevenção no sistema de segurança para que a atuação possa ser mais eficaz, como exemplifica Bierrenbach (2011):

O relatório identificou seis categorias de ameaças: econômicas e sociais, inclusive pobreza, doenças infecto-contagiosas e degradação ambiental; rivalidades e conflitos interestatais; violência interna, incluindo guerra civil, colapso de instituições estatais, genocídio e outras atrocidades em grande escala; armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas; terrorismo; e crime organizado transnacional. A recomendação geral foi no sentido de que o novo sistema de segurança coletiva incluisse ações de prevenção, regras e diretrizes para o uso da força, assim como mudanças institucionais de modo a habilitar a ONU a atuar de maneira mais eficaz e preventiva no combate às novas ameaças (BIERRENBACH, 2011; p. 142).

No que se refere às questões de legitimidade, o relatório diz:

A eficácia do sistema global de segurança coletiva, tal como qualquer outra depende, em última instância, não só da legalidade das decisões, mas também da percepção comum de sua legitimidade - sendo feita em sólida evidência por razões legítimas, tanto moralmente como legalmente (ONU, 2004; p. 66).

Em consequência da legitimidade, o Conselho de Segurança antes de adotar uma medida de intervenção deve abraçar um conjunto de orientações acordadas, para se ter certeza de que a ação militar deve ser aplicada, ou seja, deve-se ponderar com cautela e avaliar as consequências que estão sendo geradas pelo conflito, para que a ação militar não resulte em uma piora no conflito, sendo pior do que a inação. Nesse sentido, o relatório sugere diretrizes que visam maximizar a possibilidade de se chegar a um consenso no Conselho de Segurança sobre as intervenções militares, como também aumentar o apoio internacional. De acordo com o relatório, o Conselho de Segurança deve sempre considerar cinco critérios básicos de legitimidade, sendo alguns deles uma releitura do que foi apresentado no documento da ICISS (2001): a) gravidade da ameaça; b) finalidade apropriada; c) último recurso; d) meios proporcionais; e e) balanço de consequências (ONU, 2004; p.67).

Como aponta Bierrenbach (2011):

[...] o painel sugere uma série de mudanças na ONU, destinadas a assegurar mais eficácia e representatividade aos seus órgãos, bem como maior transparência a seus métodos de trabalho, com vistas ao fortalecimento de sua legitimidade³⁰². Entre essas mudanças, estaria a criação de uma Comissão para a Construção da Paz³⁰³ e a instituição de um Conselho de Direitos Humanos, que substituiria a Comissão de Direitos Humanos (BIERRENBA CH, 2011; p.143).

Em suma, o Relatório de 2004 do *'High-Level Panel on Threats, Challenges and Change'*, propõe uma reforma na ONU, e novas maneiras de entender a segurança humana, apresentando ferramentas, como a responsabilidade de proteger, para servir como diretriz das ações em prol dos direitos humanos que são produzidas no Conselho de Segurança e pelos Estados membros da ONU.

1.1.4.2 Relatório do Secretário-Geral da ONU - In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All" (2005)

Com o objetivo de propor uma agenda, baseada na Declaração do Milênio, para a Cimeira Mundial que iria se realizar, foi elaborado e divulgado pelo Secretário Geral da

ONU, Koffi Annan, em março de 2005, o relatório *'In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All'*.

Nas palavras de Koffi Annan, o relatório de 2005 tem o intuito principal de promover a liberdade dos indivíduos, como exposto no trecho a seguir:

O presente relatório intitulado 'Em maior liberdade' enfatiza a relevância continuada da Carta das Nações Unidas e a necessidade de promover os seus objetivos na vida de cada homem e cada mulher. A liberdade mais ampla também encapsula a ideia de que o desenvolvimento, segurança e direitos humanos andam de mãos dadas [...]. O conceito mais amplo de liberdade implica que homens e mulheres de todo o mundo têm o direito de ser regidos de forma consensual, nos termos da lei, em uma sociedade em que todas as pessoas, sem medo de discriminação ou represália, devem gozar de liberdade de opinião, de adoração e de associação. Eles também devem ser livres da pobreza, de sentenças de morte impostas, da pobreza extrema, de doenças infecciosas e do medo, de modo que a violência e a guerra não destruam a sua existência e subsistência: todos os seres humanos têm direito à segurança e ao desenvolvimento" (ONU, 2005; p. 5).

Koffi Annan expõe no relatório a necessidade de novos mecanismos para assegurar a responsabilidade dos Estados e instituições internacionais, com a prestação de contas. O Secretário-Geral também endossa a necessidade de um consenso para lidar com as novas ameaças que surgem no sistema internacional, como também sobre o desenvolvimento econômico e social dos países mediante ações conjuntas. Em suas palavras: "Podemos e devemos agir em conjunto. Devemos isso uns aos outros. Se vivermos de acordo com esses compromissos mútuos, podemos fazer o novo milênio digno de seu nome" (ONU, 2005; p. 7).

O relatório endossa a importância da participação dos Estados em sanar os desequilíbrios dos direitos humanos, e de um consenso sobre as ameaças globais, reconhecendo-se uma interconexão de ameaças, pois como exemplificado no relatório:

Em um contexto de globalização, as ameaças são interdependentes. Ninguém está imune à ameaça. Um ataque terrorista nuclear lançado contra os Estados Unidos ou a Europa teria consequências desastrosas para todo o mundo. Mas o mesmo se aplica para o aparecimento de uma nova doença infecciosa num país pobre com nenhum sistema de saúde eficaz (ONU, 2005; p. 29).

O relatório ainda situa a necessidade da responsabilidade da prevenção:

A prevenção, em particular, deverá desempenhar um dos pontos centrais a todos os esforços, de combate à pobreza e promoção desenvolvimento sustentável através do fortalecimento da capacidade dos países de lidar com os conflitos, a promoção da democracia e do Estado de lei e reduzir a disseminação de armas para a prevenção operacional, como o uso de bons ofícios, missões Conselho de Segurança e implantações preventivas" (ONU, 2005; p. 32).

Especificamente, é reafirmada a ideia da Responsabilidade de Proteger que cada Estado tem em proteger sua população, e se tal responsabilidade não for respeitada, tal dever recai sobre a comunidade internacional, em seu compromisso com a proteção aos civis:

Devemos assumir a responsabilidade de proteger e, quando necessário, temos de agir em conformidade com ela. Essa responsabilidade recai principalmente em cada Estado, cuja principal razão de ser e dever é proteger sua população. Mas, se as autoridades nacionais não estão dispostas – ou não podem – proteger os seus cidadãos, essa responsabilidade será transferida para a comunidade internacional, que utilizará de meios diplomáticos, humanitários e outros para ajudar proteger os direitos humanos e o bem-estar da população civil (ONU, 2005; p.39).

A comunidade internacional deve abraçar a ‘responsabilidade de proteger’, como base para a ação coletiva contra o genocídio, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Todos os tratados relativos à proteção dos civis devem ser ratificados e aplicados. Além disso, devem ser tomadas medidas para reforçar a cooperação com o Tribunal Penal Internacional e de crimes internacionais, tribunais de guerra e com a Corte Internacional de Justiça. O Secretário-Geral também deve reforçar a capacidade do Secretariado, que acompanha os esforços nacionais para restabelecer o Estado de direito nas sociedades de conflito e pós-conflito (ONU, 2005; p. 40).

O relatório *In Larger Freedom* foi aceito por um grande número de Estados e arranjos regionais, como a União Europeia, França, Chile, Argentina, Peru e Japão, como também houveram outros que concordaram com algumas partes, como descrito por Bierrenbach (2011):

De modo geral, a UE endossou os comentários do SGNU. A França e o Canadá estariam satisfeitos com a moldura apresentada. Países como Chile, Argentina, Costa Rica e Peru ter-se-iam mostrado favoráveis. O Japão teria demonstrado preferência pelo conceito da segurança humana. A coordenação do Movimento Não Alinhado teria expressado a necessidade do respeito à não ingerência e apontado as semelhanças entre o novo conceito e o conceito de intervenção humanitária. China e Egito teriam defendido a adesão estrita aos princípios da Carta das Nações Unidas. Cuba teria afirmado que rejeitaria firmemente qualquer doutrina que sirva aos interesses daqueles que fazem da guerra um negócio milionário. A Índia teria reconhecido a necessidade de debater o tema com cautela e o Paquistão teria demonstrado sua preferência por um conceito de “responsabilidade coletiva”, baseado no direito ao desenvolvimento (BIERRENBACH, 2011; p.144-145).

1.1.4.3 A Cimeira Mundial de 2005

O conceito da Responsabilidade de Proteger foi endossado de forma unânime na Cimeira Mundial de 2005, o que é considerado um marco para a consolidação do conceito no plano internacional. Na resolução final da Cimeira, se introduz formalmente a

responsabilidade do Estado na proteção de sua população contra o genocídio, crimes de guerra, depuração étnica e crimes contra a humanidade.

O Documento Final da Cimeira Mundial (2005) tinha como objetivo oferecer uma nova visão de segurança coletiva e de promoção dos direitos humanos. Nesse intento, alguns dos elementos do conceito proposto do R2P foram adotados pela ONU e outros sofreram modificações e subtrações, tendo convergências e divergências entre o documento da ICISS (2001) e o da Cimeira Mundial (2005) sobre o conceito de intervenção humanitária em face da Responsabilidade de Proteger.

O Documento inicia reafirmando a responsabilidade do Estado de proteger sua população:

[...] cada Estado é responsável por proteger as suas populações contra o genocídio, os crimes de guerra, a depuração étnica e os crimes contra a humanidade. Esta responsabilidade implica a prevenção dos referidos crimes, incluindo incitação à prática dos mesmos, pelos meios necessários e apropriados. Aceitamos essa responsabilidade e agiremos em conformidade com a mesma” (Parágrafo 138; p.40).

Tais crimes internacionais são considerados condições para a ativação do princípio da Responsabilidade de Proteger, como acentua o documento: “onde as autoridades nacionais competentes não conseguirem proteger suas populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, o princípio da responsabilidade de proteger pode vir a ser ativado para que ocorra a proteção de tais populações” (ONU, 2005). Embora essas mesmas condições para a ativação do princípio do R2P estejam presentes no relatório do ICISS, esse se faz muito mais completo e cauteloso ao elencar as condições para que o princípio seja posto em prática.

Nessa esteira, a Comissão, no que se refere às condições para a ativação do princípio, é mais específica e cautelosa em descrever os tipos de crimes e de que modo eles podem aparecer para que se faça preciso uma intervenção militar de caráter humanitário, uma vez esgotados todos os meios pacíficos para solucionar o conflito. No documento da Comissão consta que deve haver um planejamento prévio, como também deve se incluir a necessidade de construir “*uma coalizão política efetiva, fornecer um mandato claro, conceber um plano comum de operações, executar os objetivos acordados e mobilizar recursos necessários*” (ICISS, 2001; p.58). Dessa maneira, para a Comissão, “*a fase da intervenção militar será necessariamente precedida de ações preventivas que podem incluir medidas militares, tais como sanções ou da execução embargo, implantações preventivas, ou zonas de exclusão aérea*” (ICISS, 2001; p.58).

O papel da comunidade internacional na proteção das populações, através das Nações Unidas, também é citado em ambos os documentos. Nessa perspectiva, o documento da Cimeira Mundial de 2005 aponta a responsabilidade incumbida à comunidade internacional:

A comunidade internacional, quando necessário, deve incentivar e ajudar os Estados a cumprirem essa responsabilidade e devem apoiar as Nações Unidas na criação de um dispositivo de alerta rápido. A comunidade internacional, através das Nações Unidas, deve igualmente usar os meios diplomáticos e humanitários apropriados, em conformidade com os Capítulos VI e VIII da Carta, para ajudar a proteger as populações contra o genocídio, crimes de guerra, depuração étnica e crimes contra humanidade” (ONU, 2005; p.40).

Percebe-se que, por mais que o documento da Cimeira Mundial endosse a responsabilidade da comunidade internacional, como também o conceito de soberania como responsabilidade do Estado, tais argumentações ainda necessitam de uma melhor abrangência, como está presente no documento da ICISS.

O *Outcome Document* também se refere à ação de prevenção - mesmo que de maneira breve e sem elencar quais medidas de prevenção poderiam vir a ser tomadas. No que se refere à reconstrução, o *Outcome Document* (2005) reconhece que há necessidade de uma abordagem coordenada, coerente e integrada para a construção da paz pós-conflito, como também uma reconciliação a fim de alcançar uma paz sustentável. Dessa maneira, prossegue o documento, existe uma necessidade de criação de um mecanismo institucional específico para atender as necessidades especiais dos países que passam por conflitos, para que ocorra uma recuperação, reintegração e reconstrução. Nesse intento, o *Outcome Document* reconhece o papel das Nações Unidas, que criou uma Comissão de Consolidação da Paz como um órgão consultivo intergovernamental, com o intuito mobilizar recursos, aconselhar e propor estratégias para a construção da paz e recuperação pós-conflitos. (ONU,2005).

Tanto a Comissão como o documento da Cúpula Mundial de 2005 ratificam o uso de meios pacíficos para a resolução de um conflito e indicam como estes devem ser operados. O *Outcome Document*, no parágrafo 139, estabelece que a comunidade internacional, através da ONU, usará de meios pacíficos, diplomáticos e humanitários, como também outras medidas apropriadas em conformidade com os capítulos VI da Carta da ONU, para ajudar e proteger as populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Nos casos onde as medidas pacíficas não forem consideradas adequadas, e dessa maneira ocorrer falhas no dever de proteger as populações afetadas, os países têm que estar preparados para agirem coletivamente e por meio do Conselho de Segurança da ONU.

No que se refere aos órgãos competentes e com autoridade universalmente aceita para autorizar e validar uma intervenção militar, o Conselho de Segurança da ONU é o que possui maior legitimidade, argumento exposto tanto pelo documento da Cúpula Mundial de 2005, como pelo documento da Comissão (ICISS). No entanto, o documento da Comissão apresenta outras alternativas de órgãos e mecanismos que podem autorizar uma intervenção militar com finalidade humanitária.

De acordo com a Comissão, não existe um órgão melhor nem mais adequado que o Conselho de Segurança da ONU para autorizar uma intervenção militar que tem como fim a proteção humana: “as tentativas de impor autoridade só podem ser feitas pelos agentes legítimos de autoridade. A intervenção coletiva feita pela ONU é considerada legítima porque está devidamente autorizada por um organismo internacional representativo” (ICISS,2001; p.47).

Para a Comissão, a autorização do Conselho de Segurança deve, em todos os casos, ser procurada antes de qualquer intervenção militar a ser realizada. O Conselho de Segurança deve agir rapidamente em qualquer pedido de autorização, para intervir sempre que haja alegações de perda de vidas em grande escala ou de limpeza étnica. No entanto, em casos onde o Conselho de Segurança demore a tomar uma decisão, ou rejeite uma proposta de intervenção por razões humanitárias, podem ser usadas outras alternativas. Menciona-se, primeiramente, o apoio da Assembleia Geral em uma Sessão Especial de Emergência, procedimento que foi desenvolvido em 1950 (*Uniting for Peace*) especificamente para “lidar com situações em que o Conselho de Segurança, por causa da falta de unanimidade dos membros permanentes, deixe de exercer o seu papel de responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacionais”. (ICISS,2001; p.54).

Outra alternativa refere-se às intervenções feitas por organizações regionais e sub-regionais que agem dentro de suas áreas de atuação. Assim, para a Comissão, se o Conselho de Segurança não cumpre com a sua responsabilidade, então é válido esperar que atores possam encontrar outras formas de ação para atender à gravidade e urgência destas situações, lembrando que “intervenções unilaterais sem a aprovação do conselho de segurança, da Assembleia Geral da ONU, e\ou de grupos regionais ou sub-regionais não costumam ser apoiadas” (ICISS, 2001; p.54).

No *Outcome Document* (2005), com exceção da Assembleia Geral, o papel de tais mecanismos e órgãos não são reconhecidos sem a participação do Conselho de Segurança. O documento estabelece que a ONU está preparada para uma ação coletiva, através do

Conselho de Segurança, e em cooperação com as organizações regionais relevantes. Ressalta também a necessidade de a Assembleia Geral dar continuidade à responsabilidade de proteger as populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e suas implicações, levando em conta os princípios da Carta e do Direito Internacional (ONU, 2005).

Percebe-se que há muito pontos de convergência entre os documentos da Comissão e da Cúpula Mundial de 2005, como o conceito de soberania como responsabilidade do Estado, o papel do Estado – e da comunidade internacional – em proteger sua população de crimes internacionais, como também a concordância com os critérios de prevenção, ação e reconstrução.

A Comissão propõe uma versão mais ampla de tais critérios, uma vez que ao *Outcome Document*, por mais que tenha defendido grande parte dos conceitos que compõe o princípio da Responsabilidade de Proteger, falta profundidade nas declarações e condições para a ativação do princípio, como também maior clareza no papel dos órgãos e mecanismos para lidar com as ameaças aos direitos humanos. No entanto, ambos os documentos defendem o dever dos Estados membros da comunidade internacional em salvaguardar a população contra crimes internacionais, caracterizando uma nova proposta que busca o consenso dos Estados para que as intervenções humanitárias percam o caráter controverso.

1.1.5 O R2P na Prática dos Órgãos da ONU

Com o endosso do conceito de Responsabilidade de Proteger na Cimeira Mundial de 2005, ele foi por vezes proclamado nas Resoluções do Conselho de Segurança, da Assembleia Geral, e também do Conselho de Direitos Humanos da ONU, para lembrar aos Estados a responsabilidade que eles têm em salvaguardar os direitos humanos de sua população, sempre reafirmando a responsabilidade primária dos Estados (BELLAMY, 2014).

Convém elucidar que, ainda que consolidado pela ONU, o conceito e a prática da Responsabilidade de Proteger fez surgir muitos questionamentos na comunidade internacional, o que por sua vez causou uma resistência dos Estados para ratificarem o documento, uma vez que grandes potências poderiam usar do R2P para facilitar a intervenção com base em seus interesses (AMSTUTZ, 2013).

Se pode afirmar, porém, que a R2P nos últimos anos passou de um conceito controverso e indeterminado a uma norma internacional utilizada frequentemente, uma norma estabelecida que mudou de maneira positiva a forma que a sociedade internacional responde ao genocídio e às atrocidades em massa. Com apenas algumas exceções, os Estados aceitam e se comprometem com o R2P concordando com os principais elementos do princípio. Nesse intento, o conceito geral da R2P foi unanimemente reafirmado pelo menos quatro vezes pelo Conselho de Segurança da ONU e foi citado em mais de vinte e cinco resoluções do Conselho de Segurança referentes a casos específicos, como também se faz presente nas Resoluções da Assembleia Geral da ONU (BELLAMY, 2015).

1.1.5.1 Assembleia Geral da ONU

A Responsabilidade de Proteger foi por vezes citada e respaldada nos documentos e relatórios da Assembleia Geral das Nações Unidas, endossando o Documento Final da Cimeira Mundial 2005, como é o caso da Resolução 60/180, aprovada em 20 de dezembro de 2005 e a Resolução 63/308, aprovada em 14 de setembro de 2009, além de outras resoluções que reafirmam a responsabilidade primária dos Estados em proteger os direitos humanos, como é o caso das Resoluções 65/241 (2011), 66/164 (2011) e 68/181 (2014).

A Resolução 60/180 faz referência aos parágrafos 97 e 105 do Documento Final da Cimeira Mundial 2005, onde destaca a necessidade da aplicação coordenada, coerente e integrada da consolidação da paz e da reconstrução depois dos conflitos para fins de uma paz duradoura. Já a Resolução 63/308 reafirma os parágrafos 138 e 139 do Documento Final da Cimeira Mundial 2005 (ONU, 2005).

De acordo com Bierrenbach (2011), em 2008, o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, criou o cargo de Assessor Especial para o tema da responsabilidade de proteger, no entanto as especificidades desse cargo geraram controvérsias, uma vez que este não possuía autorização da Assembleia Geral das Nações Unidas. O caso foi resolvido quando designaram o assessor apenas para estimular os debates sobre o tema, de acordo com o que foi apresentado nos parágrafos 138 e 139 da Cimeira Mundial de 2005. Nessa esteira, ainda em 2009, a Assembleia Geral das Nações Unidas debateu um relatório do Secretário-Geral intitulado “Implementando a Responsabilidade de Proteger”, tendo como base os capítulos 138 e 139 da Cimeira Mundial.

1.1.5.2 Conselho de Segurança da ONU

O conceito da R2P foi reafirmado pelo Conselho de Segurança em inúmeras Resoluções, onde se proclama a responsabilidade primária dos Estados em manter a paz e a segurança, identificando os Estados que estão sob conflito e sofrendo graves violações dos direitos humanos, e alertando para que esses atentem para a sua responsabilidade primária de proteger seus cidadãos. O conceito do R2P passou a ser frequentemente mencionado pelas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, como é o caso da Resolução 1674, de 28 de abril de 2006, onde se reafirma as responsabilidades primárias dos Estados em protegerem suas populações contra os crimes de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, de acordo com os parágrafos 138 e 139 do Documento Final da Cimeira Mundial de 2005 (ONU, 2006).

Preocupado com a proteção aos direitos humanos e da segurança humana, a Resolução 1706, de 31 de agosto de 2006, onde foi autorizada o deslocamento de tropas para o Sudão devido as violações dos direitos humanos na região, fez menção a Resolução 1674 e aos parágrafos 138 e 139 do Documento Final da Cimeira Mundial de 2005, e reafirmou a responsabilidade do governo do país de proteger sua população civil da ameaça de violência física (ONU, 2006).

De acordo com Bierrenbach (2011), em 2007, os debates sobre a proteção de civis em conflitos armados que ocorreram no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde participaram membros permanentes e não permanentes, colocou em pauta a responsabilidade de proteger, e houveram alguns países que questionaram a ideia.

[...]o quadro parlamentar relativo às posições dos países quanto ao conceito da responsabilidade de proteger apresentava-se da seguinte maneira, conforme Marcelo Böhlke: de um lado, as delegações da Alemanha (em nome da UE), de Liechtenstein, do Panamá e do Peru mostraram-se favoráveis. Gana, Ruanda e, de certa forma, Itália e Japão salientaram a necessidade de extrapolar a retórica e partir para a adoção de medidas concretas. A Bélgica sublinhou o dever de agir da comunidade internacional. De outro lado, China, Rússia e Catar criticaram a forma como a discussão teria sido conduzida, assinalando a importância de maior participação da AGNU no processo decisório. Colômbia, México e Argentina alertaram para os perigos da politização do tema (BIERRENBACH, 2011; p.151).

O primeiro caso em que o CSNU da ONU autorizou o uso da força armada para fins de proteção humanitária, indo contra a soberania de um Estado, foi o da Líbia (BELLAMY E WILLIAMS, 2011). A Resolução 1973, em março de 2011, autorizava que todas as medidas necessárias fossem tomadas para proteger a população civil, e reafirmava a

responsabilidade das autoridades líbias em proteger sua população, a ONU através do Conselho de Segurança autorizou pela primeira vez uma intervenção em um Estado soberano contra a vontade do governo desse Estado. A Resolução 2144, adotada em março de 2014, referente à situação da Líbia, reafirma a responsabilidade do governo da Líbia de proteger os direitos humanos. A Resolução 2150, aprovada em 16 de abril de 2014 refere-se as ameaças à paz e a segurança internacional, reafirmando a importância da Convenção para a Prevenção e Sanção do Crime de Genocídio como instrumento internacional capaz de prevenir e sancionar os crimes de genocídio, como também reconhecendo a responsabilidade primordial dos Estados em assegurar os direitos humanos de seus cidadãos e de outras pessoas que se encontrem em seu território, e principalmente recordando o importante papel da Responsabilidade de Proteger, cujas funções incluem o mecanismo do alerta precoce, a fim de prevenir situações que possam levar ao genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e limpeza étnica, ponto que volta a ser ressaltado na Resolução 2171, adotada em 21 de agosto de 2014, que refere-se a manutenção da paz e da segurança internacionais, onde se reafirma os parágrafos 138 e 139 do Documento Final da Cimeira Mundial (2005) sobre a responsabilidade de proteger as populações dos crimes de guerra, genocídio, depuração étnica e dos crimes que lesam a humanidade (CSNU, 2014).

1.1.5.3 Conselho de Direitos Humanos da ONU

O conceito da responsabilidade de proteger também foi aderido pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que tem como principais objetivos a proteção e a promoção dos direitos humanos, e já apresentou resoluções onde proclamam a responsabilidade de proteger do Estado.

A Resolução 33/19, adotada em 30 de setembro de 2016, refere-se aos direitos humanos e justiça de transição, reafirma o R2P com base nos parágrafos 138 e 139 da Cimeira Mundial (2005), promulgando a responsabilidade de cada Estado em proteger suas populações do crime de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes de guerra, relembrando que a responsabilidade implica a prevenção de tais crimes e solicita aos Estados que trabalhem para prevenir situações potenciais que possam resultar em abusos dos direitos humanos, e que possam ter como exemplo o legado dos conflitos passados, para que se possa evitar sua recorrência, através da cooperação entre o Gabinete dos Assessores Especiais do

Secretário-Geral sobre Prevenção de Genocídio e a Responsabilidade de Proteger (ONU, 2016).

A Resolução 25/35, adotada em 26 de março de 2014, endossa a responsabilidade das autoridades do Estado de Guiné em proteger os civis e relembra a comunidade internacional sua responsabilidade em auxiliar as autoridades de transição do Estado com a promoção e proteção dos direitos humanos. A Resolução 34/24, adotada em 3 de abril de 2017, trata sobre a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, e recorda a responsabilidade do Estado em proteger sua população dos crimes contra a humanidade. A Resolução 35/L.36, adotada em 19 de junho de 2017, refere-se à assistência técnica à República Democrática do Congo sobre os acontecimentos em Kasai, reafirma a responsabilidade dos Estados em proteger e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais consagradas tanto na Carta das Nações Unidas como nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

É importante elucidar que o Conselho dos Direitos Humanos é um órgão subsidiário da Assembleia Geral e foi criado com o intuito de reforçar a promoção e a proteção aos direitos humanos em todo o mundo. O Conselho de Direitos Humanos tem que prestar contas aos membros da Assembleia Geral, e nesse intento o Conselho de Direitos Humanos da ONU apresenta objetivos específicos e tem o intuito de dinamizar e tornar mais eficaz a promoção e proteção dos direitos humanos (UNRIC).

CAPÍTULO II: A GUERRA CIVIL NA SÍRIA

2.1 ANTECEDENTES: A INSTABILIDADE POLÍTICA E SOCIAL NA SÍRIA

O conflito que eclodiu em 2011 não é um fator singular da realidade Síria, uma vez que a Guerra Civil na Síria traz motivos enraizados em sua história que remetem à antiguidade. Devido à localização do país, no mediterrâneo oriental e seus recursos naturais, com boas terras para a agricultura e grande rios, a Síria servia de conexão entre as potências ocidentais e os territórios que elas dominavam na Ásia (ZAHREDDINE, 2013).

O Império Romano utilizou dos Oásis de Palmira (Tadmur) para conectar suas rotas de comércio entre o Crescente Fértil e a Ásia Central. A batalha por Damasco, na Revolta Árabe de 1916 foi crucial para desarticular o já combalido Império Turco Otomano no Oriente Médio. A presença francesa pós Primeira Grande Guerra, garantiu a manutenção de minorias cristãs na região, que favoreceu enormemente os interesses da potência mandatária (ZAHREDDINE, 2013; p.7).

De acordo com Hall (2013), os Otomanos conquistaram Constantinopla em 1453, e tomaram dos Mamelucos a área que hoje é conhecida como Síria. A primeira intenção de formar um Estado Árabe ocorreu com Faisall bin Hussein (filho de Hussein bin Ali, o chefe da Dinastia Hachemita na Jordânia), quando visitou Constantinopla e, sentado no Parlamento, lhe foi dado um documento descrevendo o potencial “Estado Árabe”. Naquela ocasião, se buscava seu apoio em uma revolta contra o governo do Império Otomano. Tal documento é conhecido como Protocolo de Damasco (1914), e declarava o apoio de vários grupos a Faisal Hussein Bin Hussein contra o Império Otomano, defendendo a criação de um Estado Árabe independente (HALL, 2013).

Dois anos antes do fim da Primeira Guerra Mundial, com o enfraquecimento do Império Otomano, França e Reino Unido fizeram um acordo antecipado referente ao espólio das regiões do Oriente Médio, chamado de Acordo Sykes-Picot (1916).

Nesse interim, com o fim da Primeira Guerra Mundial e o colapso do Império Otomano em 1918, o Acordo Sykes-Picot foi usado como base para a divisão arbitrária da região do Oriente Médio. Dessa maneira, na Conferência de San Remo de 1920, as quatro principais potências aliadas, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão discutiram o desmembramento do Império Otomano, concordando que a Síria e a Mesopotâmia deviam

ser provisoriamente reconhecidas como Estados independentes, e que seriam governados com a assistência de alguma das potências até que fossem capazes de se autogovernarem; acordaram também que haveria um lar nacional na Palestina para o povo judeu, mas os direitos dos povos não-judeus não seriam prejudicados. Sendo assim, o Reino Unido nessa época controlava (prestava assistência) a Jordânia e o Iraque, ao passo que a França controlava a região da Síria, do Líbano e do sudeste da Turquia (HALL, 2013).

Em 1920, no Congresso Nacional Sírio em Damasco, liderado por Hashim al-Atassi, foi aprovada uma resolução que rejeitava qualquer acordo que o representante deles, Faisal, tinha feito com o governo Francês. Dessa forma, o Congresso declarou a independência da Síria em suas fronteiras naturais, o que incluía o território da Palestina, e proclamou Faisal para ser o rei dos árabes. O Congresso também proclamou uma União política e econômica com os vizinhos do Iraque, como também foi exigida do Reino Unido a independência do Iraque. Ali Rida Pasha ar-Rikabi foi proclamado como governador militar, e decidiu-se pela criação de um exército, o que preocupou os franceses e a população cristã do Líbano, levando a uma resposta de nacionalistas libaneses, que realizaram um Conselho dos Cristãos e proclamaram a independência do Líbano (HALL, 2013).

A nomeação de Faisal para ser o rei soberano árabe na Síria foi rejeitada pela França e Grã-Bretanha, uma vez que as potências Ocidentais argumentaram que, de acordo com a Liga das Nações, a França detinha mandato sobre o território Sírio. Apesar do Congresso Sírio rejeitar tal mandato, a França, através do General Gourad, deu a Faisal duas escolhas: ceder ou ir à guerra. Faisal decidiu abdicar e foi para o Iraque, onde os britânicos procuravam uma pessoa adequada para ser o soberano e rei do Iraque. Em contrapartida, o Congresso Sírio escolheu ir para a guerra, mas foram derrotados. Assim sendo, a duração do Reino da Síria é um dos mais curtos da história, durando de 24 de março a 8 de julho de 1920, o que não deixa de ter uma grande importância na memória nacional Síria (HALL, 2013).

O mandato da França na Síria e no Líbano, como declarado pela Liga das Nações, foi recebido de forma diferente nas duas regiões. De acordo com Hall (2013), quando chegaram no Líbano, os franceses foram recebidos como libertadores pela comunidade cristã, já na região Árabe Síria houve fortes resistências. A França levou três anos, de 1920 a 1923, para que conseguisse o controle completo da Síria e da resistência. É importante elucidar, de acordo com Hall (2013), que os territórios da Síria e do Líbano não foram dados à França, sob o regime de mandato, como adições de um império colonial, mas com o intuito de incentivar e desenvolver a autonomia local responsável por eles (HALL, 2013).

Os objetivos do mandato dado à França com respeito à Síria e o Líbano foram dispostos em 20 artigos, sendo eles:

Aprovar medidas para facilitar o desenvolvimento progressivo da Síria e do Líbano como Estados independentes; desenvolver no âmbito da lei orgânica os três anos de acordo com as autoridades nativas e incentivar a autonomia local; elevar a milícia para a defesa e manutenção da ordem pública e autoridade locais; nenhuma parte da Síria ou do Líbano pode ser colocada sob o controle de uma potência estrangeira; interesses religiosos são plenamente garantidos, como o livre exercício de todas as formas de culto; Francês e árabe passava a ser a língua oficial; consentimento necessário para qualquer modificação dos artigos da Liga das Nações ou o tribunal permanente de justiça internacional (HALL, 2013; p.445).

Para facilitar a manutenção da ordem pública e permitir a liberdade de religião, o General Francês e Alto-Comissário da Síria Henri Gourad subdividiu o mandato da Síria em seis estados: Damasco (1920), Aleppo (1920), Alauitas (1920), Jabal Drusos (1921), o autônomo Sanjak de Alexandretta e o estado maior do Líbano (1920). Essa divisão não foi bem aceita, o que resultou em inúmeras revoltas em todos os estados sírios. Assim, em 1922, a França estabeleceu uma federação entre os Estados Alauita, Alepo e Damasco, sob o nome de Federação Síria. Segundo Hall, em dezembro de 1924, ocorreu a separação do Estado Alauita da Federação depois que houve a junção dos Estados de Alepo e Damasco para o Estado da Síria. Os demais estados não faziam parte da Federação (HALL, 2013).

Para compreender melhor os conflitos que se desdobraram na Síria em 2011, é importante entender mais profundamente a formação do Estado Alauita. As principais cidades do Estado Alauita são Banyas, Tartus e Latakia. Devido a conquista otomana do território e os abusos causados pela ocupação, ocorreram várias revoltas de alauitas contra os otomanos. Os alauitas resistiram a todas as tentativas de convertê-los para o ramo sunita do Islão. (HALL, 2013).

Em 1925, ainda de acordo com Hall (2013), ocorreu uma revolta na Síria: um dos mandatos para a Síria era o de promover a autonomia local, no entanto, na província de Jabal, a autonomia se encontrava em perigo quando o Capitão Gabriel Carbillet foi nomeado governador e decidiu “civilizar” a população. Ocorreram tensões na região até a queda do avião de vigilância francês, causada por trabalhadores agrícolas, o que desencadeou motins em Damasco. A rebelião foi comandada pelo Sultão al-Atras, que empregou o slogan “Religião é para Deus – Pátria é para todos”. O combate em Damasco foi severo, e os franceses foram expulsos, no entanto bombardearam a região, o que ocasionou a morte de

civis e a destruição de 25% da estrutura da região. Mais tarde, a situação se reverteu, e os franceses conseguiram novamente o domínio da região, como aponta Hall:

Batalhas foram travadas em al-Mazra'a, Salkhad, Almsfarh e Suwayda, sucessos iniciais pela força do Sultão mais tarde deram lugar a derrota, quando os franceses reforçaram seu exército na Síria com milhares de tropas coloniais trazidas do Marrocos e Senegal. Enquanto a rebelião não atingia a França fora da Síria, deu início a uma mudança de locais dos representantes franceses. O Sultão foi condenado à morte, mas encontrou refúgio na Jordânia e mais tarde na Arábia Saudita. Mais tarde, foi perdoado, permitindo-se-lhe regressar a Síria como um grande herói que viveu para lutar outro dia quase 20 anos depois (HALL, 2013; p.575).

Em 14 de Maio de 1930, o Estado da Síria foi declarado República da Síria e uma nova Constituição foi elaborada. Assim, em 1932 uma nova bandeira para a agora República da Síria também foi adotada; a bandeira representava com três estrelas os três Distritos da República - Damasco, Alepo e Deir ez Zor. O primeiro sinal do reconhecimento da independência Síria pelo governo francês foi em 1934, quando a França propôs um tratado de independência que só favorecia a si mesma, uma vez que propuseram uma independência gradual, onde ainda haveria controle da França sobre as montanhas sírias. Em protesto ao tratado proposto, o nacionalista e parlamentar Hashim al-Atassi declarou uma greve de sessenta dias, mobilizando o apoio popular maciço ao seu protesto, o que ocasionou revoltas e manifestações que resultaram em uma paralisação da economia (HALL, 2013).

O movimento nacionalista, de acordo com Hall (2013), foi tão forte que em 1936 o governo da frente popular na França reconheceu o bloco nacional de Atassi como os únicos representantes legítimos do povo sírio, e Atassi encabeçou, como chefe da Delegação, as negociações em Paris, havidas em 22 de março de 1936, sobre o reconhecimento da independência. No acordo proposto, a independência da Síria era reconhecida, tornando-se uma República soberana e totalmente emancipada. O acordo eventualmente assinado em Damasco não foi implementado pelo legislador francês da forma gradual como foi escrito, uma vez que os franceses concordaram com a redução de sua presença militar e a interferência em assuntos puramente locais, ao passo que a Síria se comprometeu com algumas disposições políticas, econômicas e culturais, e com a ameaça de Adolf Hitler no Ocidente, se comprometeu em apoiar a França em tempos de guerra, incluindo o uso do espaço aéreo, permitindo, dessa maneira, que a França mantivesse duas bases militares em território sírio (HALL, 2013).

Hall (2013) elucida que o acordo permitiu que as regiões de Jabal drusos, Alauitas e Alexandreta fossem incorporadas à República Síria, ficando o Líbano como o único Estado que não foi adicionado à República. Hashim al-Atassi, primeiro-ministro no breve reinado de Faisal, foi o primeiro presidente eleito sob uma nova Constituição adotada após o acordo de independência. A adesão de Alexandreta deixou descontente o Governo Turco, que se queixou à Liga das Nações alegando os maus tratos sofridos pela população turca residente na área. O Governo Turco exigiu que Alexandreta fosse anexada à Turquia, uma vez que a maioria dos seus habitantes seriam turcos étnicos. Em 1938, o exército turco invadiu essa província da Síria e expulsou a maioria dos habitantes árabes e Armênios. Em 1939, após um referendo, a República de Hatay se tornou uma província turca, e dezenas de turcos em Alexandreta passaram a votar (HALL, 2013).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a França foi invadida e ocupada pela Alemanha, ocasionando a queda do então governo. A Síria ficou sob o controle do novo Governo de Vichy, localizado na França, mas sob o controle da Alemanha. Em setembro de 1944, a Síria foi finalmente reconhecida como um Estado soberano pelos EUA e os soviéticos, apesar da oposição francesa, e um ano depois a Grã-Bretanha também reconheceu a soberania da Síria. A França, no entanto, se recusava a tirar suas tropas, ao menos que a Síria lhe conferisse privilégios especiais. Em fevereiro de 1945, a Síria e o Líbano declararam guerra à Alemanha e ao Japão, e em março do mesmo ano a Síria foi admitida na recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) (HALL, 2013).

Após sua independência da França, a posição da Síria no Oriente Médio é de bastante protagonismo. Em 1945, a Síria foi admitida na Liga dos Estados Árabes, que surgiu a partir de uma proposta britânica, onde Egito, Iraque, Líbano, Arábia Saudita, Síria, Iêmen e Transjordânia formariam a Liga Árabe a fim de coordenar a política entre os Estados Árabes. No entanto, de acordo com Hall (2013), Iraque e Transjordânia assinaram um tratado de defesa mútua, o que deixou os outros países membros temerosos que a Transjordânia anexaria parte ou totalidade da Palestina, para atacar ou prejudicar o Hijaz, Líbano e Síria (HALL, 2013).

Nesse momento da história, ainda estavam ocorrendo manifestações contra a presença de tropas francesas na Síria. Os franceses bombardearam Damasco e tentaram prender os líderes que foram eleitos de forma democrática. O primeiro ministro Faris al-Khoury, participante da Conferência das Nações Unidas em São Francisco, apresentou uma reclamação contra as investidas da França. As ameaças de intervenção britânica forçaram

um cessar-fogo da parte francesa. Foi apenas em 17 de abril de 1946, devido à pressão britânica e dos grupos nacionalistas sírios, que os franceses evacuaram suas tropas. Dessa maneira, em 1946 a Síria finalmente conquistou sua total independência. Em seus momentos iniciais de independência, houve um rápido crescimento econômico do país, no entanto ainda ocorriam sublevações e instabilidade política. A República da Síria não teve tempo de se organizar antes que surgisse o plano das ONU para a Palestina que desencadeou fortes tensões no Oriente Médio (HALL, 2013).

O plano da ONU para a Palestina configurava a criação de um Estado para os Judeus e outro para os árabes-palestinos. O plano previa uma União Econômica entre os Estados e a proteção do direito religioso das minorias:

Cada Estado incluiria três seções principais, ligadas por encruzilhadas extraterritoriais; o estado árabe também teria um enclave em Jaffa. Os Judeus receberiam 56% das terras, a maioria estava no deserto de Negev; sua área conteria 499.000 judeus e 439.00 árabes. Os árabes palestinos chegariam a 42% de terra que tinha uma população de 818.00 árabes palestinos e 10.000 judeus. Tendo em consideração o seu significado religioso a área de Jerusalém, incluindo Belém, com 100.000 judeus e um número igual de árabes palestinos se tornaria um Corpus Separatum, administrado pela ONU (HALL, 2013; p. 692).

O plano não foi bem aceito pela Liga Árabe e foi inteiramente rejeitado também pela comunidade árabe, apenas sendo bem recebido pela comunidade judaica da Palestina. A rejeição do Plano pela Liga dos Estados Árabes devia-se à percebida injustiça que o plano representaria para os árabes. Dessa forma, eles se posicionaram de forma firme contra tal resolução da ONU e se opuseram a se envolverem. O plano da ONU ocasionou instabilidade e tumultos na Síria, como exposto por Hall (2013): “bandos armados de forças armadas incipientes da Síria começaram a atacar assentamentos judaicos perto da fronteira da Síria. Imediatamente após a adoção da resolução da ONU, a Guerra Civil eclodiu e nunca foi implementado o plano de repartição” (HALL, 2013; p.706).

Em 14 de maio de 1948, o Yishuv (corpo dos judeus residentes na Palestina) declarou a formação do Estado de Israel tendo como base o Plano da ONU. No mesmo momento, ocorreu uma aliança dos Estados Árabes com o lado Palestino, onde os Estados Árabes intervieram militarmente contra Israel, e a Guerra Civil então se tornou uma guerra entre Estados Soberanos (HALL, 2013). As instabilidades e conflitos continuaram e a Síria se envolveu totalmente no conflito ao lado da Palestina e contra Israel. Para Omran (2014), a Síria é vista, na visão Ocidental, como motivadora dos ataques contra Israel.

Em 8 de julho de 1948 foi ajustado um cessar fogo pela ONU, no entanto, a rejeição por parte do mundo árabe da existência de um Estado judeu ainda era forte. O fim dos conflitos ocorreu com os acordos de armistício de 1949 que, segundo Hall, demarcaram as linhas entre as forças militares israelenses e árabes, o que ficou conhecido como linha verde (HALL, 2013).

Em 1949, o governo democraticamente eleito da Síria sofreu um golpe militar liderado por Hussni al-Zaim. Segundo Omran (2014):

[...]em seu brevíssimo governo, Zaim aumentou os impostos, prendeu nacionalistas sírios, executou Antoun Sa'ade, presidente do Partido Socialista Nacionalista Sírio, com a ajuda do israelense Ben Gurion, e fez um acordo de paz com Israel, recebendo em torno de 300 mil refugiados palestinos na Síria; por conseguinte, setores militares insatisfeitos o depuseram. Essa foi a primeira consequência da Catástrofe da Palestina (a *Nakba* - a catástrofe que se abateu sobre o povo palestino e os demais países árabes em decorrência da criação do Estado de Israel em 1948) na região. Assim o discurso de apoio aos palestinos tornou-se a bandeira dos nacionalistas abriu espaço para o alinhamento da Síria à URSS durante a Guerra Fria (OMRAN, 2014; s/p).

Hussni al-Zaim mais tarde foi substituído por Sami al-Hinawi. Como aponta Hall (2013), dentro de poucos meses o Coronel Adib al-Shishakli chega a Síria, e ele teve um papel importante no cenário político Sírio, principalmente no Partido Popular Sírio (PPS). Após distúrbios em Aleppo em 1951, todo o poder político na Síria ficou nas mãos do Coronel Shishakli, que rapidamente proibiu todos os partidos políticos. Shishakli também desenvolveu e estabilizou o Banco Central da Síria, e muitos chegaram a pensar em seu governo como a idade de ouro. Levou um tempo até que surgiu um movimento contra o governo de Shishakli, que ocasionou um golpe de Estado em 1954, como aponta Hall (2013):

[...] liderado por antigo colega militar Akram Hourani cujas ambições políticas e capacidades oratórias ajudou no desenvolvimento de seu próprio Partido Socialista Árabe que juntou-se a outra parte semelhante o Ba'ath, Hourani também tinha conexões militares e por um curto período de tempo, serviu como Ministro da Defesa. Em 1954, oficiais do exército lideraram um golpe de Estado contra o Coronel Shishakli, colocaram um governo civil no poder e Shishakli foi forçado a deixar o país (HALL, 2013; p.766).

Hall (2013) elucida que apesar do governo democrático nacional ter sido restaurado e Shukr al-Quwati – que era um veterano nacionalista – ter sido eleito Presidente da República da Síria, a região permaneceu com instabilidades políticas e a sombra dos militares sempre em segundo plano (HALL, 2013).

Tal cenário, onde a Síria estava economicamente pouco desenvolvida e politicamente instável, fez surgir o partido Ba'ath em 1963, fundado por Salah al-Din al-Bitar e Michel Aflaq. Esse partido chega com uma ideologia de nacionalismo árabe e a favor da unificação do mundo árabe, atraindo as minorias étnicas da região. Juntamente com o Partido Comunista Sírio, criaram a República Árabe Unida, uma junção entre o Egito e a Síria. No entanto, em 23 de fevereiro de 1966, outro golpe militar foi realizado na Síria por membros do partido neo-Ba'athists, configurado pela área militar mais jovem, o que ocasionou lutas nas cidades de Damasco, Alepo, Deir ez-Zor e Latakia. O partido triunfou e Hafez Al-Assad foi nomeado Ministro da Defesa (HALL, 2013).

Em 1967, a Síria se envolveu nas operações militares contra o Estado de Israel, ainda contra a fundação deste. No conflito conhecido como a “Guerra dos Seis dias”, onde segundo Hall (2013), Egito e Síria atacaram o norte de Israel, jatos sírios atacaram assentamentos israelenses na Galileia, no entanto tais ataques não obtiveram sucesso, em retaliação jatos israelenses interceptaram as aeronaves Sírias e atacaram aeródromos sírios, o que levou a destruição de dois terços dos aviões de guerra na Síria. Devido a tal cenário e iniciou-se um bombardeio maciço nas comunidades israelenses. Como a força aérea de Israel era mais forte, Israel conquistou a Cisjordânia e as Colinas de Golan. Ainda de acordo com Hall (2013), em 9 de junho de 1967 a Síria aceitou um cessar-fogo, dando fim a Guerra dos Seis Dias (HALL, 2013).

O partido Ba'ath durante esses anos monopolizava a política síria. Em 1970, devido as divergências dentro do partido que levaram a uma divisão interna, houve mais um golpe militar, onde a parte mais conservadora do partido chega ao poder, encabeçada por Hafez Al-Assad (HALL, 2013).

2.1.1 A dinastia Assad

De acordo com Hall (2013), Hafez Al-Assad nasceu em 6 de outubro de 1930 em uma família alauita, e foi o primeiro membro da família Assad que entrou para o partido Ba'ath em 1946, com 16 anos de idade. Em 1952 formou-se na academia militar de Homs e foi comissionado como tenente da força aérea Síria, tornando-se o primeiro alauita a entrar na força aérea síria. Enquanto esteve no Cairo, Hafez Al-Assad desenvolveu uma ideologia pan-árabe. Entre 1961 a 1963 trabalhou no Ministério dos Transportes Marítimos, ao mesmo tempo em que se concentrava em atividades políticas do Partido Ba'ath. Em 1963 Assad e

outros planejaram o “coup d’état” que levou o partido Ba’ath ao poder: “A Síria foi oficialmente governada por Amin Hatfz, um mulçumano sunita, mas foi na prática dominada por jovens alauítas Ba’athistas” (Hall, 2013; p. 945). Após o golpe, Assad retornou à força aérea Síria no posto de major, e mais tarde Hafez Al-Assad foi nomeado General e ficou no comando regional do partido Ba’ath e como comandante chefe da força aérea. Tais poderes permitiram a Assad se unir com Salah Jadid para derrubar em 1966 o governo de Amin Hafiz (HALL, 2013).

Em 1966 o neo-Ba’ath, liderado por Jadid lançou um golpe de Estado dentro do governo e contra a liderança nacional do partido Baath [...] Após ter sido desacreditado pelo fracasso do exército sírio na Guerra dos Seis Dias em 1967 [...] Assad rapidamente lançou o golpe de 1970 (HALL 2013; p.956).

No dia 13 de novembro de 1970, em um golpe sem derramamento de sangue, que como elucida Hall (2013) foi chamado de “A Revolução Corretiva”, o Ministro da defesa Hafez Al-Assad expulsou a liderança civil do partido e assumiu a presidência da Síria.

É importante salientar que desde a sua independência da França e a formação do Estado Sírio, em 1946, existe uma disputa étnica e religiosa na região, que sempre se fez presente, devido a divisão das distintas etnias e religiões, que sempre causou tensões na região. O sectarismo religioso, entre a maioria da população sunita, os alauítas e os cristãos, ocasiona conflitos violentos na Síria, uma vez que interferem nas relações sociais e políticas do país (OMRAN, 2014), dificultando a formação de uma sociedade integrada e politicamente coesa. Dessa maneira, devido a diversidade étnica e religiosa, o cenário para desarmonia é amplo.

A disputa sectária na Síria é consequência da política colonial francesa, que tinha por objetivo “enfraquecer a unidade árabe, instaurando pequenas divisões no país, governado por um grupo que representava a minoria da população, os alauítas, em detrimento da maioria sunita (80% da população)” (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

A postura da política colonial francesa favoreceu os alauítas, uma vez que estes podiam praticar sua religião sem qualquer medo de repressão, o que fez os alauítas simpatizarem com os franceses. Como observa Omran, “Embora o sentimento de construir a Grande Nação Síria estivesse sedimentado em sua cultura, a estabilidade religiosa sobrepuja-se ao nacionalismo” (OMRAN, 2014; p. 369). Os alauítas, que eram minoria no território, foram colocados à frente do governo sírio devido aos dois golpes de Estado em 1960 que, como aponta Furtado (2014), favoreceram a minoria alauíta, ocasionando assim a

ascensão do partido Ba'ath em 1963. Entre 1961 e 1970 a Síria sofre inúmeros golpes militares e, como aponta Zahreddine (2013) “*sete presidentes ocuparam o cargo mais alto do executivo Sírio*” (p.12).

É importante elucidar que as divergências entre alauítas e sunitas advém da não-aceitação, por parte dos mulçumanos sunitas, da corrente mulçumana alauíta, uma vez que os consideram heréticos e não pertencentes à comunidade mundial dos mulçumanos, a *Umma*. Como antes visto, os alauítas vieram ter apoio durante a ocupação francesa. Com o intuito de diminuir a tensão entre alauítas e sunitas, como também legitimar seu governo, uma vez que a presidência da Síria só pode ser ocupada por mulçumanos, o presidente Hafez Al-Assad, em 1970, conseguiu obter uma sentença religiosa (chamada de *Fatwa*) de juristas sunitas e shiítas libaneses que reconhecia os alauítas como mulçumanos e sendo aceitos na *Umma*, de acordo com a lei islâmica. Nesse intento, durante seu governo, Hafez procurou instigar e realizar uniões matrimônias entre famílias sunitas e alauítas, para que dessa forma se galgasse a consolidação do poder alauíta na Síria, como também, buscou apoiar outras minorias religiosas no país, recebendo assim o apoio das mesmas. Ainda assim, tensões continuaram entre as minorias religiosas presentes no país, como entre sunitas e alauítas, e mulçumanos e cristãos, o que ainda causa desestabilidade política e social na Síria (RAMOS, 2013). Tais políticas de Hafez al Assad criaram vínculos fortes dessas minorias com o presidente, como pode ser visto no trecho abaixo:

[...] a partir de 1971 o presidente Hafez al Assad cria as condições para controlar mais firmemente as forças armadas e os principais grupos político-confessionais do país. A maior presença das minorias nas Forças Armadas, bem como em cargos políticos e na burocracia síria, criou um grupo altamente fiel ao presidente e à sua família, o que pode ser visto claramente na guerra civil iniciada em 2011 (ZAHREDDINE, 2013; p.12).

Em março de 1973 uma nova Constituição Síria entrou em vigor, e o que se seguiu foram eleições para o Conselho do Povo que, de acordo com Hall (2013) foi o primeiro desde as eleições de 1962. Apesar disso, manifestações eclodiram depois que Assad derrubou a exigência constitucional de que o Presidente da Síria deveria ser mulçumano, sendo acusado de dirigir um regime ateu, mas tais rebeliões foram suprimidas pelo exército (HALL, 2013).

Em outubro de 1973, a Síria, juntamente com o Egito, investiu contra Israel, na conhecida Guerra de Yom Kippur. De acordo com Hall, mesmo com o elemento surpresa do ataque, a Síria e o Egito perderam seus ganhos iniciais. A guerra durou três semanas e Israel continuou com o domínio de Golan. Em maio de 1974, Síria e Israel assinaram um acordo

de desengajamento de forças, e em 1975 Assad anunciou que estava pronto para manter a paz com Israel se este se retirasse dos territórios ocupados árabes. Em 1976 o presidente libanês Elias Sarkis e a Liga Árabe pediram intervenção militar síria na Guerra Civil Libanesa. De acordo com Hall (2013):

Síria enviou 40.000 tropas para o Líbano a fim de apoiar os cristãos [...] A Síria tinha seus próprios interesses políticos e territoriais no Líbano, que era uma rota de ataque para Israel. A guerra Civil terminou em 1990, mas trinta anos depois de entrar no Líbano, os sírios permaneceram lá até 2005 onde finalmente deixaram o território sob pressão (HALL, 2013; p. 991).

O governo de Hafez Al-Assad (1970-2000) causou instabilidade na região e conflitos violentos. Ele procurou concentrar o máximo de poder em suas mãos e na de aliados, ocasionando, assim, a eliminação de qualquer centro de poder que viesse a ameaçar o regime, a exemplo do grupo composto por jovens em oposição ao governo sírio, em 1982, na cidade de Hama, intitulado Irmandade Muçumana Síria, que protagonizou atentados na Síria. O governo considerou criminoso e punível de pena capital qualquer afiliado, respondendo aos atentados de forma massiva, causando massacres sangrentos que marcam o país até os dias de hoje (RAMOS,2013).

Com o intuito de encerrar uma disputa com a Irmandade Muçulmana Síria, o presidente Hafez al Assad ordenou o cerco e destruição da resistência islâmica que se encontrava na cidade. Ao final de 27 dias de cerco, o governo havia acabado com a revolta, deixando um saldo de 10.000 mortos. Esta resposta do governo sírio foi responsável por desencorajar a maioria dos movimentos contrários ao seu governo até a morte do presidente Hafez al Assad, em 2000 (ZAHREDDINE, 2013; p.14).

Fazendo um apanhado geral do governo de Hafez Al Assad, segundo Hall (2013), Assad consolidou o poder do governo central. As mudanças que seu governo trouxe para a Síria foram a já mencionada Constituição de 1973, a tentativa de industrializar o país e manter o mercado aberto aos investimentos externos, como também o investimento em infraestrutura, educação, medicina, alfabetização e construção urbana. A economia se expandiu após o descobrimento do petróleo, mas, em contrapartida, seu governo atraiu duras críticas devido à forte repressão de seu próprio povo e as execuções, detalhadas por grupos em prol dos direitos humanos, que ele cometeu contra os opositores do seu regime (HALL, 2013).

Hafez al-Assad morreu em 10 de junho de 2000, depois de 30 anos no poder. Para que seu filho Bashar Al-Assad assumisse o governo da Síria, em 2000, ao invés do vice-

presidente, imediatamente após a morte Hafez al-Assad ocorreu uma modificação na Constituição do país, uma vez que Assad na época tinha apenas 34 anos e existia um limite de idade mínima de 40 anos (OMRAN, 2014). Tal modificação, para que Assad pudesse assumir o poder, instaurou um sistema político nunca antes visto no Oriente Médio, a República hereditária. É importante elucidar que a Síria é politicamente uma república, mas embora a população vá às urnas, o país representa uma “democracia fechada” (RAMOS, 2013).

Bashar Al-Assad foi eleito por referendo em que ele concorreu sem oposição. Ao assumir o governo, Assad procurou legitimar seu governo de forma que em seu discurso de posse, em julho de 2000, prometeu uma maior abertura ao diálogo com a sociedade e modernizações políticas e econômicas. O discurso prometia uma grande mudança, no entanto não foi isso que ocorreu na realidade, uma vez que Assad não possuía o total controle sobre seu país. Ainda assim, não se pode dizer que não houveram mudanças, pois ocorreram pequenas transformações nos primeiros anos de seu governo, a exemplo de um acesso maior à informação (por meio da internet), e da tentativa de retirar a Síria de seu forte isolamento político. Reconhece-se que houveram dificuldades para dar continuidade às mudanças e iniciar novas, uma vez que, de acordo com Zahreddine (2013), “observou-se que as forças políticas que sustentavam seu governo não permitiram uma mudança mais profunda do *modus operandi* do regime, mantendo os mesmos instrumentos de ação do período anterior” (ZAHREDDINE, 2013; p. 12).

A abertura ao diálogo social durou pouco. Assim como seu pai, o governo de Assad procurou concentrar o poder político, mantendo a repressão e aniquilação de qualquer movimento da sociedade civil, como também impondo limites à liberdade de imprensa (RAMOS, 2013). No que se refere às modificações na economia, houve uma abertura ao investimento externo, estabeleceu-se uma zona de livre comércio, e empresas estatais foram privatizadas, no entanto houve aumento na corrupção e a reforma não se deu de forma ampla; ao contrário, o desenvolvimento econômico foi oferecido a poucos, ocasionando assim uma forte desigualdade social, causada pelo desemprego de uma boa parcela da população, afetando principalmente os jovens, como também a deterioração dos serviços e instituições sociais, como aponta RAMOS (2013):

[...] sob o lema “economia social de mercado”, foram aplicadas um conjunto de medidas liberalizantes da economia, que tinham como objetivo o desenvolvimento comercial e industrial, sem que o mesmo significasse o abandono das políticas de

promoção de igualdade social do partido Baath. Contudo, o que se verificou foi o controlo económico por membros do regime e de atores ligados ao mesmo, configurando o que se denomina por “capitalismo dos amigos” [...] assistiu-se ao aumento da corrupção e ao surgimento de verdadeiros impérios económicos controlados por agentes afetos ao regime. A isto se soma a progressiva marginalização das áreas rurais (inclusive nas regiões de maioria alauita), e a deterioração dos serviços públicos e instituições sociais [...] O aumento do custo de vida teve como efeito o aumento da pobreza, e a abertura económica traduziu-se no crescimento do desemprego, sobretudo jovem. Por fim, a estes fatores junta-se o regime de partido único e militarizado, a pressão policial, a falta de liberdades de expressão (RAMOS, 2013; p. 51-52).

Tais reformas causaram instabilidade na sociedade que, junto com as tensões étnicas e religiosas que sempre estiveram presentes, vão se desdobrar nos conflitos que começaram a surgir em 2011, motivados pela insatisfação da população com o governo de Assad e pela Primavera Árabe que se desdobrava nos países vizinhos. Assim, em março de 2011 o território da Síria se tornou palco de grandes manifestações e sublevações populares, onde grande parte da população síria, motivada pela Primavera Árabe, desejava seguir o caminho da democracia em busca de maior liberdade. A resposta violenta do governo contra essas manifestações fez incidir um conflito violento e duradouro, que desembocou em uma Guerra Civil que se alastra até os dias de hoje, podendo ser considerado como um dos conflitos mais atrozes da humanidade, onde os direitos humanos e a segurança humana vem sendo claramente desrespeitados e a violência se espalha cada vez mais, ocasionando uma instabilidade por todo o território sírio e de seus vizinhos, como também uma internacionalização do conflito.

2.2 O ESTOPIM DO CONFLITO: REBELDES VS GOVERNO

A Primavera Árabe fomentou as sublevações na Síria. Tal movimento teve origem na Tunísia em dezembro de 2010, e caracterizou-se como uma revolta popular contra o autoritarismo, as políticas que deterioravam a economia, o desemprego, a pobreza, a repressão, a corrupção e a falta liberdade dos direitos civis. Esses motivos guiaram as populações árabes e sua vontade de seguir o caminho da democracia. Dessa maneira, se espalharam por todo o mundo árabe, através da internet, onde eram organizados os protestos e as práticas repressivas dos Estados eram denunciadas. Tal onda de protestos causou a queda de quatro ditadores da região árabe: os governantes da Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, enquanto o regime e de Bashar Al Assad se manteve e ainda se mantém de pé (RAMOS, 2013).

Inicialmente os movimentos e manifestações populares não preocuparam o governo de Bashar Al-Assad. Entretanto, as pressões tornaram-se maiores e mais fortes, fazendo com que o Governo procurasse interceptar qualquer manifestação que incidisse na região usando de violência exacerbada, o que apenas fomentava ainda mais as manifestações, que clamavam pelo fim da corrupção, reformas democráticas, e mais tardar, pediram o fim do regime de Assad (RAMOS, 2013).

A reação de uso da força desproporcional do governo contra a população, como também a falta de diálogo entre o governo e os civis, derivou da falta de liberdade de expressão da sociedade civil, “mas a singularidade da revolução na Síria foi, e permanece, o caráter de um protesto socioeconômico de mudança por pobres e famintos camponeses na comunidade sunita nas áreas rurais e periferia” (ZISSER, Eyal, 2013; p.38). Tais protestos assumiram um caráter violento devido à resposta do regime às reivindicações, que usou a força policial para repressão dos movimentos ao custo de centenas de mortes. Devido a tal resposta violenta, os protestos, que inicialmente foram protagonizados por civis, deram lugar à insurreição de grupos armados, encabeçados por aldeões e soldados desertores do exército, que se mobilizaram para proteger suas aldeias do caos que havia tomado conta da região e para se vingar das forças de segurança que feriram e mataram seus familiares e amigos. Tais grupos armados, como aponta Zisser (2013):

“começaram a atacar as estações de polícia e as bases militares das forças armadas e de segurança, e mais tarde também as metas de infraestrutura e as rotas de transporte localizadas perto de suas casas. Eventualmente, assumiram o controle das áreas rurais e periféricas” (ZISSER, 2013; p.39).

O estopim do conflito na Síria ocorreu com a repressão violenta do governo de Assad causada a 15 jovens sírios, em 2011, que foram presos e torturados por terem sido pegos escrevendo seu apoio às manifestações da revolução árabe, no muro da escola. A resposta desproporcional do governo causou uma onda ainda maior de manifestações, iniciando-se na cidade de Deraa, e se estendendo pela maioria das cidades do país. O governo de Assad buscou atender a algumas exigências da sociedade, como o aumento dos salários dos funcionários públicos, a liberdade de imprensa, a libertação dos jovens e de presos políticos, medidas contra corrupção e a formação de partidos políticos, porém tais medidas não foram suficientes para dar fim as manifestações populares, o que ocasionou uma intensificação da violência por ambas as partes e o envolvimento de várias ramificações da sociedade, como os grupos religiosos (RAMOS, 2013):

Com o passar do tempo, a luta na Síria assumiu um caráter sectário e, em seguida, um caráter religioso, envolvendo a jihad por grupos islâmicos na Síria e voluntários que se deslocam para o país de todo o mundo árabe e muçulmano, opondo-se ao governo alaúita, o aliado do Irã xiita e do Hezbollah (ZISSER, 2013; p.35).

Os rebeldes recebem o apoio social, principalmente da população sunita que mora nas periferias e zonas rurais, e possuem uma quantidade grande de soldados em busca de mudança e vingança contra o regime. Por outro lado, os rebeldes não possuem coesão ou unidade interna nem líderes efetivos políticos ou militares que mostrem força e unidade suficientes para derrubar o regime. O Exército Livre da Síria (ELS), composto por desertores do exército que lutam contra o governo, é um dos principais personagens das forças anti-governo, mas não possui organização hierárquica. Nesse intento, por mais que sejam muitos e espalhados por todo o território sírio, os manifestantes não possuem organização direcionada; em contrapartida, o regime de Assad não consegue direcionar suas forças para todos os territórios ocupados. Assim, sempre que uma manifestação é abafada pelo governo, surgem outras em diversas áreas da Síria (ZISSER, 2013).

Tais tensões deixaram tanto o governo quanto os manifestantes num impasse, uma vez que os rebeldes não tinham força suficiente para derrubar o governo, devido principalmente à fragmentação dos movimentos espalhados pela região que possuem objetivos e exigências diferentes. No que se refere ao governo, ao não atender às manifestações e responder de forma violenta, causa caos em seu próprio território. Ao contrário do que ocorreu no Egito, o exército Sírio se mantém fiel ao regime, tornando-se difícil chegar a um entendimento. Outro ponto importante é que a força jovem nas redes sociais, que mobilizou os egípcios, não foi tão forte na Síria. Portanto, o conflito na Síria se mantém em um impasse, uma vez que os rebeldes não possuem uma unidade coesa e nem apoio suficiente para derrubar o regime, e no que se refere ao Governo, este não consegue controlar as áreas sem recorrer à força militar. Como aponta Ramos (2013), “uma característica bastante particular que distingue a revolta síria das demais, é o caráter móvel e fragmentado, as revoltas têm-se realizado em diferentes locais e quando a repressão do regime esmaga um foco de revolta, logo surge outro” (RAMOS, 2013; p.53).

É importante elucidar, porém, que o governo sírio, por mais que tenha sofrido vários golpes, deserções em suas fileiras e perdido vários territórios para os rebeldes, ainda consegue manter coesão e unidade, uma vez que tem o apoio do exército, das forças de

segurança, das instituições governamentais e do Partido Baath, como também, como expõe Zisser (2013) possui o apoio de importantes setores da sociedade (alauitas, drusos e cristãos) e de forças poderosas nas arenas regionais e internacionais, como é o caso da Rússia e o Irã. Entretanto, as perdas territoriais que estão em controle dos rebeldes são muitas, como aponta Zisser:

[...] o regime perdeu o controle das áreas que fazem fronteira com a Turquia e o Iraque, e perdeu parcialmente o controle das áreas que fazem fronteira com a Jordânia e o Líbano. Essas áreas caíram em grande parte para os rebeldes [...] o regime está perdendo seu controle sobre a área de al-Jazira no leste da Síria, incluindo o seu grão, e não menos importante, seus campos de petróleo e gás e reservatórios de água. Os rebeldes controlam partes do território, especialmente a área em torno de al-Raqqa, que foi a primeira cidade a cair completamente em mãos rebeldes. [...] Aleppo, a capital econômica da Síria e a segunda maior cidade do país, caiu em parte para os rebeldes, juntamente com as áreas rurais vizinhas, bem como as áreas rurais de Idlib nas proximidades. Mesmo a estrada que liga o norte e o sul da Síria foi contestada e controlada em parte pelos rebeldes. Finalmente, o líder da capital da Síria, Damasco, está furioso, já que o regime não conseguiu desalojar os rebeldes das áreas rurais que cercam a cidade. As regiões de Golã e Hauran também estão principalmente sob controle rebelde (ZISSER, 2013; p.36).

Nesse intento, ainda de acordo com Zisser (2013), o governo Sírio ainda continua em pé devido ao fracasso dos rebeldes, uma vez que por mais que causem danos, não possuem força e nem alcançam uma união política e militar entre os diversos grupos que compõe o levante contra o regime. Não tem havido uma liderança política nem comando militar contra o regime que pudesse oferecer uma alternativa governamental. Algumas dessas instituições que exercem certa influência sobre os eventos dentro da Síria, e que operam com ajuda Ocidental e árabe são: o Conselho Nacional da Síria; o Exército Livre da Síria; e a Comitê de Coordenação Nacional.

[...] o Conselho Nacional da Síria, liderado por Burhan Ghalioun, seguido de Abdulbaset Sieda e George Sabra. Há também o exército sírio livre, comandado por Riad al-Asaad, seguido do Conselho militar supremo, comandado por Salim Idris (ZISSER, 2013; p.39).

No que se refere ao Conselho Nacional da Síria, é uma união de sete grupos de oposição que tem o objetivo de oferecer uma alternativa forte e credível ao governo de Assad e serve como um ponto de contato para a comunidade internacional. Inicialmente, suas intenções buscavam mudanças pacíficas, mas em 2012 criaram um gabinete militar para coordenar grupos armados contra o governo da Síria.

O Comitê de Coordenação Nacional é composto por treze partidos políticos de esquerda, e difere do Conselho Nacional Sírio no que concerne à intervenção internacional e os diálogos com o governo (HALL, 2013):

O Comitê de Coordenação Nacional exige diálogo condicional relativo à retirada das forças armadas das ruas, o fim do ataque contra os manifestantes pacíficos pelas forças de segurança e a libertação de todos os presos políticos. O grupo é fortemente contrário a qualquer forma de intervenção estrangeira que envolveria medidas militares, tais como uma zona proibida e preferiria sanções econômicas e outras medidas diplomáticas para aumentar a pressão sobre o presidente Assad. (HALL, 2013; p. 1416).

No que se refere ao Exército Livre da Síria (2011), é composto por desertores do exército e tem sua base na Turquia, não possuindo homens suficientes para confrontar o exército do governo, mas lançam ataques cada vez mais fortes e audaciosos sobre as forças de segurança do Governo (HALL, 2013). Embora existam grupos armados autônomos que lutam dentro da Síria, estes não possuem unidade e, ao não conseguirem um controle efetivo, acabam servindo apenas como um canalizador de armas e dinheiro para os rebeldes, mas sem qualquer comando ou liderança operacional e efetiva. Assim sendo, os rebeldes não conseguem apresentar um bloco militar e político unificado que possa oferecer uma alternativa ao presente regime sírio. A falta de coesão deve-se também a ideologia islâmica radical de grande parte das forças rebeldes, que acaba afastando muitos cidadãos que antes apoiavam as revoluções, como expõe Zisser:

Em muitas regiões em que os rebeldes ganharam o controle, eles instituíram a lei islâmica, ou pelo menos dão a vida diária uma tonalidade islâmica. Além disso, estão perseguindo minorias religiosas, especialmente os cristãos, mas também os drusos, xiitas e alauitas. Na verdade, alguns grupos rebeldes não têm compromisso nem afiliação à Síria ou ao seu território. Eles se retratam como defensores de uma agenda pan-islâmica destinada a esculpir um estado islâmico no leste árabe (ZISSER, 2013; p. 41).

Viu-se então que a revolução assumiu um caráter violento, e tal violência também afastou alguns apoiadores da revolução, uma vez que as manifestações deram lugar a um conflito armado sério, onde começaram a ocorrer ataques terroristas contra a população civil. Um exemplo foi o bombardeio em fevereiro de 2013 direcionado contra a mesquita Al-Imam em Damasco, que causou a morte do Sheikh Mohammed Said al-Buti. Tais casos fazem com que a postura do Governo seja a de esperar pela exaustão da população e pela falta de crença

dos países apoiadores dos rebeldes de que o Governo de Assad irá cair, como descrito por Zisser (2014):

O regime também espera que a população exaurida deixe de apoiar os rebeldes ou os desacredite por causa de seu caráter radical e da insegurança e do terrorismo que eles causaram em toda a Síria. Finalmente, o regime espera que os países árabes e ocidentais que apoiem os rebeldes descontinuarão seu apoio quando chegarem à conclusão de que os rebeldes são incapazes de derrubar o regime sírio (ZISSER, 2013; p.44).

Alguns grupos de oposição ao governo sírio são melhor organizados, disciplinados e equipados, sendo eles: a organização radical Islamic Salafi; a Frente de Defesa para o povo da Grande Síria (ramo sírio da Al Qaeda com cerca de 10 mil homens); a Frente Islâmica Síria; as Brigadas al-Haqq (Brigadas da Verdade); e Jaysh al-Tawhid (Exército Seletto). De acordo com Zisser (2013): “esses grupos conseguiram controlar o território nas proximidades de Aleppo, Idlib e Daraa, e eles, especialmente a Frente da Defesa, também lideram os ataques terroristas suicidas contra o regime e seus apoiantes” (Zisser, 2013; p.41).

A falta de coesão e unidade das forças armadas de oposição síria podem, até certo ponto, ser considerados um trunfo para os rebeldes, uma vez que como os grupos de oposição armados acabam agindo separadamente, isso torna mais difícil para as forças do governo atingi-los. Assim, em concordância com Zisser (2013), o governo sírio não enfrenta um inimigo real com ordem de batalha, centros de logística, e locais de comando e controle que podiam ser alvos militares, mas apenas gangues armadas espalhadas por todo o território que surgem e desaparecem rapidamente. O governo de Bashar al-Assad responde a tal dificuldade com uma estratégia diferente, onde procura se manter em pé até que os inimigos se cansem e desistam, mantendo suas forças apenas em localidades estratégicas, como aponta Zisser (2013):

A estratégia do regime, portanto, concentra-se na defesa de Damasco e Aleppo - a espinha dorsal da Síria - com todas as forças disponíveis e a qualquer preço, e consequentemente também as áreas de Homs e Hama, que estão a caminho das rotas que ligam Aleppo a Damasco e as rotas conectando essas cidades à costa, ao coração de Alawite e ao território doméstico do regime, bem como os portos - Tartus, Baniyas e Latakia, fontes de ajuda e provisões essenciais para o regime. Além disso, o regime também está tentando manter o controle das áreas fronteiriças, acima de todas as áreas que fazem fronteira com o Líbano e a Jordânia (daí a importância de Daraa para o regime), e também, embora em menor medida por causa de sua distância de Damasco, as áreas fronteiriças da Turquia e do Iraque (ZISSER, 2013; p.43).

As consequências humanitárias do conflito são extraordinárias. Há milhões de refugiados e deslocados internos sírios, contabilizando “4,8 milhões de refugiados nos países vizinhos, centenas de milhares nos países da Europa e 6,6 milhões de pessoas deslocadas dentro da Síria” (ONU, 2016). O abrigo aos refugiados sírios e a proteção à segurança humana representam uma das nuances da responsabilidade de proteger, uma vez que os Estados têm a responsabilidade de promover a segurança dos civis. Como bem acentua Magalhães, os Estados devem *“agir num quadro multilateral e abrir corredores humanitários para proteger os civis, que são nada mais, nada menos do que as maiores vítimas de qualquer guerra civil”* (MAGALHÃES, 2016; p. 115).

Para Adams (2015), são identificáveis cinco fases no conflito da Síria. A primeira em 2011 que se caracterizou uma violência exacerbada sob forma de uma repressão do governo as manifestações inspiradas na primavera árabe, onde o governo confiou em suas forças de segurança para lidar com os manifestantes. O que começou com um protesto estudantil na cidade de Deraa se alastrou rapidamente por todo o país, inicialmente protagonizado pela maioria árabe sunita do país, que consiste em 65% da população, e mais tarde abarcando as mais diversas comunidades confessionais da Síria. A segunda fase do conflito acontece no segundo semestre de 2011, quando começou a subir a quantidade de desertores do exército para se unirem ao Exército Livre Sírio (FSA), que tinha como intuito uma autodefesa contra as forças do governo, o governo começou a perder o controle sobre algumas áreas do país. A terceira fase do conflito refere-se a 2012 com o ataque a cidade de Homs, onde o governo procurou conquistar militarmente centro de oposições de resistência, em fevereiro o governo lançou uma ofensiva contra a cidade e iniciou um certo, o governo de Assad esperava que essa ação amedrontasse a maioria da população sunita da região e que estes se submetessem as forças governamentais, como também iniciou-se uma série de ataques aéreos do governo contra seus oponentes., que eram implantadas para atacar bairros civis que abrigavam rebeldes armados, e o ataque com aviões aéreos dominou a conduta das hostilidades armadas. O FSA e outros grupos armadas também evoluíram em suas operações militares (ADAMS, 2015).

O número de ataques de helicópteros começou a aumentar drasticamente em junho e atingiu quase 70 para o mês de julho. Então, em 24 de julho, apenas cinco dias após o terceiro veto duplo, as aeronaves de asa fixa foram usadas pela primeira vez. Em agosto, o regime realizou mais de 110 ataques aéreos contra alvos da oposição, incluindo mais de 60 usando aviões de asa fixa (ADAMS, 2015; p.7).

Em 2013, ainda de acordo com Adams (2015) o conflito entra em sua quarta fase, onde inicia-se um impasse militar, uma vez que ambos os lados controlavam partes significantes do território, assim tornando-se difícil um se sobrepor ao outro militarmente e sair vitorioso desse embate, uma vez que as forças estavam equiparadas, essa realidade fez com que as partes buscassem assistência externa, para mudar o equilíbrio de poder. Enquanto o governo, que já contava com o apoio Russo, buscou assistência do Irã e do Hezbollah. A oposição conseguiu fornecimento de dinheiro e armas com os países do Golfo e doadores privados, o que levou a atração de combatentes estrangeiros, adicionando as suas fileiras com extremistas milícias rebeldes islâmicas. A quinta fase ocorre ainda em 2013, quando o conflito adquiriu características sectárias devido a participação de combatentes seculares.

Diretamente ameaçados pela crescente presença salafista entre a oposição armada, as minorias vulneráveis da Síria, especialmente os cristãos e os alauitas, dividiram-se em grande parte no regime. O governo organizou ativamente milícias dessas comunidades e as implantou para atacar as comunidades sunitas vizinhas que se presumem serem desleais. A guerra civil fraturou a Síria ao longo de linhas confessionais e dividiu o país em partes instáveis de zonas militares concorrentes (Adams, 2015; p.7).

A fragmentação da economia e da política síria levou milhares de pessoas a miséria, o índice de desenvolvimento humano, de acordo com Adams (2015), caiu para 37 anos. Oposição e governo causaram uma guerra contra os civis e afetaram a infraestrutura médica, a falta de cuidados médicos resultou em ressurgimentos de algumas doenças, como a pólio. Enquanto a população sofre com a violência e doenças, os especuladores de guerra estão se beneficiando (ADAMS, 2015).

2.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO

É importante analisar o contexto internacional do conflito na Síria uma vez que este interage diariamente de forma direta ou indireta nos bastidores do conflito. Como visto anteriormente, as manifestações em 2011 foram instigadas pelos movimentos nos países da região, intitulados Primavera Árabe, que buscavam a democratização dos países do Oriente Médio. Contudo, influências vindas de fora do país fomentaram ainda mais o conflito, o que o deixou ainda mais violento, seja por motivos ideológicos, seja por interesses econômicos e políticos advindo de forças e ajuda exteriores. As partes antagônicas do conflito sírio, os insurgentes e o Governo, recebem ajuda oriunda do exterior no âmbito militar, logístico, político, financeiro e econômico. Nessa esteira, o envolvimento externo torna dificultosa a

eficácia dos meios pacíficos na solução do conflito, uma vez que este não representa mais um conflito meramente doméstico, instigado pela luta pela liberdade e políticas democráticas, mas acabou se internacionalizando, atraindo para o território sírio antigos antagonistas. As pressões políticas, sociais e econômicas, que já preocupavam os vizinhos da Síria, principalmente o Iraque e o Líbano, tornaram-se ainda maiores, devido ao fluxo de refugiados sírios que possuem diferentes ideologias políticas e pertencem a diferentes grupos sectários (KIMMINNIMONT, 2014).

Tendo em vista a natureza e a intensidade do conflito, a mistura de interesses internacionais políticos e militares nos assuntos sírios tem sido bastante significativa. De acordo com Vignal (2017), “a intervenção militar estrangeira direta em favor do regime de Assad foi especialmente forte por parte de Estados como o Irã e a Rússia e de atores não estatais, como o Hezbollah libanês e milícias iraquianas. Da mesma forma, a maioria dos combatentes do ISIS na Síria são conhecidos por serem não-sírios” (VIGNAL, 2017; p.825).

Ocorreram transformações fundamentais no conflito sírio desde seu início. A primeira foi a mudança marcante etno-sectária que o conflito tomou, uma vez que os ativistas dos direitos civis que defendiam as noções não sectárias de cidadania e uma plataforma amplamente secularista foram eclipsados por várias tendências islamitas radicais, onde os conflitos se enquadram em termos religiosos e os objetivos são formulados por discursos milenaristas. Tal mudança teve um impacto profundo nos Estados vizinhos da Síria, uma vez que a aceleração da etno-sectarização da guerra civil e a mobilização política de quase todas as comunidades minoritárias da Síria levaram os membros dessas minorias étnicas e religiosas que residem nos países vizinhos a intervir diretamente no conflito. (LAWSON, 2014).

Nessa esteira, o desdobramento do levante sírio teve efeitos profundamente transformadores nas fronteiras do país. Segundo Vignal (2017), sua natureza, funções e gerenciamento evoluíram significativamente desde o início da revolta:

No conflito, essas fronteiras não delimitam mais um território coerente sob o controle do Estado como um ator único e de alguma forma coeso. A continuação da fragmentação territorial e política do país em territórios controlados por diferentes partidos armados - o regime de Assad e seus aliados, os grupos armados e as coalizões da oposição, o PYD e o autoproclamado Estado islâmico no Iraque e na Síria (ISIS) - deu origem a fronteiras internas múltiplas e flutuantes e, portanto, à fragmentação da fronteira externa em segmentos controlados pelas diferentes partes do conflito (VIGNAL, 2017; p.810).

As posições dos Estados vizinhos no que se refere aos diferentes atores do conflito acabam influenciando as formas como as fronteiras comuns estão sendo gerenciadas, uma vez que a gestão das fronteiras muda de acordo com os Estados que apoiam o regime de Assad (Irã), os grupos de oposição (Turquia) e os que se posicionam como neutros - Líbano e Jordânia (VIGNAL, 2017). Os países pró-rebeldes, que querem o fim do Governo de Assad, são principalmente a Arábia Saudita, a Turquia, os Estados Unidos, a União Europeia, Israel, e os Países do Golfo. Os aliados do governo Sírio são a Rússia, o Irã e, em menor medida, a China.

De acordo com Kinnimont (2014), a Turquia e os Estados do Golfo teriam motivações sectárias para irem contra o regime alauita de Assad, que é aliado do Irã xiita. A Turquia culpa Assad por instigar a violência entre seus próprios curdos, e tentou controlar o impacto dos grupos curdos em sua região. De acordo com Adams (2015) “a Turquia hospedava a liderança da FSA e trocou fogo com as forças do governo sírio em sua fronteira” (Adams, 2015; p.8).

A Arábia Saudita é a principal opositora ao governo sírio na região, o que advém de antigas rivalidades geopolíticas e religiosas. A Arábia Saudita é não apenas um país representante do mundo islâmico sunita mas também um pretense líder regional e líder do mundo islâmico, enxergando o radicalismo xiita do Irã como uma ameaça regional. Dessa maneira, a Arábia Saudita se coloca contra a posição do Irã (que é pró Assad), apoiando os rebeldes e a oposição com o fornecimento de dinheiro e armas para que estes possam derrubar o governo (KINNIMONT, 2014).

Em contrapartida, o Irã apoia o governo Sírio e apresenta uma forte presença iraniana na Síria. Seu apoio ao governo se converte em envio de material bélico. O principal interesse do Irã seria manter a Síria dentro de sua esfera de influência, e usar seu território como uma forma de passagem para fornecer armas ao *Hezbollah*, embora possa justificar sua intervenção também como uma luta contra a Al-Qaeda na Síria. Em 2014 o Irã duplicou o apoio a Bashar al-Assad (KINNIMONT, 2014).

As duas potências, Irã e Arábia Saudita, também angariam o apoio de outros países do Oriente Médio e mobilizam alianças que ajudam em suas investidas no conflito sírio. (KINNIMONT, 2014). Como expõe Zahreddine (2013):

A Arábia Saudita potencializa a força de sua atuação a partir das alianças com os países do golfo Pérsico (Conselho de Cooperação do Golfo) e Egito (após a queda do presidente Mohamed Morsi). Enquanto o Irã reforça suas bases como apoio do Grupo Libanês Hizballah (ZAHREDDINE, 2013; p.16).

É importante elucidar a participação no conflito de grupos terroristas insurgentes, como o Hezbollah e a Al-Qaeda. O Hezbollah demonstra seu apoio ao Governo Sírio, uma vez que a queda do regime de Assad colocaria em risco a existência do grupo. Já no que concerne à Al-Qaeda, esta demonstra seu apoio os grupos extremistas, financiando-os com armamentos, soldados e apoio econômico, uma vez que considera o governo de Assad herege (KINNIMMONT, 2014).

Vê-se então que o conflito na Síria aumentou ainda mais as tensões políticas e sociais já existentes nos vizinhos árabes. O Iraque e o Líbano foram os mais afetados, uma vez que a maioria dos refugiados sírios estão no Líbano, que atingiram o número de mais de um milhão de refugiados, fazendo com que o Líbano passasse por problemas econômicos. No caso do Iraque, eles veem a oposição presente na Síria mais perigosa do que o governo de Assad – com o qual teve desentendimento em 2007, pois o Iraque agora é governado pela maioria xiita. Assim, o Iraque permitiu que os militantes xiitas adentrassem o território sírio para lutar do lado do regime (KINNIMMONT, 2014).

O Iraque e o Líbano foram os mais afetados, já que o alinhamento cada vez mais sectário de diferentes grupos na Síria se sobrepunha e exacerbou suas próprias fissuras sectárias. Combatentes libaneses e iraquianos estão agora participando de ambos os lados do conflito sírio, com Hezbollah e milícias xiitas iraquianas apoiando o governo de Assad (dizendo que precisam lutar contra a Al-Qaeda e defender os lugares sagrados da Síria), enquanto combatentes sunitas foram apoiados pela oposição. O conflito se espalhou no Líbano, levando a batalhas de armas e bombardeios, com incidentes importantes no final de 2013, incluindo uma série de atentados com bomba contra a embaixada iraniana em Beirute e o assassinato de um ex-ministro das Finanças e conselheiro do Movimento Futuro anti-Sírio, Mohammed Chatah, em um carro bomba (KINNIMMONT, 2014; p.53).

Já a Jordânia manteve uma postura mais neutra em relação à Síria, mas supostamente é usada como campo de treinamento para combatentes da oposição. A quantidade de refugiados sírios, somados aos refugiados palestinos e iraquianos, mais a escassez de água e eletricidade, e os perigos de instabilidade interna, tem enfraquecido a Jordânia: *“ao mesmo tempo, a crise na Síria também prejudicou a monarquia em termos de agitação social e política doméstica, já que o conflito foi amplamente visto (e usado) como um aviso dos riscos de rebelião”* (KINNIMMONT, 2014; p.53). Como também acentua Vignal:

A Jordânia procurou preservar sua própria segurança mantendo os laços diplomáticos oficiais com Damasco e autorizou a entrada de ajuda humanitária na Síria, bem como o comércio flui através de seus pontos de controle oficiais. No

entanto, também organizou pragmaticamente a gestão de pontos de passagem oficiais e não oficiais de grupos armados de oposição que são, na sua maioria, afiliados à FSA no sul da Síria. Na medida em que a Jordânia possui bases traseiras da FSA e campos de treinamento militares apoiados pelos Estados Unidos, tolera a circulação transfronteiriça de ativistas e combatentes da FSA e o movimento não oficial, através do segmento de fronteira controlada pela FSA, de suprimentos e bens para grupos de oposição (VIGNAL, 2017; p.821).

Esse embate de forças, posições e interesses complicam ainda mais para que se alcance o fim do conflito e uma paz duradoura na região. O número de refugiados sírios nos Estados vizinhos da Síria também causou efeitos desestabilizadores. Como aponta Vignal (2017), ocorreram restrições na entrada e nos movimentos dos refugiados sírios, o que causou um endurecimento geral nas fronteiras através de acordos *ad hoc*. Para controlar as fronteiras, a Turquia construiu um muro em alguns segmentos da fronteira, embora os curdos tenham observado que o objetivo do muro securitizado não era apenas aumentar a segurança para combater os cruzamentos ilegais e o contrabando, mas também separar os curdos da Síria e da Turquia. Nesse intento, a segurança e a capacidade de acomodar os refugiados são as maiores preocupações dos Estados vizinhos (VIGNAL, 2017).

O conflito sírio, como antes visto, fez surgir novas fronteiras na região, o que antes eram áreas marginais e menos desenvolvidas que detinham uma posição periférica e ajudavam a manter os laços familiares e/ou tribais fronteiriços, o conflito, de acordo com Vignal (2017), transformou-as em objetos de competição pelo controle militar, áreas que antes eram desconectadas se transformaram em espaços interconectados devido a crescente economia de guerra e o deslocamento forçado de milhões de sírios:

[...] esses novos espaços transnacionais já não asseguram a continuidade longitudinal histórica, política, legal ou territorial da fronteira. Pelo contrário, eles replicam sua segmentação ao conectar os espaços de cada lado de um ponto de cruzamento, em uma lógica espacial que é perpendicular à borda. Como resultado, os diferentes tipos de fluxos transfronteiriços de bens e pessoas dependem fortemente não só das marés dos sucessos e derrotas militares, mas também da qualidade das relações entre as autoridades no controle de ambos os lados da fronteira (VIGNAL, 2017; p.824).

É importante também analisar o envolvimento das potências extra-regionais no conflito, como é o caso dos Estados Unidos, a Rússia e a China, que representam interesses distintos na região. No que se refere às posições dos Estados Unidos e da Rússia, que ocupam lados opostos do tabuleiro, o conflito Sírio traz à lembrança o antagonismo e os embates da Guerra Fria, e tal relação é claramente refletida no impasse do Conselho de Segurança em aprovar resoluções a respeito da Síria. Para os países do Golfo, os EUA e a maioria das

potências européias, o presidente Bashar al-Assad perdeu a legitimidade e deveria deixar o governo (KINNIMMONT, 2014).

De acordo com Duarte (2013), os interesses em uma intervenção para a substituição do regime de Assad por um sistema democrático, por parte dos Estados Unidos, teriam como verdadeira intenção, tendo em como foco o âmbito regional, o enfraquecimento do *Hezbollah*, como também o isolamento do Irã, tendo como consequência o fortalecimento da segurança de Israel, no que se refere aos interesses mais amplos, com foco internacional, os interesses dos EUA seria conter o avanço econômico chinês sobre o Oriente Médio, como também o enfraquecimento militar da Rússia (as únicas bases do país na região se encontram no território sírio), o controle da estabilidade de comercialização e distribuição de petróleo, e na contenção do Islã (DUARTE, 2013).

Em meio aos conflitos e o uso de armas químicas no conflito, os EUA chegou a pensar seriamente em uma intervenção militar na Síria, considerando o lançamento de ataques aéreos limitados contra os alvos do regime sírio. A França e o Reino Unido ofereceram apoio aos EUA, no entanto, as chances de as forças da oposição apoiarem o EUA após a queda do regime eram muito pequenas, o que levou a ideia de intervenção militar a ser abandonada e os países se concentraram em buscar uma solução diplomática para o conflito. Os EUA passou a fornecer armas ao Exército Livre da Síria (FSA), já o Reino Unido foi proibido de oferecer qualquer ajuda letal. Tal decisão dos EUA de não intervenção causou críticas dos países do Golfo, principalmente da Arábia Saudita (KINNIMMONT, 2014). A harmonização dos interesses dos EUA e países do Golfo no conflito da Síria fazem parte de um quadro mais geral, como explica Kinninmont (2014):

[...]os EUA procuraram explicitamente uma aproximação com o Irã desde a eleição de um novo presidente iraniano, Hassan Rouhani, em junho de 2013. Isso levantou questões sobre a medida em que os interesses regionais dos EUA podem começar a divergir com seus aliados árabes do Golfo de longa data, especialmente porque os EUA não dependem diretamente dos suprimentos de energia do Golfo (embora mantenha um interesse na estabilidade dos mercados globais de energia) (p.49).

No que concerne à China, para Adams (2015), os vetos dados as resoluções do Conselho de Segurança, se caracteriza mais por solidariedade por Moscou, do que seu compromisso com Damasco, como também pela defesa chinesa a política de não-interferência em conflitos domésticos. Ainda de acordo com Adams (2015), os diplomatas

chineses nas conversas sobre a questão síria demonstravam cautela, em vez de posições mais obstrutivas.

No que se refere a Rússia, desde o governo de Hafez al Assad existiu um forte estreitamento de relações entre a Síria e a União Soviética (depois, a Rússia). A aliança com a União Soviética permitiu à Síria manter boas relações no âmbito econômico, militar e político, ao passo que a União Soviética pode exercer sua influência na região. Mesmo depois do fim da URSS, a Rússia continuou com uma forte relação com o Estado Sírio (ZAHREDDINE, 2013).

De acordo com Adams (2015), um dos principais motivos do apoio russo em manter Assad no poder, seria o medo de que o surgimento do extremismo islâmico armado na Síria desestabilizasse ainda mais os Cáucaso do Norte e inspirasse os grupos presentes na região. Dessa maneira, se Assad continuar no poder, é maior a probabilidade de representantes de organizações terroristas ficarem entrenchados. Como também a Síria configura um dos poucos aliados da Rússia no Oriente Médio, e manter o governo de Assad no poder significa para a Rússia uma parte essencial da manutenção do equilíbrio na ordem internacional. Assim, a queda de Assad significaria para o governo da Rússia, no mercado interno e internacional, um golpe para a credibilidade de Putin (ADAMS, 2015).

Foi relatado que a Rússia ajudou a evitar a falência potencial do governo sírio depois que notas extras foram impressas de forma urgente para compensar um crescente déficit fiscal, uma inflação desenfreada e a necessidade de financiar as operações militares em andamento, apesar de uma severa contração na economia. O dinheiro sírio já havia sido impresso na Áustria, mas as sanções da UE agora proibiam isso. Em vez disso, entre julho e setembro de 2012, pelo menos oito voos transportaram mais de 240 toneladas de notas sírias recém-impressas de Moscou para Damasco. O vice-primeiro-ministro da Síria, Qadr Jamil, descreveu isso como um "triunfo" assistido pela Rússia sobre as sanções. Um importante acordo de troca, pelo qual a Síria exportaria petróleo bruto para a Rússia em troca de produtos refinados de petróleo essenciais para o esforço de guerra sírio, também foi relatado em meados de 2012 (ADAMS, 2015; p.15).

O Governo de Putin afirma que o envolvimento militar russo na Síria teria como objetivo combater os jihadistas, no entanto os ataques aéreos contra os "inimigos" começaram quando as forças rebeldes avançaram em direção ao palácio presidencial em Damasco. De acordo com Souleimanov (2016), os ataques aéreos russos concentraram-se nas áreas estrategicamente fundamentais, onde o exército de Assad e seus aliados tinham força relativa, e os principais alvos dos ataques aéreos russos eram o FSA e os grupos islâmicos.

[...] a intervenção militar russa não era "restaurar o controle do presidente sírio Bashar Assad sobre uma Síria" estável e unificada", mas sim preservar um Estado sírio em funcionamento - de preferência, que também pode proteger os interesses da Rússia na Síria (SOULEIMANOV, 2016; p.109).

Nesse intento, o apoio da Rússia à Síria tem por objetivo consolidar as posições militares e territoriais do governo russo, uma vez que o Governo de Putin percebeu que ganhar a guerra na Síria através de bombardeiros aéreos não seria possível, assim o envolvimento da Rússia no conflito sírio não era sobre vencer, mas sim de manter sua posição estratégica no Oriente Médio. Souleimanov (2016) aponta que os grupos anti-Assad, que tornaram-se os principais alvos das forças russas, eram apoiados pelos EUA e seus aliados, e tal embate causou desconforto no Ocidente e prejudica uma solução geral:

Manter o regime de Assad vivo - e legitimá-lo como parceiro na mesa de negociação - estava em conflito com os objetivos das principais nações Ocidentais, bem como os importantes atores regionais: Turquia, Arábia Saudita e Catar. A diferença de opinião entre as nações Ocidentais e alguns atores regionais, por um lado, e a Rússia apoiada pelo Irã, por outro, tornaram a cooperação praticamente impossível (SOULEIMANOV, 2016; p.110).

Ainda de acordo com Souleimanov (2016), a Rússia por vezes mudou o discurso quando se referia ao envolvimento militar na Síria: dependendo da resposta do Ocidente, se reafirmava a luta contra o Estado Islâmico como principal objetivo; em outros momentos, o discurso mudava e se afirmava o apoio a Bashar al-Assad. Os ataques aéreos russos, porém, ajudaram a estabilizar o controle de Assad sobre algumas regiões da Síria.

Alguns países da Europa, como França, também demonstram apoio aos grupos opositores ao Governo sírio, financiando-os e fornecendo matérias bélicas. Tal posição é considerada um reflexo da luta contra o terrorismo destes países. O grande fluxo de refugiados sírios para o continente europeu também influencia a posição dos países da Alemanha, Itália e Espanha (ZAHREDDINE, 2013). A própria União Europeia, como aponta Magalhães (2016), teve que se envolver no conflito por causa dos problemas gerados por fluxos de refugiados sírios:

Para resolver o problema dos refugiados sírios a UE deve então envolver-se ativamente na resolução do conflito e assegurar as condições mínimas para as pessoas que fugiram da Síria possam regressar sem se sentirem ameaçadas [...]. De facto a entrada do grupo jihadista trouxe novos desafios a UE, nomeadamente os ataques terroristas, a radicalização e o recrutamento de combatentes europeus. Assim, a UE deve envolver-se ativamente na gestão da crise e procurar junto dos

parceiros internacionais uma solução para o conflito na Síria. Mais uma vez é oferecida à União a possibilidade de ganhar uma maior credibilidade internacional, mas para isso está deve unir-se numa causa comum com interesses comuns (MAGALHÃES, 2016; p.126).

Em suma, a internacionalização do conflito sírio se dá por vários motivos, principalmente movido pelos interesses nacionais dos Estados na região e fora da região, como também a necessidade de os Estados que abrigam os refugiados de buscar alguma forma de resolução para o conflito.

É importante elucidar que os países do Oriente Médio possuem interesses e pontos de vista diferentes dos países do Ocidente com respeito aos grupos que apoiam na luta contra o governo sírio. A Arábia Saudita, Jordânia, Qatar e Turquia apoiam oficialmente a Coalização Nacional da Síria (SNC), mas de formas distintas: esses países apoiam os diferentes elementos da oposição, o que acaba aumentando as diferenças existentes entre os grupos da oposição e piora o já fragmentado grupo de oposição Síria, como antes visto. Nesse intento, tal oposição tão diversificada dificulta os esforços internacionais em unificá-los, deixando-os assim em desvantagem, principalmente no que se refere às negociações internacionais (KINNIMMONT, 2014):

[...] tais como as conversações que ocorreram em Genebra em 2014, negociadas pelo enviado da ONU, Lakhdar Brahimi. Estes foram boicotados por vários grupos de oposição (principalmente islâmicos) e excluíram todos os grupos armados que não o Exército Livre Sírio (FSA); estes grupos islâmicos são desagradáveis para o Ocidente, mas exercem um poder significativo na prática (KINNIMMONT, 2014; p. 49).

Percebe-se, então, que assim como entre as forças de oposição ao governo de Assad não existe coesão, o mesmo se repete com os países regionais e extra-regionais, guiados por interesses individuais na região que divergem em cada ponto de tensão no conflito. De acordo com Vignal (2017), a não existência de acordo total entre esses agentes, que podem em um momento se unir contra algo e depois serem antagonistas em outro ponto, torna o conflito ainda mais difícil de ser controlado, aumentando as tensões na região do Oriente Médio e as relações diplomáticas com os atores do Ocidente. Como visto também, o conflito na Síria provocou uma remodelação permanente da política da fronteira, e muitos atores de dentro e de fora da Síria tiveram um papel importante neste processo tanto a nível local, nacional, regional e internacional (VIGNAL, 2017).

CAPÍTULO III: A CRISE HUMANITÁRIA NO CONFLITO SÍRIO E A APLICAÇÃO DA R2P

3.1 A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA DO CONFLITO SÍRIO

O uso intensivo da força, com utilização de arma de fogo, tanques e artilharia em resposta aos protestos pacíficos, as prisões dos manifestantes, os ataques contra as áreas residenciais, e a fragmentação das forças regionais e da oposição deixou os civis sírios presos em um fogo cruzado, sujeitos a crimes atrozes, como ataques químicos, bombardeios desproporcionais e indiscriminados, execuções em massa, violações dos direitos dos humanos, e venda de mulheres e meninas em escravidão sexual em grande escala (BELLAMY, 2012).

De acordo com Bellamy (2016) o governo de Assad sitiou comunidades inteiras e negou ajuda humanitária, usando a fome e a desnutrição como arma de guerra. Com o aumento da violência contra os civis e a gravidade da violenta repressão na Síria, os especialistas de direitos humanos da ONU, em 2011, pediram o fim da violência adotada pelo governo Sírio para conter as manifestações. O Relator Especial sobre o Direito à Liberdade de Opinião e Expressão, Frank La Rue, expressou sua preocupação sobre a violência na Síria e as restrições à liberdade da imprensa (ONU, 2011):

Estou profundamente preocupado com as tentativas contínuas do Governo de evitar que o mundo conheça a extensão das atrocidades que estão ocorrendo lá, recusando o acesso a jornalistas estrangeiros e violando o direito de buscar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos (ONU, 2011).

Tal cenário de violência contra civis começou a atingir crianças e mulheres. O desrespeito aos direitos da educação e à segurança pessoal é refletido no descaso e no uso de escolas como centros de detenção, o uso de hospitais como centro de tortura, bombardeios em bairros residenciais, e a violência indiscriminada contra os manifestantes de manifestações legítimas e pacíficas. Tal desumanidade causou o recuo de alguns militares, que se recusaram a atacar civis e acabaram juntando-se às lutas da população (ONU, 2011).

A violência massiva contra civis na Síria se reflete em graves violações dos direitos humanos. Nesse aspecto, o direito internacional afirma que “quando certos crimes são cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil, e

os responsáveis sabem que sua conduta é parte deste ataque, tais delitos constituem crimes contra a humanidade” (ONU, 2011).

Em cinco anos de conflito, segundo o jornal *The Guardian* (2016), que cita o Centro Sírio de Pesquisa Política (SCPR), o número de mortos e feridos chegam a 470 mil, contabilizando 11,5% da população síria. As mortes não são ocasionadas apenas pela violência, mas também pela falta de acesso a água potável, abrigo, tratamento médicos adequados e de alimentos (BLACK, 2016).

Também é notória a realidade dos milhões de refugiados sírios que buscam abrigo em outros países, contabilizando 4,8 milhões de refugiados nos países vizinhos, centenas de milhares nos países da Europa e 6,6 milhões de pessoas deslocadas dentro da Síria (ONU, 2016).

Os ataques contra infraestruturas civis, hospitais, escolas e fontes de água, ainda são um problema crescente na Síria. No dia 6 de agosto de 2016, o hospital al-Almal em Milis, que fornecia serviços médicos para até 40.000 pessoas, foi atingido e destruído por um ataque aéreo que matou 13 civis, entre eles funcionários do hospital, três crianças e duas mulheres. Os ataques aos hospitais, profissionais de saúde e ambulâncias são constantes e não mostram sinais de diminuição, como aponta o relatório de 2017 Conselho de Direitos Humanos da ONU, ocasionando a morte dos profissionais e civis, e, dessa forma, reduzindo o número de médicos, enfermeiros e socorristas, como também o número de remédios e equipamentos cirúrgicos. Para a Conselho, tais ataques não são uma coincidência ou descuido, como aponta o trecho abaixo:

[...] o padrão de ataques sugere fortemente que as forças pró-Governo visam intencional e sistematicamente instalações médicas, perpetrando repetidamente o crime de guerra de atacar deliberadamente objetos protegidos. Ataques dirigidos intencionalmente contra os profissionais de saúde e ambulâncias totaliza os crimes de guerra de atacar intencionalmente pessoal médico e transporte (CDHNU, 2017; p. 6).

As escolas também são alvo, o que caracteriza um dos padrões mais desrespeitosos e perversos do conflito, que causou a morte de inúmeras crianças, professores e a total destruição dos prédios de ensino, privando as crianças da educação escolar.

No que se refere às fontes de água, os ataques visam enfraquecer ambos os lados, como exposto no Relatório do Conselho de Direitos Humanos (2017): “em 23 de dezembro a Autoridade de Águas de Damasco anunciou que havia cortado os suprimentos de água porque grupos armados haviam contaminado a água com combustível. Consequentemente,

5,5 milhões de pessoas ficaram sem acesso regular à água” (CDHNU, 2017; p.7). Como antes exposto, também ocorrem ataques contra os objetos e pessoas que fornecem ajuda humanitária na região da Síria:

[...] a Comissão continuou a documentar ataques que impactam diretamente os trabalhadores de ajuda humanitária especialmente protegidas e objetos humanitários. Tais ataques não só matam e mutilam civis, mas também resultam na negação de ajuda humanitária e assistência à população civil já sofrida por anos de privação devido ao conflito na República Árabe Síria (CDHNU, 2017, pg:10).

O comboio da Comissão Mista Internacional da Cruz Vermelha foi atingido por tiros, no dia 19 de fevereiro de 2017, quando buscava prestar ajuda em al-Waer. Em 20 de fevereiro, os caminhões do comboio de ajuda humanitária foram desviados para a aldeia de Mazra'a, e esvaziados, e embora os motoristas e caminhões tenham sido liberados, toda a ajuda humanitária foi roubada (CDHNU, 2017).

É importante elucidar que armas que são proibidas têm sido usadas de forma indiscriminada. O relatório da CDHNU aponta o uso de bombas de cloro improvisadas e de bombas de fragmentação, que são utilizadas em territórios de população civil. Tais armas são usadas por forças do Governo e pró-governo, causando danos extremos aos civis da região. As forças do Governo e Pró-governo “continuaram a atingir áreas civis deliberadamente com munições de cloro improvisados, ambos caíram ao ar e através do uso de munições assistida por foguetes improvisados nos subúrbios de Damasco e Idlib” (CDHNU, 2017; p.12).

Ainda de acordo com o relatório do CDHNU (2017), no dia 1 de agosto de 2016, caíram na área residência da cidade de Saraqeb (Idlib) helicópteros sírios que possuíam munições de cloro. Tal acidente feriu 28 civis, entre eles 10 crianças e 5 mulheres. Já no dia 8 de janeiro de 2017, forças pró-governo usaram munições de cloro que feriram seis civis, na aldeia de Bseema (Damasco). Outros ataques com o uso de bombas de cloro, foram apresentados no relatório:

Entre 30 de janeiro e 21 de fevereiro de 2017, a Comissão documentou quatro ataques cloro na área oriental Ghouta alvejando posições de combate linha da frente que também matou uma pessoa e feriu outras 17. Por exemplo, em 30 de Janeiro, um iram com uma carga de cloro improvisada atingido perto de uma posição de primeira linha na vila Sultan al-Marj ferindo 11 homens. Médicos que trataram os feridos descreveram insuficiência respiratória grave e pupilas dilatadas entre as vítimas. Fotografias fornecidas por testemunhas mostram um remanescente 107 milímetros foguete que supostamente entregou a munição. Em outro incidente em 9 de fevereiro, um ataque de cloro atingiu perto de quatro homens que estavam cozinhando na área mesquita Ghubair perto Erbin em Ghouta

oriental, batendo um homem no fogo para cozinhar e ferindo outros três. Tratar médicos explica que o homem que caiu na tarde disparou morreu de queimaduras enquanto os três restantes foram tratados por dificuldade respiratória, tosse e respiratórios graves dificuldades e liberado mais tarde (CDHNU, 2017; p.12).

O uso dessas armas químicas vai contra a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Uso de Armas Químicas e sobre sua Destruição, que foi ratificada pela Síria em 2013. Após o uso do gás *sarin*, tais usos, como exposto no relatório da CDHNU são proibidos, uma vez que os efeitos deles são indiscriminados e não podem ser limitados no tempo e no espaço, causando um sofrimento desnecessário. Para a Conselho, os ataques com bombas de cloro e bombas de fragmentação são diretamente dirigidos as regiões que são ocupadas por civis, constituindo assim um crime de guerra (CDHNU, 2017).

O desrespeito aos direitos humanos na Síria é cada vez mais grave. Além dos ataques indiscriminados, as pequenas governanças que estão surgindo nos territórios sírios protagonizados por grupos armados colocam a vida da população ainda mais em risco. Execuções, prisões arbitrárias, detenções, tortura, desaparecimento forçado, utilização de crianças como soldados, e ataques desproporcionais, também compreendem as problemáticas para crise humanitária na Síria.

A guerra civil da Síria evoluiu para um tipo de conflito onde forças insurgentes, nacionais, regionais e globais se envolvem todos os dias, movidas por interesses próprios, piorando e complicando a solução do conflito, que vem sendo considerado o pior conflito da atualidade e um dos piores conflitos desde a II Guerra Mundial (ONU, 2017). A violência exacerbada contra os civis sírios que causou mortes, maus tratos, tortura e os privou do básico para a sobrevivência, como água, comida e atendimento médico, caracteriza-se como crime contra humanidade e grave violação dos direitos humanos.

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, disse que o conflito sírio redefiniu o significado da palavra "horror":

Ele afirmou que o CNUDH "documentou centenas de ataques aéreos e ataques terrestres em 2017 que mataram milhares de civis em todo o país, pelo menos uma quarta das crianças. Em todo o país, milhares de pessoas foram privadas de sua liberdade e são realizadas em instalações administradas pelo governo ou grupos armados de oposição, onde frequentemente são submetidos a tortura ou tratamento cruel, incluindo a violência sexual " (CSNU, 2017; s/n).

Tal cenário de violência, desde o início do conflito, em 2011, chamou a atenção da comunidade internacional e de mecanismos não-governamentais para socorrer os civis e prestar serviços humanitários na região. As Nações Unidas e os mecanismos de direitos humanos estão, desde então, clamando pela proteção aos civis no conflito sírio. De acordo com Duarte: “Até o final de 2015, 90.000 pessoas, incluindo incontáveis civis, foram mortos como resultado do conflito. Em 2016, tal estimativa chegou a pelo menos 250.000 pessoas mortas devido ao conflito” (Duarte, 2016; p. 76).

No Relatório do Secretário-Geral da ONU, de setembro de 2017, ele apelou à comunidade internacional por apoio a um ambiente propício para as negociações no âmbito da ONU, pedindo reforço para os arranjos de cessar-fogo e melhorias nas medidas para o acesso humanitário a todos os necessitados, em prol de assegurar a proteção de todos os civis da Síria. Em suas palavras, “as pessoas da República Árabe Síria já sofreram o suficiente e merece toda a nossa atenção, esforço genuíno, a visão e liderança para acabar com o que se tornou uma das piores tragédias humanitárias de nossos tempos” (CSNU, 2017; p.15).

3.2 A APLICAÇÃO PARCIAL DA R2P NO CONFLITO SÍRIO

É importante pontuar, de início, que a responsabilidade de proteger está sendo parcialmente aplicada no conflito sírio, embora sua eficácia seja questionável. Os mecanismos utilizados pela comunidade internacional compreendem o uso de meios diplomáticos e pacíficos, uma das vertentes do princípio enumerada no *Outcome Document*. As graves violações de direitos humanos e direito humanitário tem sido levadas ao Conselho de Segurança, à Assembleia Geral e ao Conselho de Direitos Humanos, assim como a outros órgãos da ONU, onde a responsabilidade de proteger foi endossada, mencionada e reafirmada em resoluções, recomendações e relatórios a relação do conflito da Síria, com o fito de pressionar o governo do país e demais atores envolvidos no conflito a cessarem as violações aos direitos humanos na região.

Em 2012, o Secretário-Geral afirmou o comprometimento da organização com a responsabilidade de proteger no conflito da Síria:

[...] o próximo teste da nossa humanidade comum” é a Síria [...]. Também estou consciente da necessidade de preservar meu espaço diplomático para o momento crucial quando os bons oficiais da ONU podem ser requisitados. Essa é a natureza da Responsabilidade de Proteger. Pode se tornar um campo minado entre nuances, cálculo político e competição entre interesses nacionais. O resultado

frequentemente é a hesitação ou a inação. Isso nós não aceitaremos (ONU, 2012; s/n).

Na tabela abaixo, podem ser conferida algumas Resoluções do Conselho de Direitos Humanos e do Conselho de Segurança da ONU acerca do conflito na Síria onde a responsabilidade de proteger é mencionada.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU	
A/HRC/30/L.5 (2015)	<ul style="list-style-type: none"> • Demanding that the Syrian authorities meet their responsibility to protect the Syrian population.
A/HRC/23/L.1 (2013)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Calls upon</i> the Syrian authorities to meet their responsibility to protect the Syrian population and to put an immediate end to all attacks against the civilians of Al Qusayr;
A/HRC/RES/S-18/1 (2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Urges the Government of the Syrian Arab Republic to meet its responsibility to protect its population, to immediately put an end to all human rights violations, to stop any attacks against civilians and to comply fully with its obligations under international human rights law, and calls for an immediate end to all violence in the country;
A/HRC/32/L.9 (2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Demanding that the Syrian authorities meet their responsibility to protect the Syrian population; • Demands that all parties take all appropriate steps to protect civilians, including members of ethnic, religious and confessional communities, and stresses that, in this regard, the primary responsibility to protect the Syrian population lies with the Syrian authorities;
RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (CSNU)	
S/RES/2139 (2014)	<ul style="list-style-type: none"> • Exige igualmente que todas as partes tomem todas as medidas adequadas para proteger os civis, incluindo os membros das comunidades étnicas, religiosas e confessionais, e salienta que, neste contexto, cabe às autoridades sírias a responsabilidade principal de proteger a sua população;
S/RES/2165 (2014)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Reafirmando</i> que las autoridades sirias tienen la responsabilidad primordial de proteger a la población en Siria, <i>reiterando</i> que las partes en un conflicto armado tienen la responsabilidad primordial de adoptar todas las medidas posibles para asegurar la protección de los civiles, y <i>recordando</i> en este sentido su exigencia de que todas las partes en los conflictos armados cumplan plenamente las obligaciones aplicables en virtud del derecho internacional con respecto a la protección de los civiles en los conflictos armados, incluidos los periodistas, los profesionales de los medios de comunicación y el personal asociado.
S/RES/2254 (2015)	<ul style="list-style-type: none"> • Recalling its demand that all parties take all appropriate steps to protect civilians, including members of ethnic, religious and confessional communities, and stresses that, in this regard, the primary responsibility to protect its population lies with the Syrian authorities.
S/RES/2258 (2015)	<ul style="list-style-type: none"> • Reafirmando que las autoridades sirias tienen la responsabilidad primordial de proteger a la población en Siria, reiterando que las partes en un conflicto armado deben adoptar todas las medidas posibles para proteger a los civiles, y recordando a este respecto su exigencia de que

	todas las partes en los conflictos armados cumplan plenamente sus obligaciones en virtud del derecho internacional relativas a la protección de los civiles en los conflictos armados, incluidos los periodistas, los profesionales de los medios de comunicación y el personal asociado.
S/RES/2332 (2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Reafirmando que las autoridades sirias tienen la responsabilidad primordial de proteger a la población en Siria, reiterando que las partes en un conflicto armado deben adoptar todas las medidas posibles para proteger a los civiles, y recordando a este respecto su exigencia de que todas las partes en los conflictos armados cumplan plenamente sus obligaciones en virtud del derecho internacional relativas a la protección de los civiles en los conflictos armados, incluidos los periodistas, los profesionales de los medios de comunicación y el personal asociado.

Tabela 2 - Elaboração própria, de acordo com as resoluções das Nações Unidas.

A Resolução 2254, do Conselho de Segurança, adotada em 18 de dezembro de 2015, foi a primeira resolução focada exclusivamente em uma solução pacífica para o conflito da Síria. Aprovada por unanimidade, a resolução procurou estabelecer um cronograma de negociações, facilitadas pela ONU, entre o Governo e os membros da oposição. Demandou um cessar-fogo nacional para que fosse possível o início de uma transição política, e para tal fim solicitou ao Secretário-Geral a sugestão de requisitos para um cessar-fogo. Também foi pedido que o Secretário-Geral convocasse representantes do Governo da Síria e da oposição a fim de iniciar negociações formais para o processo de transição. Finalmente, foi expresso o apoio do Conselho para que ocorressem eleições livres e justas, embasadas em uma nova Constituição que seria administrada sob a supervisão da ONU.

Comentando a resolução, o representante da Síria alegou que o Governo estava aberto aos esforços que ajudassem a superar a crise, e estaria pronto a ajudar um processo sírio sem intervenção estrangeira, onde a Síria continuaria mantendo sua soberania e integridade territorial (ONU, 2015).

3.2.1 Esforços de mediação: Secretário-Geral, organizações regionais e arranjos informais

Em 2011, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, manifestou sua preocupação com o caráter violento que o conflito estava tomando e reafirmou o dever “*de todo governo de proteger os civis e respeitar os direitos e liberdades da população, incluindo a liberdade de expressão e de reunião pacífica*” (ONU, 2011). No dia 29 de abril de 2011, o Conselho de Direitos Humanos da ONU votou a favor do envio de uma missão para a Síria, com o

intuito de investigar alegadas violações dos direitos humanos e do direito internacional, e condenou o uso massivo da violência contra os manifestantes pacíficos (ONU, 2011).

O Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, também lembrou da responsabilidade incumbida ao Conselho de Segurança, uma vez que ele é o “*o único organismo no mundo com o poder sob o direito internacional para autorizar ações militares para salvar vidas, quanto todo o resto fracassa*” (ONU, 2015; s/n). E salientou como a responsabilidade de proteger pode salvar vidas:

O princípio da “responsabilidade de proteger” foi testado como nunca antes em 2011, resultando em dezenas de milhares de vidas salvas. [...]“os resultados são desiguais, porém [...] nós demos esperança a povos historicamente oprimidos. Na Líbia, Costa do Marfim, Sudão do Sul, através de nossas palavras e nossas ações, nós demonstramos que a proteção humana é um propósito definitivo das Nações Unidas” (ONU, 2012).

Em 2011, foi pedida a libertação dos ativistas dos direitos humanos que se transformaram em alvos e foram presos pelo governo Sírio por estarem promovendo os direitos humanos, reformas democráticas e a reconciliação nacional, como também uma abertura para que as organizações independentes de direitos humanos pudessem atuar na região. Por meio de um comunicado em agosto de 2011, o Embaixador indiano Hardeep Singh Puri – que presidia o Conselho no mês - pediu que as autoridades sírias parassem de usar a força contra a população e que permitissem a ajuda humanitária àqueles que precisam (ONU, 2011).

No dia quatro de setembro de 2011, a votação de uma proposta de resolução no Conselho de Segurança causou bastante debate. A proposta de resolução pedia o fim dos abusos aos direitos humanos e condenava a violenta repressão contra os manifestantes. A China e a Rússia foram contrárias à resolução e a vetaram, enquanto Alemanha, Bósnia-Hezergóvina, Colômbia, EUA, França, Gabão, Nigéria, Portugal e Reino Unido a aprovaram; o Brasil se absteve. O Embaixador russo, Vitaly Churkin, defendeu o veto russo:

A questão não era de redação, mas “um conflito de abordagens políticas” sobre como acabar com a crise. Churkin disse que a maioria dos sírios querem uma mudança política gradual em vez de uma mudança rápida e o texto também não considerava adequadamente o comportamento dos grupos extremistas de oposição às autoridades sírias (ONU, 2011; s/n).

Já a embaixador chinês Li Baodong explicou que, por mais que esteja preocupado com a violência emergente na Síria, “*o texto apresentado só complicaria a tensão existente.*

Para ele, o rascunho estava excessivamente concentrado em exercer pressão sobre a Síria e incluía ameaça de sanções, o que não resolveria a situação” (ONU, 2011). Para o Embaixador sírio Bashar Já’afari, a resolução do Conselho de Segurança só “refletia as tentativas tendenciosas de alguns países Ocidentais de minar as autoridades de seu país”. Já’afari continuou dizendo que “as necessidades e aspirações legítimas do povo sírio foram mal utilizadas por alguns grupos domésticos, com apoio de elementos estrangeiros, para provocar a intervenção externa”. A Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos alertou que, uma vez que o governo Sírio falhou em proteger sua população, o dever de protegê-la recaía sobre a comunidade internacional:

O ônus recai sobre todos os membros da comunidade internacional para tomar medidas de proteção de maneira coletiva e decisiva, antes de a repressão e os assassinatos contínuos e cruéis levarem o país a uma guerra civil. A comunidade internacional deve falar com uma só voz e agir para proteger o povo sírio” (PILLAY, 2011; s/n).

Ainda em 2011, a Liga dos Estados Árabes (LAS) propôs um acordo de paz com o governo da Síria, que tinha por objetivo a libertação dos prisioneiros, uma abertura ao maior diálogo com a oposição e a retirada das forças do governo das ruas. A proposta foi aceita pela Síria, no entanto não foi implementada pelo governo, uma vez que a repressão contra os manifestantes continuou. Como resposta, a Liga dos Estados Árabes suspendeu a Síria da organização e impôs sanções políticas e econômicas contra o governo até que a violência contra os manifestantes parasse. A Assembleia Geral da ONU apoiou o acordo supracitado e pediu as autoridades sírias que cooperassem com a Comissão Independente Internacional de Investigação estabelecida pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU na Resolução (S-17/137) e a Comissão Internacional de Inquérito sobre a República Árabe da Síria (ONU, 2011).

Em outubro de 2011, alguns países árabes e Ocidentais apresentaram projetos de resolução ao Conselho de Segurança que pediam o fim do fluxo de armas para a Síria e que Assad cedesse poderes para a criação de um governo de unidade nacional, onde seriam realizadas eleições presidencial e parlamentar, mas tal resolução foi vetada pela China e pela Rússia (THARKUR, 2013).

Em 2012, o Chefe do Crescente Vermelho na Síria, Abd-al-Razzaq, foi morto a tiros quando estava em um veículo marcado com o emblema do Crescente Vermelho. Tal violência demonstrou uma falta de respeito ao direito da guerra que salienta a obrigação de

“respeitar e proteger os trabalhadores humanitários durante suas funções em atender de forma imparcial a todos aqueles em necessidade” (ONU, 2012).

Devido à violência massiva, o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes (LAS), Nabil El Araby, pediu em uma reunião do Conselho de Segurança, que tinha como intuito debater a situação da Síria, que dessem apoio para o fim da violência na Síria, e se fosse o caso, que usassem a Carta das Nações Unidas como guia para enfrentar violações e tragédias humanitárias. Nas palavras do Secretário-Geral:

Hoje chegamos ao Conselho pedindo que vocês assumam as responsabilidades nos termos da Carta das Nações Unidas para enfrentar a tragédia humanitária que se passa na Síria, adotando uma clara resolução que suporte as últimas iniciativas árabes adotadas na resolução do Conselho Ministerial da Liga em 22 de janeiro no Cairo”, ressaltou o Primeiro-Ministro do Qatar, Al-Thani. Segundo ele, a iniciativa da Liga Árabe para acabar com a violência na Síria “tem sido em vão” porque o governo falhou em qualquer esforço sincero de cooperar (ONU, 2012; s/n).

No texto da proposta da Liga Árabe, apresentada na reunião do Conselho de Segurança, era pedida a retirada das forças armadas, a liberdade para manifestações pacíficas, o acesso irrestrito ao país de todas as instituições da Liga Árabe, como também a transição política da Síria para a democracia e um sistema político plural. Tal proposta foi considerada pelo Conselho de Segurança, no entanto, além do Embaixador sírio na ONU afirmar que seu país rejeitava a intervenção, China e Rússia também vetaram a decisão do projeto da LAS, o que impediu que a resolução pudesse ser adotada. Em 2012, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, em uma reunião da Assembleia Geral da ONU, lamentou o caso deplorável da situação humanitária na Síria e demonstrou sua preocupação com os civis, pedindo que o caso da Síria fosse levado ao Tribunal Penal Internacional (ONU, 2012).

A Resolução 253, adotada em 16 de fevereiro de 2012 na Assembleia Geral da ONU, após consultas com o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-Moon e o Secretário Geral da Liga dos Estados Árabes Nabik Elaraby, nomeou e enviou Kofi Annan como Enviado Especial Conjunto para atuar como mediador do conflito sírio, a fim de proporcionar bons ofícios e pôr fim às violações dos direitos humanos e promover uma solução pacífica, teria como principal objetivo se envolver com os interlocutores relevantes dentro e fora da Síria para acabar com a violência e a crise humanitária (ONU, 2012).

O Conselho de Segurança da ONU, em abril de 2012, aprovou a Resolução 2042 que pedia o fim da violência na Síria, das violações aos direitos humanos e lembrou a responsabilidade do governo da Síria em proteger sua população, como também foi aprovado o envio do primeiro grupo de observadores com o objetivo de supervisionar o cessar-fogo na Síria e o envio do Enviado Especial da ONU, Koffi Annan para Síria a fim de dialogar com o presidente Bashar Al-Assad. Após encontros de Koffi Annan com representantes da China e da Rússia, o governo Sírio aceitou um plano formulado e proposto pelo Enviado Especial – chamado de ‘O Plano Annan’ -, que continha seis pontos, sendo eles: 1) comprometimento em trabalhar conjuntamente com o Enviado no processo político; 2) o fim da violência e dos assassinatos; 3) acesso humanitário para as agências; 4) libertação dos detidos arbitrariamente; 5) a permissão para o ingresso de jornalistas; 6) e o início de um diálogo político inclusivo (ONU, 2012).

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, expressou sua expectativa diante da proposta apresentada pela Liga Árabe e a ONU para a Síria:

Deixe-me enfatizar: estas propostas não são uma lista de todos os passos que o Governo sírio terá que tomar para esta crise ser resolvida e chegarmos a uma solução política. Eles são os passos que o presidente sírio precisa tomar hoje para sair do estopim da crise e enviar um sinal claro de que está pronto para mudar de rumo (ANNAN, Koffi, 2012; s/n).

Em resposta, o governo da Síria prometeu a retirada das tropas e armamento pesado de algumas zonas populacionais, como Idlib, Zabadani e Deraa. No entanto, a violência não diminuiu, ocasionando ataques das forças sírias na fronteira com a Turquia e o Líbano. No dia 11 de março de 2012, o governo sírio enviou uma carta para Kofi Annan afirmando que iria iniciar um cessar fogo, parando toda a luta militar em Damasco, no dia 12 de março de 2012. No entanto, na carta o governo Sírio ainda alega “*o direito de responder proporcionalmente a todos os ataques realizados por grupos terroristas armados contra civis, forças do governo ou propriedade pública e privada*”. Para supervisionar e monitorar o cessar-fogo, e a implementação do Plano Annan, foi aprovado de forma unanime pelo Conselho de Segurança, na Resolução 2043, e enviado para a Síria, no dia 21 de abril de 2012, uma Missão das Nações Unidas para a Supervisão na Síria (UNSMIS) por 90 dias, composta por 300 observadores. No entanto, o cessar-fogo não foi respeitado, uma vez que houve violação tanto por parte do governo Sírio, como também por ações dos grupos rebeldes (ONU, 2012).

Ban Ki-moon alertou sobre a contínua presença de armas pesadas, equipamentos militares e soldados em áreas residenciais, como relatado pela nova Missão das Nações Unidas para a Supervisão na Síria (UNSMIS). O Secretário-Geral lembrou que isso não condiz com a promessa do governo sírio de retirar suas tropas e armas de áreas de conflito, e exige que o Governo da Síria cumpra seus compromissos sem atraso (ONU, 2012; s/n).

As Nações Unidas depositaram na UNSMIS as esperanças no apaziguamento do conflito sírio para alcançar a paz. Em uma das missões dos observadores da UNSMIS na Síria, na cidade de Dara'a, ocorreu a explosão de uma bomba, não houve feridos entre os observadores, mas soldados sírios se feriram. A violência continuou na região, ocorrendo explosões na capital do país, como também ataques de bomba a três carros da UNSMIS, que não deixou feridos. Na cidade de Mazraat al-Qubeiro, a UNSMIS enfrentou obstáculos, onde algumas patrulhas eram paradas por civis e/ou forçadas a voltar. A preocupação da crescente violência na Síria crescia também por causa do envolvimento de um terceiro ator, além do Governo e dos rebeldes, a insurgência de um terceiro elemento, as organizações terroristas, que se aproveitam da vulnerabilidade, violência e insegurança da Síria. A Alta Comissária da ONU para os direitos humanos, Pillay, demonstrou sua preocupação (ONU, 2012):

A Síria sofreu uma série de grandes atentados nos últimos meses que só podem ser descritos como atos terroristas. Denuncio fortemente tais atos, que também tomaram a vida de muitos civis. Gostaria de lembrar ao Presidente Assad e o Governo sírio que invocar uma defesa contra o terrorismo não justifica de qualquer maneira a violência e a morte pelas forças do governo e dos seus aliados em El Houleh. Insto o Governo a tomar as medidas certas para sinalizar que é séria a sua intenção de resolver esta crise pacificamente, e peço a todos os envolvidos para ajudarem a criar o contexto necessário para um processo político crível (ONU, 2012; s/n).

Foi tentado pelo diplomata Lakhdar Brahimi mudanças na Síria, que tinha como propósito montar uma estrutura para mudanças políticas na Síria, um governo de transição, para que um acordo pudesse acontecer. Tal tentativa também não obteve sucesso (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

Em agosto de 2012, Koffi Annan se demitiu do cargo de enviado conjunto para a Síria. De acordo com Bellamy (2014), tal decisão foi embasada na recusa das partes em honrar os compromissos, como também na incapacidade do Conselho de Segurança de assumir uma resposta eficaz na Síria. A violência na Síria só veio a sofrer uma redução com um primeiro cessar-fogo nacional, acordado pela Federação Russa e pela Turquia no dia 30 de dezembro de 2016, após as forças pró-Governo conseguirem o controle da cidade de Aleppo. Tal acordo foi reforçado pelo Conselho de Segurança da ONU, na Resolução 2336,

de 2016, que elogiou os esforços da Federação Russa e da República da Turquia para realizar o cessar-fogo na Síria, para que fosse possível dar um fim à violência na Síria (CDHNU, 2017).

3.2.1.1 Ações da ONU para a prevenção de crimes internacionais e sua responsabilização

Devido a tal cenário de violência, propostas foram apresentadas ao Conselho de Segurança para impor embargos econômicos e militares às partes dos conflitos armados, sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, no entanto a Rússia e a China vetaram medidas mais invasivas contra o governo da Síria. Em 2012, por exemplo, apesar da situação de horror e dos apelos para ações coordenadas para que acabasse a violência na Síria, foi rejeitada uma proposta de resolução que impunha sanções a Damasco, devido ao veto da Rússia e da China. Kofi Annan demonstrou seu desapontamento perante tal situação: *“Nesta fase crítica, o Conselho de Segurança da ONU não pôde se unir e tomar a ação forte e coordenada”, declarou por meio de seu Porta-voz. “Ele [Annan] acredita que a voz do Conselho é muito mais poderosa quando os seus membros agem com unidade”* (ONU, 2012; s/n).

A ONU, mediante o Conselho de Segurança, pediu o fim dos crimes internacionais, como também afirmou a responsabilização dos que cometerem tais crimes. A Resolução 2139, por exemplo, adotada pelo Conselho de Segurança em 22 de fevereiro de 2014, exigiu o fim de todas as formas de violência e as violações aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário, afirmando que tais violações poderiam ser consideradas como crimes de guerra e crimes contra a humanidade, como também reafirmou que aqueles que cometeram ou são responsáveis pelas violações ao direito internacional e abusos dos direitos humanos sejam levados à justiça (CSNU, 2014).

A ONU também procurou investigar e condenar o uso de armas químicas como crimes de guerra. A Síria não ratificara a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas e sobre a sua Destruição e não fazia parte da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). O Governo sírio assumiu que iria usar armas químicas e biológicas contra possíveis ataques estrangeiros, mas não usaria contra seus próprios cidadãos (ONU, 2012). No entanto, em 2013, na cidade de Ghuta, em Damasco, foi usado uma arma química, um gás de nome *sarin*, que matou

inúmeros entre 650 e 1.400 civis e deixou 3.000 pessoas feridas (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

Tal ocasião levou os EUA a pensar em uma intervenção militar na Síria, considerando o lançamento de ataques aéreos limitados contra os alvos do regime sírio. França e Reino Unido ofereceram apoio aos EUA, mas os ataques não ocorreram devido ao caráter já violento do conflito e as possíveis reações conflituosas que poderiam eclodir após possível ataque, assim abandonou-se a ideia de intervenção militar:

Não só abandonou a ideia de intervenção militar, mas também aceitou a continuação do poder sírio no poder, pelo menos a curto prazo, como a principal agência que supervisionaria o desmantelamento das armas químicas. A partir de setembro de 2013, as principais potências ocidentais que apoiaram a oposição síria - ou seja, os EUA, o Reino Unido e a França - se concentraram em buscar uma solução diplomática e intensificar a resposta humanitária à crise, enquanto continuavam a prestar ajuda ao SNC e à FSA. Os EUA fornecem à FSA quantidades limitadas de armas, enquanto o governo do Reino Unido foi impedido pelo parlamento de fornecer qualquer outra coisa além da ajuda não letal. Ironicamente, depois de ser criticado rotundamente por seus aliados por intervir militarmente no Iraque, os EUA estão agora na posição incomum de serem criticados pelos países do Golfo por não terem intervindo militarmente na Síria (KINNIMMONT, 2014; p.50).

Essa decisão causou um sentimento de traição nos líderes da Arábia Saudita, uma vez que o Príncipe Saud Al Faisal apoiou publicamente os possíveis ataques aéreos dos Estados Unidos. Na ausência da esperada intervenção, o Príncipe criticou as ações da Nações Unidas, apontando o fracasso da ONU em resolver o conflito na síria. (KINNIMMONT, 2014).

A alteração na forma do conflito, devido ao uso de armas químicas, também mudou a posição do Conselho de Segurança. De acordo com Bellamy, *“o Conselho começou também a exigir o cumprimento do direito internacional humanitário e acesso para fins humanitários, lembrando ao Governo sírio a responsabilidade de proteger”* (Bellamy, 2014; p.60).

Decidiu-se colocar em votação medidas para apaziguar a violência na Síria. Em 2013 foi aprovada, no Conselho de Segurança, a Resolução 2118, adotada de forma unânime, que tinha como intuito aplicar sanções e alertar sobre a proibição do uso de armas químicas por qualquer parte envolvida no conflito, bem como o desenvolvimento, produção, aquisição, armazenamento, ou transferência de armas químicas:

A transferência não autorizada de armas químicas ou qualquer uso de armas químicas por qualquer pessoa na Síria pode resultar em medidas no âmbito do Capítulo VII da Carta da ONU, que podem incluir sanções ou uma ação coercitiva mais forte caso os países decidam pôr em prática os princípios deste capítulo, poderá ser autorizada a ação que o Conselho julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais (ONU, 2013; s/n).

Foram tentados inúmeros meios pacíficos para solucionar o conflito, instalar uma paz duradoura na Síria, e proteger a população civil, desde ameaças americanas, sanções, propostas de monitoramento de armas pela Rússia, como também a missão da ONU em conjunto com a OPAQ, que tinha como intuito a destruição do arsenal químico da Síria. A Resolução 2118, apresentada e aprovada em setembro de 2013, tinha esse principal objetivo:

Congratulando-se com a decisão do Conselho Executivo da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), de 27 de setembro de 2013, que estabelece procedimentos especiais para a destruição expedita do programa de armas químicas da República Árabe da Síria e sua verificação rigorosa e expressando sua determinação para garantir a destruição do programa de armas químicas da República Árabe da Síria de acordo com o cronograma constante da decisão do Conselho Executivo da OPAQ de 27 de setembro de 2013 (CSNU, 2013; s/n).

Foram aprovadas a retirada de máquinas e equipamentos usados na fabricação das armas, como também a retirada e a destruição das armas químicas. A Missão da OPAQ, em conjunto com a ONU, teve a cooperação do governo Sírio, que declarou possuir 1.300 toneladas de armas químicas e apontou onde ficavam as instalações e reservas. Por outro lado, a Missão da OPAQ teve dificuldades em acessar os lugares devido a guerra civil. Dessa maneira, a retirada, neutralização e destruição do arsenal químico foi finalizada só em 2014 (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

Por mais que os diversos peacemakers tenham tomados algumas medidas para a implantação da paz na região, tais medidas não surtiram grandes efeitos para a interrupção do conflito e não alcançaram uma repercussão necessária no que se refere a prestação desimpedida da assistência humanitária. Tal preocupação refletiu-se na Resolução 2258, de dezembro de 2015, apresentada pelo Conselho de Segurança, que se mostrava bastante preocupado com o não cumprimento das resoluções 2139 (2014), 2165 (2014) e 2191 (2014), como também recordava as obrigações legais das partes do conflito sob o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos; lembrava as decisões relevantes do Conselho de Segurança para acabar com todos os ataques contra civis e objetos civis, principalmente os envolvidos em ataques a estabelecimentos educacionais e instalações médicas, como também a interrupção do abastecimento de água e o uso

indiscriminado de armas, e o uso generalizado de tortura, maus-tratos, execuções arbitrárias e extrajudiciais bem como todas as infrações graves e abusos cometidos contra crianças (CSNU, 2015).

De acordo com os relatórios do Conselho de Segurança, os esforços para eliminar os estoques de armas químicas da Síria continuam. No dia 16 e 18 de setembro de 2017 foram realizadas consultas de alto nível entre a OPAQ e o governo sírio.

A Organização das Nações Unidas tem usado de inúmeros mecanismos de solução pacífica para conter o conflito, enviando grupos de monitoramento, clamando aos Estados que não patrocinem o conflito, pedindo cessar-fogo, o livre acesso da ajuda humanitária, exigindo a desativação dos estoques de armas químicas e condenando as atitudes violentas do governo e dos rebeldes. Entretanto, tais tentativas, embora louváveis, não tem se mostrado suficientes diante do conflito que tomou proporções drásticas na violência contra os civis. Resoluções condenando a violência, o desrespeito aos direitos humanos, denunciando as atrocidades e exigindo cessar-fogo já foram apresentadas e adotadas pelo Conselho de Segurança, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Direitos Humanos da Nações Unidas. No entanto, o impasse que existe no Conselho de Segurança, uma vez que a Rússia e China rejeitam qualquer medida mais invasiva no conflito Sírio, dificulta a redução da violência e que medidas realmente efetivas sejam iniciadas.

No dia 10 de março de 2017, foi apresentado um relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU (A/HRC/34/CRP.3) sobre a situação humanitária da Síria, no qual são condenados os abusos aos direitos humanos e a violação do direito internacional humanitário no país, e aponta-se também os crimes de guerra que estão acontecendo no conflito e o total desrespeito ao direito internacional. Especificamente, o relatório afirma:

Depois de quase seis anos de conflito, os civis continuam a suportar o peso da violência brutal travada pelos partidos beligerantes na República Árabe Síria. Governo e forças pró-Governo continuam a atacar objetos civis, incluindo hospitais, escolas e estações de água. Um ataque da Força Aérea Síria a um complexo de escolas em Haas (Idlib), que equivale a crimes de guerra, é um doloroso lembrete de que, em vez de servir como santuários para crianças, as escolas são impiedosamente bombardeadas e as vidas das crianças roubadas sem sentido. As forças governamentais e pró-Governo continuam a usar armas proibidas, incluindo munições de fragmentação, armas incendiárias e latas de cloro desarmadas em áreas habitadas por civis, ilustrando ainda a total desrespeito à vida civil e ao direito internacional (CDNU, 2017; s/n).

O relatório também aponta o desafio enfrentado com a restrição do acesso e investigações da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a República Árabe

Síria, e expressa preocupação com o assassinato massivo de mulheres e o recrutamento de crianças pelo grupo terrorista Jabhat Fatah al-Sham. Refere também a participação de grupos armados que protagonizam ataques indiscriminados matando e mutilando civis nas províncias de Aleppo, Idlib e Dara'a e mostra preocupação com o número de Estados-Membros que se envolveram no conflito, realizando ataques aéreos ou atuando com forças terrestres no território da Síria.

Na Resolução 2332, adotada pelo Conselho de Segurança da ONU, em dezembro de 2016, referente a situação da Síria, reafirma-se a responsabilidade primordial das autoridades sírias de proteger a população da Síria, assim como a responsabilidade das partes do conflito em adotar todas as medidas possíveis para proteger os civis, e que todas as partes cumpram plenamente suas obrigações em virtude do direito internacional no que se refere a proteção dos civis nos conflitos armados (CSNU, 2016).

O Conselho de Direitos Humanos da ONU também demonstrou preocupação com a situação humanitária da Síria, nas resoluções, A/HRC/23/26 (2013); A/HRC/RES/27/16 (2014), e reafirma a responsabilidade de proteger da Síria a sua população, na Resolução A/HRC/RES/S-18/1 (2011), onde pede o fim de todas as violações aos direitos humanos e o ataque aos civis, lembrando as obrigações sobre o direito internacional humanitário e pedindo o fim imediato da violência na região (CDHNU, 2011).

As iniciativas de cessar-fogo aumentaram as expectativas dentro e fora da Síria, assim a prioridade fundamental da comunidade internacional é a de garantir que as expectativas se cumpram e que ocorra uma melhoria nas condições de vida dos 13,5 milhões de civis que precisam:

À medida que os esforços internacionais contra o ISIL continuam, uma questão importante é assegurar a coerência das iniciativas de estabilização com os esforços das Nações Unidas destinados a negociar um acordo político, de modo a não criar condições no solo que prejudiquem esses esforços. Alguns atores regionais e internacionais priorizam a expedição dos refugiados para a Síria (CSNU, 2017; s/n).

Nesse intento, percebe-se então que a comunidade internacional e a ONU têm se preocupado e tomado medidas evocando a responsabilidade de proteger e utilizando-se de meios pacíficos sob os Capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas para lidar com as graves violações dos direitos humanos e a violência exacerbada da região. Mesmo que enfrente dificuldades, o Conselho segue um caminho diplomático e missões de monitoramento e condenação moral, afirmando e condenando em suas resoluções os crimes

de guerra, como também responsabilizando aqueles que cometeram crimes contra a humanidade, uma vez que, “nem mesmo o governo russo, contesta o fato de o governo sírio ter a responsabilidade de proteger as suas populações e não negou o fato básico de que o governo sírio não está cumprindo normas de conduta dignas” (BELLAMY, 2012; p.1).

Dessa maneira, a pouca eficácia das medidas tomadas pela ONU não significa que medidas não foram tomadas nem que a comunidade internacional está de olhos fechados para a situação da Síria, mas que a internacionalização do conflito sírio, e os desacordos que rodeiam o Conselho de Segurança se apresentam como um desafio a ser ultrapassado.

3.2.1.2 Assistência humanitária sob os auspícios da ONU

A ONU também desenvolveu e estabeleceu programas de assistência humanitária para as vítimas do conflito, sendo eles o Plano de Resposta à Assistência Humanitária à Síria (SHARP), de 2012, elaborado pelo governo da Síria junto com o Sistema das Nações Unidas e o Plano de Resposta Regional para a Síria (PRR), elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, em 2014.

O SHARP, liderado pelo Escritório de Coordenação Humanitária da ONU (OCHA) é um plano que conta com o financiamento para sanar as necessidades humanitárias continuas e os deslocamentos humanos dentro da Síria e dos países vizinhos. Quando lançado, em 2013, fazia um apelo de 6,5 bilhões de dólares aos doadores, sendo considerado o maior plano já feito para uma única operação de emergência humanitária (ONU, 2013). No entanto, o financiamento para a assistência humanitária em 2017, de acordo com os dados expostos no relatório do Secretário Geral está em 36% do esperado, uma porcentagem muito abaixo do necessário:

Cerca de US\$ 2,3 bilhões dos US\$ 6,5 bilhões solicitados é para o Plano Humanitário de Resposta e Assistência à Síria liderado pela OCHA e focado nas vítimas do conflito que seguem dentro da Síria. Os restantes US\$ 4,2 bilhões são para Plano de Resposta Regional 6 (PRR6) liderado pelo UNHCR para ajudar refugiados e países vizinhos ao conflito. De forma geral, o apelo representa o apoio às atividades implementadas por mais de 100 organizações parceiras – agências da ONU e ONGs nacionais e internacionais – que estão trabalhando conjuntamente para atender as necessidades dos sírios (UN, 2013; s/n).

O Plano de Resposta Regional para a Síria (PPR) preocupa-se com o fluxo de refugiados sírios, uma vez que a quantidade crescente de refugiados gera consequências domésticas, regionais e internacionais. Assim o PPR aborda três populações alvos

específicas, sendo elas: refugiados de assentamento fixos (acampamentos), refugiados que vivem fora dos assentamentos do campo; e comunidades de acolhimento.

As estratégias do plano foram desenvolvidas com o objetivo garantir a relação custo-eficácia, impacto, eficácia e a responsabilidade perante os refugiados e os doadores. Tinha como intuito o abastecimento de água, a reconstrução em pequena escala e prestação de serviços de saúde. O Plano se dedica ao fortalecimento e resiliência de serviços locais, com o intuito de promover a coesão e reforço da proteção da comunidade de refugiados e hospedeiros. O Plano foi desenvolvido em um processo participativo, com o apoio dos governos nacionais, agências internacionais e intergovernamentais, organizações não-governamentais, internacionais e nacionais e comunidades de refugiados (UNHCR, 2014).

A Resolução 2139 (2014) do Conselho de Segurança, aprovada por unanimidade, tinha o principal objetivo de impulsionar o acesso a ajuda humanitária na Síria. Na resolução foi exigido das autoridades sírias que autorizassem de imediato o acesso humanitário rápido, seguro e desimpedido às agências humanitárias da ONU e seus parceiros, reafirmando a importância da neutralidade médica e pedindo a desmilitarização de instalação médicas, escolas e outros ambientes civis (ONU, 2014).

O Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários revelou que o ambiente de trabalho para que as agências humanitárias da ONU operarem na Síria tem sido desafiador. As agências humanitárias da ONU aumentaram o alcance de seus programas de ajuda para que fossem capazes de ajudar em todas as partes do país, usando também lançamentos aéreos. A assistência prestada inclui água potável, comida, suprimentos nutricionais, medicamentos e cuidados de saúde, como também programas de apoio à educação e proteção. Para que tal ajuda se tornasse possível, teve-se que abrir um diálogo com o Governo da Síria, onde foram determinadas quais ONGs e agências da ONU poderiam trabalhar na Síria. De acordo com a ONU, desde o início de 2016, as agências da ONU e parceiros na Síria alcançaram 1,2 milhões de pessoas (ONU, 2016).

Stephen O'Brien, Subsecretário-Geral de Assuntos Humanitários, apresentou relatório ao Conselho em agosto de 2017 e pediu aos membros que encontrassem maneiras de impedir que a população da Síria pagasse o preço do fracasso político. De acordo com o relatório do Secretário Geral, em 21 de setembro de 2017, os acordos de cessar-fogo e o estabelecimento de áreas de desalinhamento foram de grande contribuição para reduzir de forma notável as vítimas civis nas áreas onde os acordos foram implementados, mas ainda existem obstáculos, uma vez que ainda ocorrem impedimentos administrativos impostos

pelo governo, como também restrições deliberadas das outras partes beligerantes. A remoção de itens médicos pelo governo ainda é uma realidade, o que dificulta a entrega da ajuda humanitária, principalmente em locais sitiados e de difícil acesso (CSNU, 2017).

No relatório do Secretário Geral da ONU, de 21 de setembro de 2017, referente a situação humanitária na Síria, percebe-se que a ONU e seus parceiros respondem as necessidades do povo sírio, atores de proteção continuam ampliando suas respostas nas partes necessitadas e expandindo a presença de equipe de proteção, oferecendo assistência alimentar, consultas, análises e identificação de necessidades, como também o estabelecimento e fortalecimento de instalações estáticas, como centro comunitários e espaços seguros para mulheres e crianças. O estabelecimento de unidades de traumas e ambulâncias melhorou as chances de sobrevivência daqueles que se ferem no conflito. Serviços como transporte rodoviário de água, construção de cozinhas comuns, outros modelos de infraestrutura e provisão de matérias educacionais continuaram a ser prestados em acampamentos pela região (CSNU, 2017).

Também é prestado pela ONU ajuda humanitária transfronteiriça, de acordo com o relatório do Secretário-Geral. A assistência alimentar foi fornecida e as atividades transfronteiriças são uma parte essencial da resposta humanitária na Síria:

Desde a adoção da resolução 2165 (2014) do Conselho de Segurança em julho de 2014, a assistência foi entregue a milhões de sírios em várias partes de Aleppo, Idlib, Ladhqiyyah e Hama, governantes da Turquia, e para as governadoras Dar'a e Qunaytirah da Jordânia. Somente em agosto, 591 caminhões utilizados em 24 comboios por sete entidades das Nações Unidas forneceram uma assistência de salvamento muito necessária para mais de 1 milhão de pessoas nas regiões norte e sul da República Árabe da Síria. Essas operações complementaram o papel crítico desempenhado pelas organizações internacionais e sírias não-governamentais que prestam assistência e serviços a milhões de pessoas de países vizinhos. (CSNU, 2017; p.7).

A prestação de assistência humanitária na Síria tem sido desafiadora em muitas áreas do país, uma vez que o conflito ainda em atividade muda a todo momento. Assim, as agências humanitárias precisam lidar com impedimentos administrativos e restrições impostas ao movimento de bens e pessoas pelas partes do conflito. O acesso da ONU e de seus parceiros para prestar assistência humanitária para aqueles que vivem em locais de difícil acesso continua sendo uma preocupação, principalmente nas áreas do país controladas pelo ISIL, onde todos os planos para prestar assistência a essas áreas foram suspensos, devido à preocupação com a segurança. Por mais que existam percalços, a ONU mantém seus

programas de assistência humanitária e tenta alcançar o máximo de civis possível (CSNU, 2017):

O Programa Mundial de Alimentos (PAM) apresentou 1.734 pedidos oficiais para obter cartas de facilitação para o transporte de assistência alimentar para locais específicos em todo o país, todos aprovados. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR) apresentou 58 cartas de facilitação para o movimento de itens de alívio e kits de subsistência, cuja grande maioria foi aprovada. Além disso, as organizações não governamentais internacionais e sírias continuaram a realizar avaliações de necessidades e prestar apoio (incluindo serviços médicos, educacionais, psicossociais e de proteção) em locais sitiados e difíceis de alcançar, em circunstâncias extremamente desafiadoras e de acordo com os princípios humanitários (CSNU, 2017; p.9).

A ONU e seus parceiros, como também organizações não-governamentais, dão assistência a milhões de pessoas dentro da Síria e além de suas fronteiras, através de todas as modalidades disponíveis, entregando ajuda para salvar a vida das pessoas que precisam. O Governo Sírio também oferece serviços básicos nas áreas em que controla, como também em algumas fora do controle quando possível (CSNU, 2017).

Nesse intento, a ONU continua se esforçando de forma persistente para reduzir a violência, através de acordos de desestruturação, que resultou na redução de hostilidades em todas as partes do conflito, como também se esforçando para levar ajuda humanitária para aqueles que precisam. Medidas foram e estão sendo tomadas, mas tendo em vista a volatilidade do conflito sírio, como também o jogo de interesses dos atores envolvidos no conflito e a falta de concordância dos Estados membros da ONU nas tomadas de decisões, tais ações com prol humanitário enfrentam obstáculos diante dos horrores causados pelo conflito. Não se pode, no entanto, dizer que a ONU não tem atuado para diminuir a crise humanitária da região.

3.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELA R2P NO CONFLITO SÍRIO

Como antes visto, a violência na Síria é protagonizada pelo governo e forças insurgentes. Mesmo que a violência do Estado seja destrutiva, não se pode olvidar a força agressiva e interesses distintos desses grupos que causam grandes estragos e tornam ainda mais complicado dar um fim (de forma pacífica) ao conflito, uma vez que o objetivo principal das manifestações, que era acabar com o governo ditatorial de Bashar Al- Assad, foi suplantado por essas forças insurgentes que, como aponta Furtado (2014), tem interesse

de assumir o governo e implantar um regime autoritário, anti-EUA e regido por leis islâmicas. O surgimento de grupos insurgentes no conflito da Síria dificulta ainda mais o controle do conflito e as medidas de solução pacífica, como exposto no trecho abaixo:

[...] no âmbito interno, os rebeldes, que se colocam em oposição ao regime, são constituídos por militares desertores, grupos islamitas como a Irmandade Muçulmana do Egito, além de outros mais radicais, como a Frente Al-Nusra, um braço da rede terrorista da AlQaeda, o Comando Militar do Exército Sírio Livre e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante. Essa junção de grupos com interesses diversos acaba desviando a causa principal de derrubar o atual ditador Bashar Al-Assad, uma vez que não há uma unidade entre eles [...] Intenções e posturas diferentes dificultam a união da oposição e a organização de objetivos comuns e permitem que vários grupos permaneçam apoiando Assad, o que prolonga o conflito (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014; p. 3).

Em 2017, a guerra na Síria entrou em seu sétimo ano, e todas as ações pacíficas e tentativas de cessar-fogo se mostraram, em certo ponto, um fracasso coletivo, uma vez que os motivos do fracasso são as forças antagônicas que possuem o poder de tomada de decisão na ONU. A Rússia e o Ocidente possuem posições contrárias, e de acordo com Bellamy (2016), não encontram um terreno comum e possuem interpretações adversas do problema e de sua resolução. Assim, a fragmentação das forças regionais e da oposição Síria aumentaram ainda mais o conflito. Nesse sentido, Bellamy (2016) afirma que “apesar do compromisso que os Estados estabeleceram, princípios como a responsabilidade de proteger ainda correm contra as duras realidades. Mas isso não significa que o próprio R2P seja um fracasso - apenas que não conseguimos cumpri-lo” (Bellamy, 2016; s/n).

O Conselho de Segurança da ONU enfrenta grandes desafios, uma vez que a questão principal é se o Conselho de Segurança pode superar as divisões que limitam as opções à disposição dos membros, e o impedem de exercer uma liderança para alcançar uma solução pacífica. Nessa esteira, o envolvimento do Conselho de Segurança limita-se a seguir a liderança dos atores-chaves fora do Conselho (CSNU, 2017). Para Bellamy (2016), essa realidade pode abrir espaço para medidas unilaterais, uma vez que se o Conselho não atende tais expectativas, gera-se uma crise de legitimidade.

3.3.1 A falta de ação militar coletiva sob o Cap. VII da Carta e ações militares unilaterais da Síria

Uma intervenção de caráter militar por parte da ONU, aventada por alguns, tornou-se difícil de acontecer, visto as ramificações do conflito e suas prováveis consequências

negativas. Deve-se mencionar também o impasse no Conselho de Segurança, onde China e Rússia tem bloqueado qualquer resolução que condenem o regime sírio pelas violações cometidas. A atitude desses e outros países seria também um reflexo da intervenção na Líbia, que causou controvérsias e diminuiu bastante a probabilidade da invocação do R2P como base para uma futura intervenção militar (BELLAMY, 2011).

Para Adams, não foi inevitável nem acidental o fracasso da comunidade internacional em evitar a propagação do conflito da Síria, uma vez que a inação do Conselho de Segurança que encorajou as forças dentro da Síria ficarem mais empenhadas sobre uma intervenção militar no conflito, dessa maneira, devido aos vetos no Conselho de Segurança e a falha de responsabilizar o governo sírio de suas ações, como também a inércia de uma possível intervenção militar unilateral, as forças do governo tornaram-se mais extremas, o que resultou no aumento de elementos mais intransigentes e severos das forças de oposição, principalmente aqueles que possuíam fornecedores externos. Tal impasse transformou a Síria em um cenário de atrocidades em massa, deslocamentos civil e catástrofes humanitárias, dessa maneira não se pode extrair ônus de responsabilidade do Conselho de Segurança por sua incapacidade de proteger a população da Síria (ADAMS, 2015).

Aquém das graves violações aos direitos humanos ocorridas no conflito e denunciadas no relatório da Comissão de Inquérito ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, não ocorreu uma intervenção por parte das Nações Unidas, uma vez que o Conselho de Segurança está paralisado no que condiz a adotar uma resolução mais invasiva, uma vez que a Rússia e a China ameaçaram vetar qualquer resolução deste teor. O receio de uma intervenção também decorre do exemplo da intervenção no Kosovo, que mesmo após a intervenção ainda não se encontra estabilizada (LOMBARDO, 2015).

A diferença na posição adotada pela Rússia e pela China pode ser entendida com referência à posição geográfica da Síria, que é estrategicamente importante no Oriente Médio. Os aliados sírios estão contra a intervenção e consideram que os principais elementos da R2P são o respeito pela soberania, o respeito pela integridade territorial e a independência do Estado em que a intervenção é definida. Preocupa-se que a situação no Kosovo possa ser repetida, que a intervenção da comunidade internacional na Síria para estabilizar o país conduzirá a uma violação da soberania. Na verdade, o território do Kosovo hoje é supervisionado e regulado tanto pela UNMIK (Missão de Administração Provisória das Nações Unidas no Kosovo) como pela EULEX (A Missão da União Europeia de Estado de Direito no Kosovo). Apesar disso, a situação no Kosovo ainda não está estabilizada (LOMBARDO, 2015; p.1192).

Os Estados que se põe contra a intervenção, temem que uma intervenção com fins humanitários viole a soberania da Síria, também argumentam que em meio a uma guerra civil é difícil avaliar se um Estado é incapaz e\ou não quer proteger sua população, uma vez que é direito do Estado se defender de revoltas internas destinados a desestabiliza-los. No entanto, a Rússia se absteve durante as resoluções 1970 e 1973 referentes a Líbia, o que para Lombardo (2015), demonstra que a R2P depende de elementos políticos estratégicos.

Não se pode olvidar que a intervenção militar consiste em um debate delicado e complexo nas relações internacionais. Como visto no primeiro capítulo dessa dissertação, ao se falar de intervenção logo se faz surgir o conceito de soberania estatal e as questões morais envolvidas na ação de intervir em um território soberano. A intervenção militar embasada pela R2P só seria autorizada unicamente – e como último recurso - pelo Conselho de Segurança da ONU quando ocorrem crimes contra a humanidade, genocídio, mortes em grande escala e graves violações dos direitos humanos, onde os governos não sejam capazes de impedir e\ou conter tais ações, ou os mesmos sejam responsáveis pelas violações. Em todas as resoluções da ONU, desde o início do conflito, pede-se uma solução pacífica para o fim do conflito, ao mesmo tempo que se mostra certa incapacidade do Conselho de Segurança da ONU em lidar de forma mais coesa com a realidade do conflito. Devido a este impasse no Conselho de Segurança, de acordo com Ruggio e Cabral (s/d), a inação por parte da ONU no que se refere a uma intervenção militar vem sofrendo críticas de alguns chefes de Estado, acadêmicos e especialistas, que criticam a regra de proibição do emprego da força exceto sob o Capítulo VII da Carta, defendendo a ideia de que um governo nacional que esteja envolvido em atos de tortura, homicídio e desrespeito total por seus cidadãos não devem ser protegidos de uma possível intervenção militar em seu território (RUGGIO & CABRAL, s/d).

Dessa maneira, a falta de ação e coordenação do Conselho de Segurança em agir militarmente no Estado Sírio, e sendo o principal objetivo da ONU proteger os cidadãos que sofrem violações dos direitos humanos, dá voz aos críticos que defendem o direito de uma intervenção humanitária unilateral em prol dos direitos humanos, ou seja, sem autorização do Conselho de Segurança, algo inadmissível pelo Direito Internacional e sistema de segurança coletiva da Carta. Não obstante, não se pode negar que ações unilaterais na Síria já vêm ocorrendo por parte dos EUA, Arábia Saudita, Turquia e Catar (RUGGIO & CABRAL, s/d).

A ação unilateral dos Estados da Arábia Saudita, Turquia e Catar se dá pelo fornecimento de armas para as forças rebeldes que lutam contra o governo de Assad. A intervenção, onde ações de atores externos influenciam os assuntos internos de outro Estado Soberano, podem se realizar nas seguintes ações: discursos, transmissões de mensagens, ajuda econômica, oferta de assessores militares, apoio à oposição política, bloqueio, ação militar limitada e invasão militar. Nesse intento, Ruggio e Cabral (s/d) afirmam que a intervenção que está ocorrendo na Síria pelos Estados caracteriza-se como uma interferência de média coerção (RUGGIO & CABRAL, s/d).

A intervenção militar unilateral não é aceita pela ONU. Já foi criticado em inúmeras resoluções o envolvimento armado e o patrocínio militar dado pelos Estados aos rebeldes sírios, uma vez que por mais que a intervenção unilateral fosse legítima - o que não é -, o jogo político na região é o que fomenta esta atitude dos Estados e não apenas a imparcialidade e a preocupação em acabar com as violações aos direitos humanos na região. Dessa maneira, a ação desses Estados vai contra a Capítulo VII da Carta, onde só o Conselho de Segurança possui o poder de autorizar qualquer intervenção militar no território de outro Estado, embora tal norma nem sempre seja cumprida (RUGGIO & CABRAL, s/d).

Intervenções militares sem autorização do Conselho de Segurança, tendo como “pano de fundo” questões humanitárias ocorreram nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Como possíveis precedentes sobre a criação de um suposto direito de intervenção humanitária unilateral, destacam-se as intervenções da Índia no leste do Paquistão, em 1971, a intervenção do Vietnã no Camboja, em 1978, a intervenção da Tanzânia em Uganda, em 1979, a intervenção no norte do Iraque, em 1991, por parte dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Holanda e a intervenção da OTAN no Kosovo em 1999 (RUGGIO & Cabral, s/d).

O conflito mostrou uma piora no dia quatro de abril de 2017, quando ocorreu um ataque com gás tóxico, sendo considerado como responsável pelo ataque o Exército de Bashar al-Assad, pois a área afetada era controlada pelas forças rebeldes opostas ao Governo, no entanto ambos os lados negam ser responsáveis. O ataque com gás tóxico, além de causar um sofrimento desnecessário e ser desproporcional, causou 86 mortos e deixou 546 feridos. Foi organizada uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU para analisar e discutir o ataque. O presidente do EUA, Donald Trump, atribuiu a responsabilidade do ataque ao Governo Sírio e a embaixadora americana na ONU, Nikki Haley, afirmou na reunião do Conselho de Segurança que se a ONU não respondesse de forma eficaz e adequadas os Estados Unidos iriam recorrer a uma ação unilateral, o que de fato aconteceu. No dia 7 de abril de 2017, de acordo com o site do Departamento de Estado dos EUA, Trump,

recorreu ao primeiro ataque armado na região da Síria. Os EUA lançaram 59 mísseis contra uma base aérea na Síria, levando a base a total destruição. Tal ataque é a primeira ação direta dos EUA contra Assad, uma vez que seu foco de ataque antes era o Estado Islâmico e suas ramificações. Após o ataque o Presidente Donald Trump liberou uma declaração sobre a ofensiva:

Pedi uma greve militar direcionada no aeródromo na Síria, de onde o ataque químico foi lançado. É neste interesse vital da segurança nacional dos Estados Unidos prevenir e dissuadir a disseminação e o uso de armas químicas mortais. Não há dúvida de que a Síria usou armas químicas proibidas, violou as obrigações decorrentes da Convenção sobre Armas Químicas e ignorou a insistência do Conselho de Segurança da ONU (TRUMP, 2017; s/n).

A ação unilateral do EUA de certa forma causou surpresa e cautela entre os Estados. Após o ataque, o atual Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, fez um apelo para que fosse evitado qualquer tipo de ataque armado e pediu uma solução pacífica para o conflito, lembrando a responsabilidade primordial do Conselho de Segurança das Nações Unidas que é cuidar da paz e segurança internacional e cobrando que o CSNU exercesse tal responsabilidade:

“Estes eventos reforçam minha crença de que não há outro caminho para resolver o conflito do que uma solução política. Peço que os envolvidos urgentemente renovem o compromisso em seguir com as negociações em Genebra”, afirmou. “Uma solução política é também essencial para o progresso na luta contra o terrorismo”, alertou Guterres [...] Por muito tempo, a legislação internacional ignorou o conflito na Síria e é nossa obrigação compartilhada manter padrões internacionais de humanidade. Este é o pré-requisito para por um fim ao incessante sofrimento do povo da Síria”, declarou (ONU, 2017; s/n).

Para Thakur (2013), a Rússia e a China acreditam que os projetos de resolução mais invasivas no conflito teria inflamado e não acalmado a situação; para eles, a única solução para a crise síria seria através de um processo inclusivo sírio, liderado para abordar aspirações legítimas em um ambiente livre de violência e abuso dos direitos humano. Dessa maneira, esses Estados rejeitam o confronto armado doméstico que é apoiado por facilitadores internacionais.

Nesse intento, a falta de intervenção da ONU na Síria ressalta que a R2P não possui uma prática bem definida e que é influenciada pelos interesses geopolíticos dos Estados, em contrapartida a ação unilateral de uma coalização de estados com intuito de proteger a população é mal recebida e vista como um ato de violação do artigo 2 do parágrafo 731 da Carta (LOMBARDO, 2015).

A não intervenção na Síria mostra mais uma vez que o sistema das Nações Unidas para a proteção dos direitos humanos e a proteção das pessoas por violações graves dos direitos humanos muitas vezes é ineficaz e que a ação ainda está vinculada a questões decisivas do Conselho de Segurança, muitas vezes incapazes para adotar uma resolução (LOMBARDO, 2015; p. 1194).

Assim, para Lombardo (2015), as ações da comunidade internacional são ditadas primeiramente pelos interesses específicos que prevalecem sobre o respeito aos direitos humanos, tornando a R2P uma prática pouco uniforme em sua aplicação.

R2P é considerado por alguns estados como uma forma de imperialismo humanitário por aqueles afetados pela intervenção, uma vez que a intervenção é muitas vezes realizada contra alguns estados, especialmente aqueles que têm uma posição geopolítica significativa e que não são apoiados por aliados poderosos, como claramente demonstrado pelos casos da Síria e da Líbia. Nesses casos, as violações dos direitos humanos eram as mesmas; No entanto, a comunidade internacional interveio na Líbia, mas não na Síria (LOMBARDO, 2015; p. 1195).

3.3.2 Reflexos no Conselho de Segurança da intervenção na Líbia na solução do caso Sírio

Para Bellamy (2014), o fracasso do Conselho de Segurança em tomar uma decisão unificada para uma intervenção militar direta na Síria explica-se pela controversa intervenção da OTAN na Líbia em 2011, que pode ter infectado o conceito da Responsabilidade de Proteger, e bloqueado o consenso sobre a Síria. Dessa maneira, alguns estudiosos acreditam que a incapacidade do Conselho de chegar a um consenso sobre a Síria configura uma situação de danos colaterais, decorrentes da forma como o Conselho coordenou o caso da Líbia (BELLAMY, 2014).

O Conselho de Segurança se referiu ao princípio da responsabilidade de proteger em quatro de suas resoluções sobre a Líbia, sendo elas: 1970 (2011), 1973 (2011), 2016 (2012) e 2040 (2012). De acordo com Morris (2013), ao aprovar a Resolução 1973, em março de 2011, que autorizava o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea e a tomada de todas as medidas necessárias para a proteção civil sob ataque, a ONU, através do Conselho de Segurança, autorizou pela primeira vez uma intervenção em um Estado soberano contra a vontade do governo desse Estado.

Em concordância com Bellamy (2014), a intervenção na Líbia reacendeu desconfianças sobre o potencial do princípio da R2P, uma vez que o “plano de fundo” do uso do R2P poderia acobertar abusos por parte de países Ocidentais que queriam “mudanças

de regime”. Até o caso da Líbia, o Conselho se mostrava relutante em autorizar o uso da força contra Estados, no entanto, após a autorização da intervenção surgiram inúmeras críticas, principalmente da Rússia, China, África do Sul e Índia, que acusaram a OTAN e seus aliados de terem excedido o mandato que haviam recebido para proteger os civis e o transformaram em uma agenda de mudança de regime (BELLAMY, 2014).

Para Bellamy, não se pode negar que o caso da Líbia afetou de forma negativa o consenso global sobre a aplicação de uma intervenção militar com base na R2P, mas o uso do princípio para alertar e condenar as violações dos direitos humanos, como também buscar soluções para a crise, vem sendo cada vez mais frequente nas resoluções da ONU, como pôde ser visto nos tópicos anteriores. Assim, para Bellamy, *“são escassas as indicações de que o Conselho de Segurança ou a Assembleia Geral da ONU tenham passado a usar de maiores cautelas no seu recurso a R2P ou na assunção da responsabilidade de proteção – o que não significa, obviamente, que estas instituições tenham logrado reagir com eficácia na totalidade das situações”* (Bellamy, 2014; p.57).

Ainda que a intervenção na Líbia – devido a aplicação da Resolução 1973 - tenha ocasionado bastantes recriminações, ao contrário do que se esperava, o Conselho de Segurança mostrou uma maior abertura ao conceito da R2P, e passou a mencionar em suas resoluções com maior frequência do que fazia antes do caso Líbia, como também o uso do princípio ficou menos controverso.

Entre as resoluções sobre a R2P contam-se novas resoluções sobre a Líbia em que ficou sublinhada a primordial responsabilidade de proteger por parte do Governo líbio (Resolução 2014, de 2011; e Resolução 2040, de 2012), o que leva a crer que a polémica em torno da intervenção da OTAN naquele país não só não deslegitimou, em sentido genérico, o princípio da R2P, como nem sequer inibiu o Conselho de utilizar estas formulações com referência à situação Líbia (BELLAMY, 2014; p.59).

O Conselho de Segurança, no que se refere à situação síria, começou a exigir o cumprimento do direito internacional humanitário, e o livre acesso para fins humanitários, sempre lembrando ao Governo Sírio a responsabilidade primordial de proteger, principalmente após o ataque com armas químicas na cidade de Ghouta, em 2013, que alterou a situação na Síria e modificou a resposta do Conselho de Segurança, que como antes visto, resultou em uma iniciativa para a eliminação de armas químicas e o próprio recurso direto da R2P (BELLAMY, 2014).

Ainda de acordo com Bellamy (2014), a falta de consenso do Conselho de Segurança para tomar uma ação mais tempestiva e decisiva na Síria não é um reflexo nem consequência

da reação negativa que teve o caso líbio, uma vez que muitas das medidas propostas pelo Conselho de Segurança para a Síria, que foram vetadas pela Rússia e China, receberam o apoio de maiorias significativas na Assembleia Geral da ONU. Cita, como exemplo, a Resolução da Assembleia Geral A.66/L.36, de fevereiro de 2012, que foi aprovada por 137 votos contra 12, e em seu escopo continham grande parte do texto de uma Resolução que não foi aprovada pelo Conselho de Segurança. A Resolução da Assembleia condenava as violações generalizadas dos direitos humanos pelas autoridades sírias e fazia um apelo aos grupos armados que dessem um fim à violência e represálias, dessa maneira, a posição do Conselho de Segurança não refletia a opinião dos outros membros da ONU (BELLAMY, 2014).

De acordo com Bellamy (2014) a posição da Assembleia Geral para que medidas mais decisivas sejam aplicadas na Síria mostra que o caso da Líbia não estremeceu o R2P.

A disposição manifestada pela Assembleia- Geral no sentido de apoiar uma resposta mais tempestiva e decisiva para a crise na Síria e de censurar o Conselho de Segurança confere mais peso ao argumento de que não terá existido, em consequência das polémicas decorrentes da aplicação da Resolução 1973 sobre a Líbia, uma reação negativa generalizada contra a R2P e a proteção de pessoas. Esperar-se-ia uma posição mais equívoca da parte da Assembleia Geral se porventura a aplicação da Resolução 1973 tivesse tido repercussões negativas mais generalizadas (BELLAMY, 2014; p.62).

Para Bellamy (2014) a paralisia do Conselho de Segurança no que se refere a Síria, deve-se mais à política que envolve o caso sírio do que às preocupações sobre a R2P decorrentes do caso da Líbia. Assim, a incapacidade do Conselho de tomar medidas mais decisivas para proteger a população síria das violações e das atrocidades em massa é causada por duas restrições genéricas ao Conselho, identificadas por Edward Luck em 2006, sendo elas: há alguns problemas que não possuem soluções viáveis de curto prazo; e o Conselho não está acima dos caprichos da política internacional. Dessa forma, a política complexa do conflito sírio seria o real motivo da paralisia do Conselho e não as consequências da intervenção na Líbia (BELLAMY, 2014).

Thakur (2013), ao contrário, afirma que os sírios pagaram o preço dos excessos da OTAN na Líbia, uma vez que o curso de ação na Síria também se refere as relações com o Irã, a Rússia e a China, fazendo existir uma maior cautela sobre a intervenção ocidental em um país mulçumano, uma vez que consiste em um inimigo mais complexo e em um ambiente estratégico mais volátil (THAKUR, 2013).

A China e a Rússia se opõem a qualquer ação mais invasiva na Síria. Para eles, uma intervenção militar iria acarretar em uma piora no conflito. Para esses países, o Conselho de Segurança não deve ditar políticas internas e de sucessão, como também deve haver condenação dos grupos de oposição por perpetrar a violência (THAKUR, 2013).

Lombardo (2015) elucida que a falta de intervenção da ONU ou por uma coalizão dos estados voluntários deve-se principalmente a razões geopolíticas e estratégicas, uma vez que as violações dos direitos humanos sofridas pelo povo sírio são as mesmas que as que sofreu a população Líbia, nesse intento a comunidade internacional deveria intervir em defesa da população, assim como fez na Líbia.

Também neste caso, a comunidade internacional deveria intervir em defesa do povo sírio por meios humanitários, sem a autorização prévia do Conselho de Segurança, como era o caso para o Kosovo. No entanto, diferente da Líbia, que foi imediatamente isolada de seus aliados e da comunidade internacional, a Síria não perdeu o apoio de seus aliados. Na verdade, assim como a Rússia e a China, o Irã também continua a apoiar o processo de al-Assad regime, tornando qualquer intervenção bastante impossível. Isto é bem demonstrado pelas únicas duas resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança: 2042 e 2043 (LOMBARDO, 2015; p.1194).

3.3.3 O desafio de composição dos interesses de potências regionais e extra regionais

O maior desafio da guerra síria é a falta de consenso político para a solução do conflito por medidas multilaterais, uma vez que os interesses dos Estado membros do Conselho de Segurança na região síria, como também os interesses estratégicos das potências regionais bloqueiam decisões mais tempestivas sobre a Síria no Conselho de Segurança. Os interesses das potências regionais e extra regionais no tocante à Síria se chocam, tornando difícil uma coesão imparcial e neutra visando apenas o fim das violações dos direitos humanos na região. Por trás do conflito sírio, ocorre uma batalha de interesses divergentes das potências, que buscam manter sua influência na região e agem unilateralmente para realizar seus objetivos.

Para Asseburg e Wimmen (2012), os apoiadores externos tratam o conflito como um jogo de soma zero com impactos de longo alcance, e para suas próprias posições estratégicas, assim estão determinados a evitar qualquer resultado que seja desvantajoso para eles.

No que se refere aos interesses das potências extras regionais, os Estados Unidos se opõe ao governo de Assad e pede que seja substituído por um governo democrático, o que

melhoraria as relações norte-americanas com o governo sírio, como também aumentaria a influência americana na região. O Estados Unidos procurou dialogar com as potências regionais que compartilhavam sua posição, e criticam fortemente o governo de Assad e suas ações violentas, por vezes chamando o Conselho de Segurança a tomar decisões mais consistentes sobre a Síria. Como não obteve sucesso, acabou em 2017 agindo de forma unilateral. Já a Rússia constitui o maior fornecedor de armas ao governo sírio e defensor do governo de Assad, possuindo investimentos importantes no país e lucros comerciais conseguidos pela exploração das reservas de matéria-prima na Síria (BALANCHE, s/d).

Dessa forma, Estados Unidos e Rússia configuram forças indiretas opostas no conflito. As potências regionais também ocupam posições antagônicas: a Turquia, Catar e Arábia Saudita são opositoras de Assad, e fornecem armas para rebeldes e treinamento militar; do outro lado Irã, Iraque e Líbano fornecem apoio ao governo de Assad, oferecendo equipes de trabalhos de inteligência e de treinamento militar, ações essas que configuram formas intervenção unilateral no conflito (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

Para Asseburg e Wimmen (2012), o sucesso militar significativo para um dos lados provavelmente levará à intensificação de apoio para o outro lado, tornando improvável que o conflito seja decidido militarmente em breve. Atualmente não existe uma base jurídica para uma intervenção militar, e como visto, é improvável que o Conselho de Segurança aprove uma resolução deste caráter:

[...] o conflito sírio tornou-se muito mais do que uma simples luta contra o regime de Assad. Há muito mais em jogo para todos os poderes concorrentes que lutam lá: poder, influência e prestígio para os Estados Unidos e a Rússia; liquidação do nacionalismo curdo para a Turquia; dominação regional para o Irã e a Arábia Saudita. Os principais perdedores em tudo isso são os sírios (KASSAB, 2016; s/n).

A falta de unificação e as diferentes intenções e posturas entre as potências regionais e extra regionais, torna improvável que medidas multilaterais sejam tomadas de forma eficaz para conter o conflito, uma vez que não existe um objetivo comum entre os países que estão de alguma forma envolvidos no conflito (ASSEBURG & WIMMEN, 2012).

Dessa maneira, para que ocorra uma decisão de resolução para dar um fim as hostilidades, os elementos distintos do conflito têm que manter uma sintonia, que até o momento não se realizou, o que gera uma estagnação do conflito (FURTADO; RODER; AGUILAR, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da Responsabilidade de Proteger, desde sua criação, vem servindo como principal norteador para lidar com as violações massivas aos direitos humanos dentro dos Estados. A noção de soberania como responsabilidade acarretou ao Estado o dever de proteger seus cidadãos de crimes internacionais para que a soberania estatal fosse legítima. Em 2011, com a eclosão do conflito na Síria, percebe-se o caminho violento que o conflito estava tomando e o total desrespeito aos direitos humanos por parte do Governo e das forças de oposição. Relatórios de observadores da ONU, entrevistas com a população e reportagens da mídia global denunciavam e continuam denunciando as graves violações aos direitos humanos ocorridas no conflito.

O princípio da R2P e suas principais recomendações foram adotados em uma grande maioria das resoluções aprovadas do Conselho de Segurança, Assembleia Geral e do Conselho de Direitos Humanos sobre a Síria, onde com base na R2P era pedido o fim da violência contra os civis e relembrada a responsabilidade primordial do Estado em proteger seus cidadãos dos crimes contra a humanidade. Meios diplomáticos e soluções pacíficas, recomendadas pelo princípio - como exposto no documento da ICISS em 2011, e endossado pela Cimeira Mundial em 2005 - foram acordadas, no entanto a violência permaneceu em curso.

Diante de tal cenário, alguns Estados pediram que medidas mais eficazes fossem colocadas em prática, mas tais pedidos encontraram bloqueios no Conselho de Segurança da ONU. Devido a este impasse, muitos Estados, estudiosos e personalidades lançam críticas à ONU e principalmente ao Conselho de Segurança por ainda não terem considerado nenhuma medida coercitiva para dar um fim ao conflito, criticando a aparente falta de comprometimento do órgão com os direitos humanos, acusando-o de não estar se esforçando o suficiente para dar um fim ao conflito.

Não se pode ignorar as possíveis implicações que tais medidas iriam causar na região, uma vez que a internacionalização do conflito e os diferentes interesses geopolíticos dos países regionais e extra regionais provocam o receio de que o conflito armado alcance um nível global.

O impasse dentro do Conselho de Segurança reflete um pouco essa problemática, uma vez que a Rússia e China se opõem a qualquer medida mais invasiva referente a Síria, principalmente a Rússia que anunciou seu apoio inerente ao Governo de Bashar al-Assad

caso os EUA intervissem militarmente na Síria. Esse cenário de “Guerra Fria” faz surgir uma cautela na hora da tomada de decisão, seja coletiva ou unilateral, uma vez que a Rússia ainda é uma potência nuclear ativa, e um possível conflito envolvendo Rússia e EUA não é de forma alguma desejado.

Dessa forma, o uso cauteloso do princípio da R2P, sendo expresso em pressões diplomáticas, sanções e procedimentos de solução pacífica, é a forma que a ONU encontrou para limitar o conflito e evitar que ele piore e se alastre pelo globo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a responsabilidade de proteger vem sendo aplicada no conflito sírio, uma vez que o escopo da responsabilidade de proteger vai bem além da simples ação militar. As medidas de solução pacífica devem ser tentadas até serem exauridas, e o uso da força consiste em um último recurso. A comunidade internacional também deve tomar para si a responsabilidade de proteger os cidadãos da Síria, e fazer o possível para que medidas pacíficas sejam aplicadas no conflito e que a assistência humanitária chegue aos milhares de sírios necessitados.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que seja implementada a paz na região. As medidas tomadas pela ONU para apaziguar o conflito, dar assistência humanitária, e procurar melhores formas de lidar com os refugiados, se deparam com vários obstáculos, mas isso de forma alguma faz essas medidas serem ineficazes, uma vez que os esforços continuam para que mais milhares recebam assistência humanitária e saiam da linha de fogo.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ACNRU. **Com previsões negativas sobre a crise na Síria, ONU lança apelo humanitário recorde**, 2013. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/com-previsoes-negativas-sobre-crise-na-siria-onu-lanca-apelo-humanitario-recorde/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

ADAMS, Simon. **Failure to Protect: Syria and de UN Security Council**. Global Center for the Responsibility to Protect, 2015. Disponível em: <http://www.globalr2p.org/media/files/syriapaper_final.pdf>. Acesso em: 01 de novembro de 2017.

AGUAYO, Almudena Aguilar. **De Siria Al Mundo: Um Conflicto Internacional**, 2016. Disponível em: <https://www.ucm.es/data/cont/docs/1208-2016-07-06-almudena_aguilar.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2017.

AMSTUTZ, Mark R.. The Ethics of Foreign Intervention. In: AMSTUTZ, M. R., **International Ethics: concepts, theories, and cases in global politics**, Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

ASSEBURG, Muriel; WIMMEN, Heiko. **Civil War in Syria: External actors and Interests as Drivers of Conflict**, 2012. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C43_ass_wmm.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2017.

BALANCHE, Fabrice. **Syrie : Guerre civile et internationalisation du conflit**, 2013. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00841955/file/Syrie_Guerre_civile_et_internationalisation_du_conflit_2_.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2017.

BLACK, Ian. **Report on Syria conflict finds 11.5% of population killed or injured**. The Guardian, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/feb/11/report-on-syria-conflict-finds-115-of-population-killed-or-injured>> Acesso em: 04 de outubro de 2016.

BELLAMY, Alex J. **Respostas internacionais às crises de proteção de pessoas: a responsabilidade de proteger e o surgimento de um novo regime de proteção.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n.104, 2014. Disponível em: < <https://rccs.revues.org/5680>>. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

BELLAMY, Alex J. **Libyan Case a Red Herring in Syria Dilemma.** Global Observatory, 2014. Disponível em: < <https://theglobalobservatory.org/2014/01/libyan-case-a-red-herring-in-syria-dilemma/>> Acesso em: 10 de agosto de 2016.

BELLAMY, Alex. J. **Syria is a failure of commitment, not principle**, 2016. Disponível em: < https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2016/02/16/syria-is-a-failure-of-commitment-not-principle/?utm_term=.3e84f2a1ebcc> Acesso em: 04 de agosto de 2017.

BELLAMY, Alex. J. **Syria: R2P on trial, 2012.** Disponível em:< <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/syria-r2p-trial>> Acesso em: 29 de outubro de 2017.

BELLAMY, Alex J. **The Responsibility to Protect turns ten.** Ethics & International Affairs, New York, v. 29, n. 02, 2015.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. **The new politics of protection? Côte d'Ivoire, Libya and the responsibility to protect.** International Affairs, Oxford, n. 87, v. 4, 2011.

BIERRENBACH, Ana Maria de Souza. **O conceito de responsabilidade de proteger e o direito internacional humanitário.** Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BULL, Hedley, **“A sociedade Anárquica”**, Editora Universidade de Brasília, São Paulo, 2002.

DIPNOTE. **United States Conducts Targeted Military Strike on Airfield in Syria in Response to Recent Chemical Weapon Attack**, 2017. Disponível em: <

<https://blogs.state.gov/stories/2017/04/07/en/united-states-conducts-targeted-military-strike-airfield-syria-response-recent>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

DUARTE, João Paulo Gusmão P. **Problematizando a Responsabilidade de Proteger: Guerra Civil na Síria e o novo dispositivo jurídico-militar de segurança internacional**. Boletim Meridiano, p. 33-39, 2013.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sergi. **A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional**, 2014. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-guerra-civil-siria.pdf>> Acesso em: 07 de setembro de 2017.

HALL, Clement M. **The history of Syria: 1900-2012**. Charles River Editors. Boston, 2013.

KASSAB, Hanna. **Syria as a Global Battleground: More Actors, More Interests, More Problems**, 2016. Disponível em: <<https://intpolicydigest.org/2016/08/31/syria-global-battleground-actors-interests-problems/>>. Acesso em: 30 de outubro 2017.

KONDOCH, B. **The Responsibility to Protect and Northeast Asia: The Case of North Korea**, Korean Journal of Defense Analysis 24 (4), 2012.

KINNINMONT, Jane. **The Syria Conflict and the Geopolitics of the Region**, 2014. Disponível em: <http://www.iemed.org/publicacions/historic-de-publicacions/anuari-de-la-mediterrania/sumaris/avancaments-anuari-2013/The%20Syria%20Conflict_Med2014.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2017.

LAWSON, Fred H. **Syria's mutating civil war and its impact on Turkey, Iraq and Iran**. International Affairs. John Wiley & Son , Oxford, 2014.

LOMBARDO, Gabriele. **The responsibility to protect and the lack of intervention in Syria between the protection of human rights and geopolitical strategies**. The International Journal of Human Rights, vol. 19, no. 8, 2012.

MAGALHÃES, Patrícia Santos. **A União Europeia e a segurança humana: o caso dos refugiados sírios**, 2016. Disponível em:

<<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42283/1/Patr%C3%ADcia%20Santos%20Magalh%C3%A3es.pdf>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

MORRIS, Justin. **Lybia and Syria: R2P and the spectre of the swinging pendulum**. International Affairs, 2013.

OMRAN, Muna. **As marcas da história na guerra civil síria, 2013**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v15n28/1518-3319-topoi-15-28-00366.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2017.

ONUBR. **Cinco anos de conflito na Síria: crise de refugiados e deslocados clama por solidariedade**, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cinco-anos-de-conflito-na-siria-crise-de-refugiados-e-deslocados-clama-por-solidariedade/>> Acesso em: 04 de novembro de 2016.

ONUBR. **“Não podemos hesitar”, diz Ban Ki-moon sobre responsabilidade de proteger povos ameaçados**, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/nao-podemos-hesitar-diz-ban-ki-moon-sobre-responsabilidade-de-protoger-povos-ameacados/>>. Acesso em: 01 de abril de 2017.

ONUBR. **Chefe da ONU afirma que responsabilidade de proteger deve ir além das palavras, 2015**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cchefe-da-onu-afirma-que-responsabilidade-de-protoger-deve-ir-alem-das-palavras/>>. Acesso em: 01 de abril de 2017.

ONUBR. **Conselho de Segurança da ONU aprova resolução que exige destruição de armas químicas na Síria**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-resolucao-que-exige-destruicao-de-armas-quimicas-na-siria/>> Acesso em: 27 de novembro de 2017.

ONUBR. **Aumento da violência no Iêmen, Barein e Síria preocupa**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/aumento-da-violencia-no-iemen-barein-e-siria-preocupa/>> Acesso em: 21 de março 2017.

ONUBR. **Repressão dos protestos na Síria pode gerar mais violência**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/repressao-dos-protestos-na-siria-pode-gerar-mais-violencia/>>. Acesso em: 21 de março de 2017.

ONUBR. **Secretário-Geral fala com Presidente da Síria e volta a pedir fim da violência no país**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/secretario-geral-fala-com-presidente-da-siria-e-volta-a-pedir-fim-da-violencia-no-pais/>> Acesso em: 24 de março de 2017.

ONUBR. **Conselho de Direitos Humanos pede investigação sobre violações na Síria**, 2011. <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-direitos-humanos-pede-investigacao-sobre-violacoes-na-siria-2/>> Acesso em: 24 de março de 2017.

ONUBR. **ACNUR e Líbano ajudam milhares que fogem da violência na Síria**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acnur-e-libano-ajudam-milhares-que-fogem-da-violencia-na-siria/>> Acesso em: 21 de março 2017.

ONUBR. **Mais de mil homens, mulheres e crianças foram mortos desde o início dos protestos na Síria**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mais-de-mil-homens-mulheres-e-criancas-foram-mortos-desde-o-inicio-dos-protestos-na-siria/>> Acesso em: 24 de março de 2017.

ONUBR. **ONU condena ataques a embaixadas na Síria**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-condena-ataques-a-embaixadas-na-siria/>> Acesso em: 24 de março 2017.

ONUBR. **A Síria deve parar de usar estratégias violentas contra civis imediatamente, adverte ONU**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/a-siria-deve-parar-de-usar-estrategias-violentas-contr-civis-imediatamente-adverte-onu/>> Acesso em: 24 de março de 2017.

ONUBR. **Conselho de Segurança condena violação de direitos humanos na Síria**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-condena-violacao-de-direitos-humanos-na-siria/>> Acesso em: 24 de março de 2017.

ONUBR. **ONU retira funcionários não essenciais da Síria**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-retira-funcionarios-nao-essenciais-da-siria/>> Acesso em: 24 de março de 2017.

ONUBR. **Brasil se abstém no Conselho de Segurança da ONU em resolução sobre a Síria**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-se-abstem-no-conselho-de-seguranca-da-onu-em-resolucao-sobre-a-siria/>> Acesso em: 24 de março de 2017.

ONUBR. **Conselho de Segurança fracassa em adotar resolução sobre a Síria**, 2012. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-fracassa-em-adotar-resolucao-sobre-a-siria/> > Acesso em: 27 de novembro de 2016.

ONUBR. **Protestos na Síria deixam mais de 3 mil mortos e ONU reforça pedido de ação internacional**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/protestos-na-siria-deixam-mais-de-3-mil-mortos-e-onu-reforca-pedido-de-acao-internacional/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. **Ban parabeniza decisão da Liga Árabe de suspender a Síria**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/ban-parabeniza-decisao-da-liga-arabe-de-suspender-a-siria/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. **Secretário-Geral da ONU espera que Síria implemente sem atraso plano de paz proposto pela Liga Árabe**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-espera-que-siria-implemente-sem-atraso-plano-de-paz-proposto-pela-liga-arabe/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. **Forças sírias cometeram crimes contra a humanidade, aponta relatório da ONU**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/forcas-sirias-cometeram-crimes-contra-a-humanidade-aponta-relatorio-da-onu/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. **Alta Comissária para os Direitos Humanos pede que Conselho de Segurança leve Síria à Justiça**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/alta-comissaria-para-os-direitos-humanos-pede-que-conselho-de-seguranca-leve-siria-a-corte-internacional/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. **ONU aprova resolução que condena violações de direitos humanos na Síria**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-aprova-resolucao-que-condena-violacoes-de-direitos-humanos-na-siria/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. **Secretário-Geral da ONU condena assassinato do líder do Crescente Vermelho na Síria**, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-condena-assassinato-do-lider-do-crescente-vermelho-na-siria/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. **Ban Ki-moon decepcionado com decisão do Conselho de Segurança sobre a Síria**, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/ban-ki-moon-decepcionado-com-decisao-do-conselho-de-seguranca-sobre-a-siria/>>. Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. Hospitais na Síria são usados como centro de tortura, afirma Navy Pillay na Assembleia Geral da ONU, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/hospitais-na-siria-sao-usados-como-centro-de-tortura-afirmou-navy-pillay-na-assembleia-geral-da-onu/>> Acesso em: 25 de março de 2017.

ONUBR. Conselho de Direitos Humanos da ONU aprova resolução pedindo fim de violações na Síria, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-direitos-humanos-da-onu-aprova-resolucao-pedindo-fim-de-violacoes-na-siria/>> Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Síria aceita proposta apresentada por enviado da ONU e da Liga Árabe que busca encerrar a crise, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/siria-aceita-proposta-que-busca-encerrar-a-crise-apresentada-por-enviado-da-onu-e-da-liga-arabe/>> Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Ban Ki-moon pede adesão dos Estados à proposta da ONU e Liga Árabe para acabar com a crise na Síria, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/ban-ki-moon-pede-adesao-dos-estados-a-proposta-da-onu-e-liga-arabe-para-acabar-com-a-crise-na-siria/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Síria diz a Kofi Annan que vai retirar tropas de centros populacionais até 10 de abril, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/siria-diz-a-kofi-annan-que-vai-retirar-tropas-de-centros-populacionais-ate-10-de-abril/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Ban Ki-moon e Kofi Annan condenam nova onda de violência na Síria, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/ban-ki-moon-e-kofi-annan-condenam-no-va-onda-de-violencia-na-siria/>> Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Síria informa a Kofi Annan que vai cessar toda a luta militar nesta quinta-feira, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/siria-informa-a-kofi-annan-que-vai-cessar-toda-a-luta-militar-nesta-quinta-feira/>> Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Síria: Conselho de Segurança aprova envio de observadores militares, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/siria-conselho-de-seguranca-aprova-envio-de-observadores-militares/>> Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Kofi Annan saúda Conselho de Segurança pela aprovação do envio de 300 observadores para Síria, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/kofi-annan->

sauda-conselho-de-seguranca-pela-aprovacao-do-envio-de-300-observadores-para-siria/>
Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Secretário-Geral da ONU volta a condenar desrespeito ao cessar fogo na Síria, 2012. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-volta-a-condenar-desrespeito-ao-cessar-fogo-na-siria/>> Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Para Kofi Annan, Missão da ONU é possivelmente última chance de estabilizar Síria, 2012. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/para-kofi-annan-missao-da-onu-e-possivelmente-ultima-chance-para-estabilizar-siria/>> Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Bomba explode perto de comboio de observadores da ONU na Síria, 2012. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/bomba-explode-perto-de-comboio-de-observadores-da-onu-na-siria/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Observadores da ONU sobrevivem a atentado na Síria, 2012. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/observadores-da-onu-sobrevivem-a-atentado-na-siria/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Grupos terroristas podem estar agindo para desestabilizar processo de paz na Síria, 2012. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/grupos-terroristas-podem-estar-agindo-para-desestabilizar-processo-de-paz-na-siria/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Annan chega à Síria para conversa ‘séria e franca’ com autoridades sobre massacre de quase cem civis, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/annan-chega-a-siria-para-conversa-seria-e-franca-com-autoridades-sobre-massacre-de-quase-cem-civis/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Missão da ONU na Síria é proibida de entrar em Mazraat al-Qubeir, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/missao-da-onu-na-siria-e-proibida-de-entrar-e-m-mazraat-al-qubeir/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. Kofi Annan condena ‘atrocidades’ do governo na Síria e fala em ‘violação de compromisso’, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/kofi-annan-condena-atrocidades-do-governo-na-siria-e-fala-em-violacao-de-compromisso/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. **Conselho de Segurança fracassa em adotar resolução sobre a Síria**, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-fracassa-em-adotar-resolucao-sobre-a-siria/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. **Ban Ki-moon afirma que uso de armas químicas na Síria seria condenável**, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/uso-de-armas-quimicas-na-siria-seria-repreensivel-afirma-ban-ki-moon/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. **Guerra da Síria entra no 7º ano; agência da ONU alerta para encruzilhada**, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/guerra-da-siria-entra-no-7o-ano-agencia-da-onu-alerta-para-encruzilhada/>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

ONUBR. **Guterres pede solução política para conflito na Síria**, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/guterres-pede-solucao-politica-para-conflito-na-siria/>>. Acesso em: 08 de abril de 2017.

ONUBR, ACNUR **identifica sete razões que motivam o êxodo de sírios para a Europa**, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acnur-identifica-sete-razoes-que-motivam-o-exodo-de-sirios-para-a-europa/>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

ONUBR, ACNUR **identifica sete razões que motivam o êxodo de sírios para a Europa**, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acnur-identifica-sete-razoes-que-motivam-o-exodo-de-sirios-para-a-europa/>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resolução do Parlamento Europeu, de 23 de maio de 2013, sobre a situação dos refugiados sírios nos países vizinhos**, 2013. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P7-TA-2013-0223&language=PT>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

RAMOS, Cátia Filipa de Oliveira. **A primavera Árabe no Egito e na Síria: Repercussões no conflito Israelo-Palestino**. Lisboa, 2013.

RUGGIO, Rodrigo Alves; CABRAL, Maria W.F.C. Guedes. **Intervenção Humanitária Unilateral: O Direito Internacional frente à ilegalidade do uso da força sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU**, s.d. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2e6d9c6052e99fcd>>. Acesso em: 29 de outubro 2017.

SOULEIMANOV, Emil Aslan. **Mission Accomplished? Russia's Withdrawal from Syria**. Mideast Policy, Vol XXIII, no.2, 2016.

SERBIN, Andrés; ARREDONDO, Ricardo; RODRIGUES, Gilberto M.A. La Responsabilidad de Proteger: Nuevos Enfoques y nuevos desafíos em América Latina y el Caribe. In: **La Responsabilidad de Proteger y su aplicabilidad em América Latina**, 2011. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2011/02/D16.pdf>> Acesso em: 04 de novembro de 2016.

THAKUR, Ramesh. **R2P after Libya and Syria: Engaging Emerging Powers**. The Washington Quarterly, 2013.

UN. **Representante da ONU destaca desafios de ações humanitárias na Síria**, 2016. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/08/representante-da-onu-destaca-desafios-de-acoes-humanitarias-na-siria/#.WfYbtGhSzIU>>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

UN. **Unanimously approved, Security Council resolution demands aid access in Syria**, 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=47204&Cr=Syria&Cr1=#.WfYiN2hSzIV>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

UN. Kofi Annan Appointed Joint Special Envoy of United Nations, League of Arab States on Syrian Crisis, 2012. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2012/sgsm14124.doc.htm>>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

UNRIC. **Perguntas Frequentes Conselho de Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/direitos-humanos-actualidade/3310>>. Acesso em: 22 de março de 2017.

VIGNAL, Leila. **The changing borders and borderlands of Syria in a time of conflict**. International Affairs, 2017.

ZAHERRDINE, Danny. **A crise na Síria (2011 -2013): Uma análise multifatorial, Conjuntura Austral**, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/43387/27333>> Acesso em: 22 de setembro de 2017.

ZISSER, Eyal. **The Deadlocked Syrian Crisis: The Fable of the Ants and the Elephant. Strategic Assessment**, 2012.

Documentos e Relatórios

ICISS. INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. **The Responsibility to Protect**. Toronto, 2001.

UNITED NATIONS. A more secure world: Our shared responsibility - **Report of the Secretary-General's High-level Panel on Threats, Challenges and Change**, 2004. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/historical/hlp_more_secure_world.pdf> Acesso em: 19 de março de 2017.

UNITED NATIONS. **Security Council Unanimously Adopts Resolution 2254 (2015), Endorsing Road Map for Peace Process in Syria, Setting Timetable for Talks**, 2015. Disponível: < <https://www.un.org/press/en/2015/sc12171.doc.htm>> Acesso em: 28 de outubro de 2017.

UNITED NATIONS. **High-Level Panel on Threats, Challenges and Change. A More Secure World: Our Shared Responsibility**. New York: United Nations Department of Public Information, 2004.

UNITED NATIONS. **In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All**. United Nations Department of Public Information, 2005.

UNITED NATIONS. **2005 World Summit Outcome Document**, 2005 Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/60/1>. Acesso em 23 de maio de 2016.

UNITED NATIONS. **Security Council Approves 'No-Fly Zone' over Libya, Authorizing 'All Necessary Measures' to protect Civilians, by vote of 10 in Favour with 5 Abstentions**, 2011. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2011/sc10200.doc.htm>>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

UNHCR. **Syria Regional Response Plan**, 2014. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/syriarrp6/docs/syria-rrp6-strategic-overview.pdf#B>>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

_____. **We The peoples: the role of the United Nations in the 21st Century**. New York: United Nations, 2000.

_____. **Security Council Report**, 2017. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2017-10/syria_47.php>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

Resoluções da ONU

General Assembly, UN Doc A/RES/60/180 (2005)
General Assembly, UN Doc A/RES/63/308 (2009)
General Assembly, UN Doc A/RES/63/253 (2009)
General Assembly, UN Doc A/RES/66/164 (2011)
General Assembly, UN Doc A/RES/68/181 (2014)
General Assembly, UN Doc A/RES/65/241 (2011)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/RES/33/19 (2016)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/RES/34/24 (2017)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/RES/25/35 (2014)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/35/L.36 (2017)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/RES/S-18/1 (2011)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/23/26 (2013)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/RES/27/16 (2014)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/30/L.5 (2015)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/23/L.1 (2013)
Humans Rights Council, UN Doc A/HRC/32/L.9 (2016)
Security Council, UN Doc S/RES/1674 (2006)
Security Council, UN Doc S/RES/1706 (2006)
Security Council, UN Doc S/RES/2144 (2014)
Security Council, UN Doc S/RES/2150 (2014)
Security Council, UN Doc S/RES/2171 (2014)
Security Council, UN Doc S/RES/2118 (2013)
Security Council, UN Doc S/RES/2254 (2015)

Security Council, UN Doc S/RES/2042 (2012)

Security Council, UN Doc S/RES/2043 (2012)

Security Council, UN Doc S/RES/2336 (2016)

Security Council, UN Doc S/RES/2139 (2014)

Security Council, UN Doc S/RES/2165 (2014)

Security Council, UN Doc S/RES/2258 (2015)

Security Council, UN Doc S/RES/2332 (2016)

Security Council, UN Doc S/2017/794 (2017)